

REVISTA de ECONOMIA POLÍTICA e HISTÓRIA ECONÔMICA

Ano 07 – Número 21 – Junho de 2010

Índice

05

Emigração, crise econômica e retorno à terra natal

Sueli Siqueira

26

A Sociedade Promotora de Imigração como forma de compensação pela libertação dos cativos (1886 - 1895)

Iverson Poletto dos Santos

55

Evolução das formas da produção e do trabalho: uma abordagem do marxismo ao toyotismo.

Luís Abel da Silva Filho
Silvana Nunes de Queiroz

87

Yes! We Can: de um território em crise à construção de uma identidade territorial

Leonardo Gomes de Sousa
Carlos Alberto Dias

116

Investimento estrangeiro e fluxo imigratório: duas âncoras do crescimento da economia argentina no século XIX

Maria Heloísa Lenz

143

Resenha: MAO JR. J. *A Revolução Cubana e a Questão Nacional.*

<http://rephe01.googlepages.com>

Expediente

REVISTA DE ECONOMIA POLÍTICA E HISTÓRIA ECONÔMICA

Número 21, Ano 07, Junho de 2010

Uma publicação semestral do GEEPHE – Grupo de Estudos de Economia Política e História Econômica e do NEPHE – Núcleo de Economia Política e História Econômica

Rua Luciano Gualberto, 52 – Cidade Universitária – São Paulo – SP – CEP 005000-000

<http://rephe01.googlepages.com>

e-mail: rephe01@hotmail.com

Conselho Editorial: Haruf Salmen Espíndola, Jean Luiz Neves Abreu, Júlio Gomes da Silva Neto, Lincoln Secco, Luciene Rodrigues, Luiz Eduardo Simões de Souza, Marcos Cordeiro Pires, Marina Gusmão de Mendonça, Osvaldo Luis Angel Coggiola, Paulo Queiroz Marques, Pedro Cezar Dutra Fonseca, Romyr Conde Garcia, Rubens Toledo Arakaki, Vera Lucia do Amaral Ferlini, Wilson do Nascimento Barbosa, Wilson Gomes de Almeida.

Edição: Maria de Fátima Silva do Carmo Previdelli

Revisão: Eduardo Hardmann.

Autores Corporativos: NEPHE – Núcleo de Economia Política e História Econômica, e GEEPHE – Grupo de Estudos em Economia Política e História Econômica.

A REPHE – Revista de Economia Política e História Econômica – constitui mais um periódico acadêmico que visa promover a exposição, o debate e a circulação de idéias referentes às áreas de história econômica e economia política. A periodicidade da REPHE é semestral, com dois números por semestre.

Editorial

A partir deste número, a gestão e organização da REPHE passa a ser de responsabilidade do Grupo de Estudos de Economia Política e História Econômica, pertencente ao círculo do Núcleo de Economia Política e História Econômica.

Neste número 21 temos, inicialmente, o artigo da Professora Sueli Siqueira que analisa os efeitos da recente crise econômica internacional sobre os movimentos migratórios que partem de Governador Valadares desde as décadas de 1980 em direção aos Estados Unidos e, agora, retornam a Minas.

Também sobre a região de Governador Valadares, Leonardo Gomes de Sousa e Carlos Alberto Dias, em “Yes! We Can: de um território em crise à construção de uma identidade territorial”, analisam os ciclos exploratórios e o fenômeno emigratório ocorridos na região e suas consequências para a desterritorialização da região.

Iverson Poletto dos Santos apresenta seu estudo sobre as mudanças no modelo econômico que ocorreu no quarto final do XIX, principalmente em relação à substituição da mão-de-obra escrava pelos imigrantes.

Em “Evolução das Formas da Produção e do Trabalho: uma abordagem do Marxismo ao Toyotismo”, Luís Abel da Silva Filho e Silvana Nunes de Queiroz discutem a ruptura e continuidade do processo de organização da produção e do trabalho, indo do marxismo ao Toyotismo.

O último artigo desta Rephe 21 trás o artigo de Maria Heloisa Lenz, “Investimento estrangeiro e fluxo imigratório: duas âncoras do crescimento da economia argentina no século XIX” onde a autora estuda as formas como o investimento externo e o fluxo imigratório europeu influenciaram o período do crescimento econômico argentino iniciado no final do século XIX.

A edição se encerra com a resenha de Lincoln Secco sobre o livro de José Rodrigues Mao Junior, “A Revolução Cubana e a Questão Nacional: 1868-1963”.

Fátima Previdelli

Ficha Catalográfica

Revista de Economia Política e História Econômica /
São Paulo, Núcleo de Economia Política e História
Econômica – Grupo de Estudos em Economia Política
e História Econômica - Número 21, Ano 07, *Junho* de
2010 – São Paulo - Maceió, NEPHE - GEEPHE, 2000 -

Semestral

Emigração, Crise Econômica e Retorno à Terra Natal

Sueli Siqueira¹

RESUMO

Nos anos de 1960 teve início a formação da rede de emigração da Região de Governador Valadares para Estados Unidos. Nos anos de 1980 esta rede está consolidada. Durante esse período muitos retornaram, outros fixaram residência no destino e outros se tornaram transmigrantes. Em 2007 tem início um retorno diferenciado, são os atingidos pela crise da economia americana. Este artigo tem como tema central discutir esse retorno. Foram realizadas 398 entrevistas com emigrantes retornados no período de junho de 2007 a dezembro de 2008. Os dados demonstram que a maioria deles são não documentados, estavam nos Estados Unidos por um período de três a cinco anos e retornaram porque os ganhos já não compensavam os riscos. Em torno de 18% já fizeram investimento no Brasil que garante sua sobrevivência, 51% tem capital para investir e 21% não sabe como vai sobreviver no Brasil. Destaca-se que 28% pretendem emigrar para Europa.

Palavras-chave: crise econômica, migração, retorno

ABSTRACT

The formation of Brazilian migration networks from the Governador Valadares region in Brazil, to the United States began in the 1960s, consolidating in the 1980s. During this period many Brazilian immigrants had returned to Brazil, others continued to reside in the United States, while some had become transmigrants. In 2007 a different type of return began, affected by the crisis of the U.S. economy – this return is the focus of this article. I conducted 398 interviews with Brazilian migrants who returned to Brazil from June, 2007 to December, 2008. Research results show that the majority of Brazilian immigrants are undocumented and had lived in the United States between three to five years, and, had returned to Brazil since their financial profits did not compensate the risks. About 18 percent had recently made investments in Brazil guaranteeing their survival, 51% percent had capital to invest and 21% percent did not know how to survive in Brazil; while 28 percent intended to migrate to Europe.

Keywords: economic crisis, migration, return.

¹ Doutora em Sociologia e professora da Univale. Texto submetido em 08/10/2009. Aprovado em 10/12/2009.

Introdução

A emigração dos moradores da Microrregião de Governador Valadares para os EUA iniciou na década de 1960 na cidade de Governador Valadares e já nos anos de 1970 várias cidades da região tinham emigrantes entre os seus habitantes. Ao longo dos anos foram se formando e fortalecendo as redes sociais que possibilitaram em meados dos anos de 1980 o crescimento do fluxo migratório e a formação de uma comunidade brasileira na região da Nova Inglaterra nos EUA (SIQUEIRA, 2008).

Esses quase 50 anos do início da emigração marcaram a história das cidades e seus habitantes. A cultura da emigração passou a fazer parte do cotidiano da região. Emigrar, ganhar dinheiro e retornar passou a ser um projeto de vida acessível e desejado por muitos.

O projeto de emigrar se assenta em quatro pontos: ir – ganhar dinheiro – retornar – investir. Durante o percurso, dada às condições sociais, econômicas e culturais esse projeto migratório é reelaborado e o retorno apresenta diferentes nuances. Siqueira (2006) destaca quatro tipos de retorno.

No retorno temporário o emigrante define os EUA como seu local de moradia. Lá tem sua família, seu trabalho, e seus investimentos. Vem ao Brasil de férias ou para festas familiares. Recebe os jornais locais nos EUA ou acessa através da internet. Manda dinheiro para ajudar a família e ajuda entidades de caridade local. Nos EUA mudam seu padrão de vida e consumo, pois já não têm a preocupação de fazer poupança para voltar e investir no Brasil.

O emigrante que retorna à cidade de origem investe e acaba perdendo seu investimento ou não consegue se readaptar a vida no Brasil. Reemigra, mas continua mantendo

o projeto de voltar é denominado de retorno continuado. Alguns fazem esse caminho por várias vezes. Restringem seu padrão de vida e consumo nos EUA objetivando fazer uma poupança para tornar a investir em sua cidade de origem².

Permanente é aquele tipo de retorno em que o emigrante consegue estabelecer-se na sua cidade ou país de origem, não pretende emigrar novamente. No estudo de Siqueira (2006) são os que se tornaram empreendedores na Microrregião de Governador Valadares. Credita a sua condição de empreendedor bem sucedido ao seu projeto migratório.

O transmigrante é aquele que vive nos dois lugares. É documentados, tem vida estabilizada nos EUA e no Brasil. Possui casa, faz investimentos e trabalha nos dois lugares. Passam parte do ano no Brasil e parte nos EUA. Participa ativamente da vida social das duas sociedades, transita, tem visibilidade e é ator social nos dois lugares. Alguns são membros de associações nos EUA (Câmara do Comércio, grupo de escoteiros, brigada de incêndio) e no Brasil (Associações de classe, até mesmo da câmara dos vereadores)

O boom do fluxo emigratório da Microrregião de Governador Valadares acontece na segunda metade dos anos de 1980 acontece exatamente quando intensifica a crise econômica brasileira. Os habitantes dessa região, devido às redes sociais estabelecidas nas duas décadas anteriores veem como possibilidade de fugir da crise a emigração para os EUA. Ao longo dos anos seguintes muitos emigram e retornam segundo os diferentes tipos de retorno citados acima, contudo

² Margolis (1994) denomina de migração iô-iô.

em meados de 2006 observa-se um retorno mais acentuado. São os fugitivos da crise atual dos EUA.

Neste artigo vamos descrever brevemente a crise e demonstrar como ela atinge os emigrantes brasileiros e sua repercussão no projeto de retorno à terra natal.

A crise na economia americana

Segundo os keynesianos a crise na economia capitalista é cíclica e resultado da fragilidade financeira. Consideram que a postura especulativa dos seus agentes, que praticam empréstimos de alto risco, gera inevitavelmente a crise econômica. Segundo Ferrari Filho e De Paula (2008) o aumento dessa fragilidade é resultado de *“um lento e não percebido processo de erosão das margens de segurança de firmas e bancos, em um contexto no qual o crescimento de lucros e rendas valida o aumento do endividamento”*, e conseqüentemente do risco.

A crise atual dos EUA começou no setor imobiliário atingindo diretamente grande parte dos emigrantes que trabalham na construção civil e também aqueles que, encantados pelo crédito fácil resolveram investir suas economias na aquisição de imóveis nos EUA.

Segundo Carvalho (2008) a economia americana no final do século vinte apresenta duas tendências marcantes, uma inflação doméstica baixa que manteve os preços dos bens de consumo sem grandes alterações. Em função disso foi possível manter a taxa de juros básica baixa ao longo dos anos de 1990 permitindo assim, que os ganhos nas aplicações tradicionais do setor financeiro (bancos e financeiras) se mantivessem, de modo geral, baixos.

A outra tendência foi a competição entre bancos e instituições financeiras em um quadro de desregulamentação financeira. Acirra a competição no setor financeiro levando os bancos e financeiras a buscarem mercados que possibilitem maiores lucros (BRUSSEE, 2005).

Um mercado atraente era o setor imobiliário americano, contudo era preciso inovar, pois era um mercado de crescimento lento, pois estava diretamente relacionado com o baixo crescimento vegetativo da população americana.

Iniciou-se então um tipo de financiamento no qual o imóvel financiado era hipotecado como garantia. O comprador recebe a escritura definitiva, ou seja, torna-se proprietário do imóvel depois de quitar sua dívida. Caso o comprador não efetue o pagamento a agência financiadora retoma o imóvel e poderá revendê-lo. Não fica com o prejuízo total, mas isso não é interessante, pois perderá a receita dos juros sobre o empréstimo e terá todos os gastos da revenda (CARVALHO, 2008).

O cliente preferencial para esse tipo de empréstimo era aquele cujo perfil garantia o pagamento, ou seja, tinha crédito positivo na praça, reduzindo assim o risco de calote, estes são denominados de clientes *prime*, ou seja, aqueles cujo perfil tem certa garantia de que irão honrar os pagamentos.

Fora dessa classificação ficava uma parte significativa dos possíveis compradores, os denominados *subprime*, ou seja, pessoas com perfil que não garantia crédito nas instituições financeiras, isto é, sem renda comprovada, sem emprego fixo, sem histórico positivo de crédito.

Esse contingente do mercado consumidor torna-se atrativo, pois, pelos riscos do financiamento teriam que pagar taxas maiores e, portanto com lucratividade maior.

Com objetivo de alcançar esse mercado, Carvalho (2008, p.18), demonstra que outra forma de calcular o risco foi inaugurada no setor financeiro americano, baseada numa análise do desempenho da economia e não especificamente no crédito pessoal.

Esses modelos são alimentados com informações quantitativas (séries temporais, como são chamadas) e permitem calcular a probabilidade de sucesso de um empréstimo, se tudo continuar como no presente. A cláusula é importante, porque se o mundo mudar, os cálculos baseados no passado pouco servirão para projetar o futuro.

Sendo assim, a expectativa que a economia ia bem e que os tomadores de empréstimos desse grupo de risco manteriam suas rendas e pagariam em dia seus financiamentos efetivaram uma ciranda de empréstimos de altíssimo risco.

Ainda segundo Carvalho (2008, p.19) os bancos e financeiras disfarçaram esses riscos através do processo denominado secularização explicado por Carvalho (2008, p.19) da seguinte forma:

Toma-se certo número de contratos de hipotecas, que prometem pagar uma determinada taxa de juros, para usar como base, ou lastro, de um título financeiro (cuja remuneração é baseada nos juros pagos pelo tomador da hipoteca). Esse título é, então, vendido para fundos de investimento, famílias ricas, empresas com dinheiro para aplicar, bancos etc. Uma das vantagens desse processo é que o comprador desse papel em geral não tem muita noção do risco que está comprando, porque ele não vê as hipotecas que lhe servem de lastro.

Brussee (2005) considera que a crise atual teve início nos anos de 1990, provocada exatamente pela loucura do mercado financeiro que atraiu investidores com a promessa de ganhar dinheiro fácil, esses investidores compraram títulos sem a percepção do grande risco que corriam.

Para ampliar a demanda por este tipo de empréstimo cobravam-se inicialmente juros baixos, prática possível devido aos baixos níveis da taxa básica interbancária. Com o tempo, esses juros aumentaram vertiginosamente. Na época, a abundância de crédito barato elevou a demanda básica da economia e isso provocou o início de um processo de inflação estrutural de demanda obrigando o banco central americano (FED), a usar a ferramenta clássica para esse tipo de inflação, elevações acentuadas da taxa básica de juros. Essa elevação da taxa básica forçou as financeiras a aumentarem os juros das hipotecas imobiliárias já contratadas. Uma família fazia os cálculos e verificava que com sua renda era possível pagar o financiamento da casa, mas com o passar do tempo os juros aumentavam e tornava-se impossível quitar as prestações mensais.

Ao perceber a inadimplência, os investidores que compraram os títulos baseados nesse mercado, começam a vendê-los e não encontram compradores, então, percebem que seus títulos não tinham a liquidez desejada. Essa ação cria o pânico no mercado e no final de 2006 a denominada bolha imobiliária explode e instala-se a crise.

A crise que até então estava localizada no setor imobiliário, agrava-se quando a falta de confiança nos papéis financeiros atinge o mercado de capitais como um todo. A maioria das instituições financeiras que adquiriu hipotecas *subprime*, neste momento da crise, entra em insolvência ou falência atingindo todos os setores da economia americana.

Pomar (2008, p.2) considera que a atual crise é resultado da busca do lucro imediato que cegou as instituições financeiras quanto às consequências do crédito de alto risco. “O crédito fornecido pelo sistema financeiro tornou-se o instrumento principal dessa exuberância fictícia”.

A busca sem limites do lucro e a ganância das instituições financeiras criaram uma ideia de uma economia exuberante e inatingível geraram uma crise que atingiu o setor imobiliário, o crédito pessoal e as instituições financeiras e se alastrou para a economia de modo geral não só americana, mas global. Essa crise atingiu os emigrantes brasileiros nos Estados Unidos e redefiniu o seu projeto de retorno à terra natal.

Como a crise afeta os emigrantes brasileiros³

A compra da casa própria e a melhoria das condições econômicas é o sonho que move grande parte dos emigrantes a empreender a aventura de emigrar. Muitos vivem por três ou quatro anos nos EUA, fazem suas economias com o projeto de retornar e mudar sua condição social, realizando o sonho inicial do projeto migratório. Outros vão adiando o retorno e adquire bens como a casa própria nos EUA.

A aquisição de imóveis nos EUA tornou-se extremamente fácil, a partir do início do ano 2000. Os jornais brasileiros circulavam com ofertas tentadoras sobre a venda de casas com muitas facilidades, e o mais importante, não exigiam que o comprador fosse documentado, condição da maioria dos emigrantes. “*Casa de dois pavimentos com 3 quartos*” Essas manchetes estavam sempre acompanhadas de fotos dos imóveis a venda.

Animados pelo crédito fácil, muitos emigrantes, inclusive os brasileiros da Microrregião de Governador Valadares,

³ Os dados apresentados neste item são resultados parciais da pesquisa “*Novos contornos da emigração de brasileiros para os EUA: crise econômica e o retorno para as cidades de origem*”, coordenada pela autora. O estudo iniciou em 2007 e está em andamento. Os sujeitos são brasileiros da Microrregião de Governador Valadares que emigraram para os EUA e retornaram para suas cidades de origem no período de setembro de 2007 a janeiro de 2009.

compraram casas considerando estar fazendo um excelente negócio, pois a prestação da casa financiada era pouco mais do que pagavam de aluguel. Além disso, podiam dividir a casa em duas ou três moradias, morar com a família em uma e alugar as outras, e assim, pagar o financiamento sem muito aperto. Essa foi a trajetória da família de Ana e Camilo. Estavam nos EUA há mais de 4 anos e pretendiam retornar para o Brasil, pois já tinham construído uma boa casa (um prédio com dois apartamentos) e estavam juntando dinheiro para montar uma loja de revenda de pneus. Camilo entrou nos EUA pela fronteira do México, Ana e os dois filhos, seis meses depois, viajaram numa excursão para Disney. Fizeram o passeio e não retornaram com o grupo para o Brasil. Camilo os encontrou em Orlando e foram para a cidade de Framingham onde Camilo vivia.

Camilo trabalhou na construção civil e Ana na faxina. Camilo tinha um bom emprego onde trabalhava 8 horas por dia, nas horas de folga fazia serviços de carpintaria por conta própria, o que aumentava bastante sua renda mensal. Ana tinha um *Schedule* de 30 casas semanais.

Comprei a primeira casa em 2002, tinha um amigo que comprou e me mostrou no jornal várias casas e os preços. Nós estávamos ilegais, mas ele me explicou que eu tinha crédito e podia comprar. Tinha cartão de crédito e pagava minhas contas em dia [...]. Comprei uma casa por US\$220 mil dólares. Pagava US\$1.500.00 por mês. Aluguei o basement por US\$500. Ficava fácil pagar. [...] Eu e Ana ganhávamos mais de seis mil dólares por mês. [...] achamos que era melhor não voltar, ficar lá por mais um tempo. Passamos a ter uma vida melhor, sair com a família, comprar coisas melhores para nós e nossos filhos, paramos com aquela coisa louca de só guardar dinheiro e comprar coisas no tag sale.

Quando mudam o projeto e adiam ou desistem do retorno para a cidade de origem, mudam também seus hábitos de consumo. A poupança para investir na cidade de

origem não é mais uma meta. Passam a consumir bens que antes não consumiam e gastam mais com lazer, deixam de usar produtos de segunda mão como no relato acima. Ao ampliar seu consumo também acabam por se endividar, mesmo mantendo e até mesmo aumentando sua renda (e consequentemente suas horas de trabalho) acabam utilizando o cartão de crédito além das suas possibilidades.

[...] em 2005 estávamos com problemas para pagar o cartão de crédito, e com dificuldades para pagar todas as contas, inclusive a prestação da casa, então o banco ofereceu um refinanciamento da nossa casa. [...] ficamos com 50 mil dólares que deu para pagar as dívidas e ainda sobrou.

Camilo tinha um perfil de crédito classificado como *subprime*, ou seja, de alto risco. Devido a isso os juros foram em torno de 12% ao ano. Essa foi uma armadilha que ele só percebeu quando as prestações começaram a subir, tudo previsto, contudo eles não se preocuparam em verificar os detalhes do contrato.

Em 2007 a prestação passou de US\$1,500 para US\$2,600 por mês, ao mesmo tempo, o trabalho na construção civil diminuiu e a empresa reduziu as horas de trabalho. O trabalho de Ana também diminuiu, “*Meu schedule caiu de 30 para 19 casas [...]*”. Com isso a renda mensal da família caiu e comprometeu o pagamento do financiamento da casa.

Ao atrasar por quatro meses a prestação e não conseguir pagar o cartão de crédito, vendo a renda mensal despencar a cada mês tomaram a decisão de vender a casa. A grande surpresa foi detectar que não conseguiam o preço que haviam pagado com o refinanciamento, além disso, os possíveis compradores estavam na mesma situação que eles, ou seja, estavam com redução da renda mensal.

Refinanciar pela terceira vez a casa e assim conseguir um dinheiro extra para pagar as dívidas estava fora de cogitação, pois o preço da prestação tornaria ainda mais inviável o pagamento. Outra dificuldade era que o crédito já não estava tão fácil, pois o que tornou o *subprime* atrativo para o mercado, ou seja, a perspectiva de um desempenho positivo da economia e a possibilidade dos consumidores situados nessa categoria pagarem suas dívidas deixa de existir.

A casa representava a ideia que haviam “conquistado a América” e melhoraram a qualidade da vida da família, lembrando que o projeto inicial era conseguir isso na sua cidade de origem, conseguiram muito mais, pois conquistaram a casa própria na “América” e tinham um padrão de consumo que nunca haviam sonhado, viviam o sonho do *American Way of Life*.

O dia que mudamos, foi uma tristeza só, todo mundo chorava [...] fomos para um basement com um quarto. [...] estava ficando difícil até pra comprar o mais necessário [...] o melhor era voltar [...] no Brasil tinha a nossa casa para morar e a nossa família.[...] tinha também o stress da Imigração, todo dia era notícia de gente sendo deportada, mesmo tendo a carteira para dirigir a gente dirigia com medo o tempo todo, era só ouvir uma sirene que o coração disparava [...].

Depois de ter ampliado seus hábitos de consumo, retornar para a condição inicial de imigrante torna-se insuportável para a família. Ana adoece, é diagnosticado depressão. Sem a renda de Ana, com seu salário reduzido Camilo decide voltar.

[...] não compensava mais ficar, já não estava conseguindo pagar o aluguel e ter alimentação decente para minha família, o melhor era aproveitar que ainda tinha condição de comprar a passagem [...] tem muito brasileiro querendo voltar e não tem nem o dinheiro da passagem.

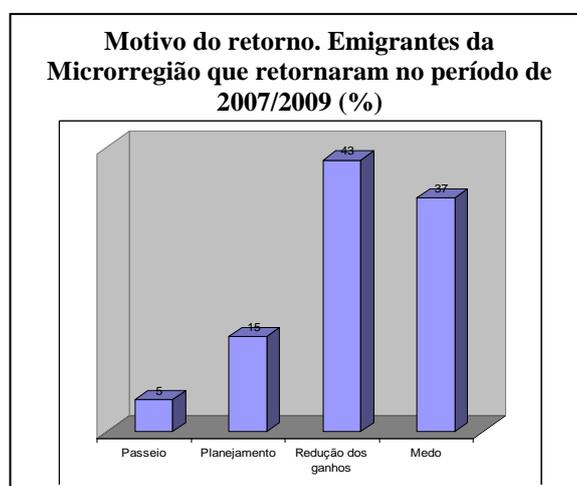
Os resultados parciais do estudo sobre os emigrantes que retornam devido a crise demonstram como pode ser observado no gráfico 1 que o principal motivo do retorno alegado pelos entrevistados são exatamente os apresentados por Camilo e Ana, a redução dos ganhos (43%) e o medo que passa a rondar mais efetivamente os emigrantes indocumentados (37%). A deportação sempre fez parte do universo dos emigrantes, contudo, a notícia de deportação de amigos e colegas de trabalho passa a ser cotidiana, isso acentua o medo e a insegurança.

A percepção de que estavam no país mais rico do mundo e que uma crise pudesse abalar a economia era inacreditável para o emigrante brasileiro. Ouvia e lia as notícias, mas recusava-se a acreditar.

Nunca pensei que um país como aquele podia acontecer isso, achava que era só no Brasil. [...] Quando falavam de crise eu dizia que era coisa de jornal, de gente que queria ver o circo pegar fogo [...] só acreditei quando doeu no meu bolso e eu não conseguia pagar minhas contas [...].

É interessante destacar que a crise econômica afeta tanto os documentados como os indocumentados indistintamente, pois 39% dos entrevistados são documentados e retornaram devido às dificuldades econômicas.

Gráfico 1



As condições de retorno para a cidade de origem são diferenciadas entre os entrevistados, no gráfico 2 podemos observar que 18% afirmam que possuem renda no Brasil que garante sua sobrevivência, ou seja, fizeram investimentos como: casas de aluguel, comércio, propriedade rural, etc. Outros 51% estão retornando com capital para investir e assim auferir renda para sua manutenção, e 21% não possuem nenhum investimento no Brasil e retornam sem capital. Pretendem entrar para o mercado de trabalho.

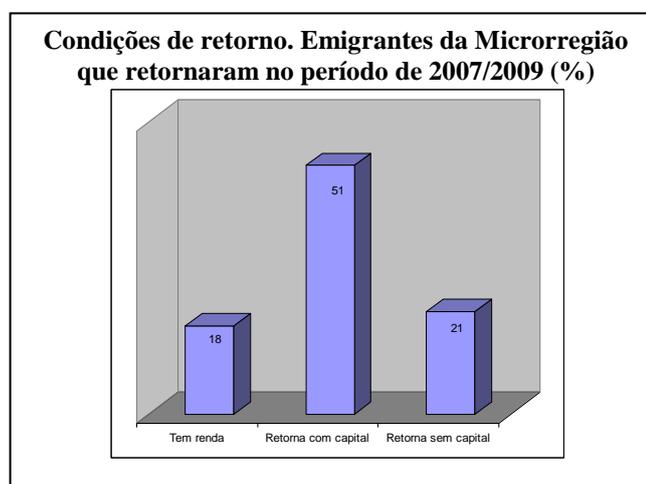
Grande parte dos investimentos realizados por emigrantes na Microrregião de Governador Valadares não são bem sucedidos como demonstrado na pesquisa de Siqueira (2006), principalmente por falta de conhecimento do mercado em que investem e de experiência como empresário. Por essa razão podemos considerar que esses emigrantes correm o mesmo risco de não serem bem sucedidos em seus investimentos.

Os emigrantes que estão retornando com a intenção de conseguir se inserir no mercado de trabalho também correm o risco de não obterem sucesso, pois estiveram afastados por 3 ou 4 anos, durante o tempo de emigração não agregaram nenhuma característica includente ao seu perfil de trabalhador. Além disso, a economia da região já é frágil. Com a crise da economia internacional novos investimentos locais foram adiados e com isso a criação de novos empregos reduzida. O depoimento de Pedro destaca bem essa situação.

“Vim sabendo que é difícil arranjar emprego aqui. A gente só consegue emprego merreca [...] fico mais um mês para matar a saudades e vou para Portugal [...] tenho amigos lá”. (Pedro, 41 anos).

É interessante destacar que quando inquirido sobre a intenção de emigrar novamente 49% afirmam que não têm essa intenção, 23% não tem nenhuma posição definida sobre a questão e 28% afirmam, como Pedro, que têm a intenção de nos próximos meses emigrar para a Europa, demonstrando com isso desconhecimento de que a crise é internacional e também atingiu seriamente a economia europeia. Dentre esses entrevistados, 62% possuem parentes ou amigos em cidades de Portugal, Espanha e Itália, países para os quais pretendem emigrar.

Gráfico 2



Fonte: pesquisa de campo. Total de casos válidos: 398

Vou ficar por um tempo aqui, mas daqui uns seis ou sete meses vou para Portugal [...] meu primo tem trabalho garantido pra mim lá. (Carlos, 42 anos)

Como Carlos, outros emigrantes que retornam tendo em vista que o custo benefício da emigração para os EUA já não é mais positivo, pretendem emigrar para a Europa. Isso demonstra que o fluxo migratório para Europa está se intensificando e que as redes sociais estão possibilitando esse redimensionamento do fluxo migratório da região.

O emigrante que decide retornar considerando que alcançou seu objetivo que era ganhar dinheiro e melhorar seu

padrão de vida no Brasil, retorna com a sensação de sucesso, pois conseguiu “fazer a América”, mesmo assim enfrentam dificuldades de readaptação. Durante o tempo de afastamento reconstruiu as imagens, sentimentos e sensações de modo idealizado, marcado pela saudade como analisa Sayad (2000), ao reencontrar esses espaços e pessoas sentem um estranhamento, um sentimento de não pertencimento. Com o passar do tempo, alguns conseguem superar e readaptar-se.

Para o emigrante que não programou retornar, ou porque ainda não conseguiu alcançar seus objetivos ou decidiu viver nos EUA, adquiriu sua casa e mudou seu padrão de vida, retornar devido à crise econômica nos EUA é marcado pelo desapontamento e pela ideia de insucesso. Com isso o estranhamento é acentuado por um retorno não desejado, pela frustração de seus sonhos.

Nos relatos dos emigrantes que retornam está sempre presente o lamento e a amargura de ter deixado para trás todos os sonhos concretizados principalmente na compra da casa. Dentre os entrevistados, 80% afirmam que o sentimento de desesperança e insegurança em relação ao futuro está presente.

Nunca podia imaginar que isso ia acontecer num país como aquele [...]. Eu apostei tudo lá vendi o pouco que tinha aqui para ter uma vida melhor lá [...] não era ilegal [...] mas não tinha como continuar [...] agora não sei como vai ser... não sei não [...]. Tem brasileiro lá sem dinheiro para voltar [...] se um dia melhorar eu volto, tenho meus papeis [...]. (Alberto, 53 anos).

Para os emigrantes que tinham definido os EUA como seu local de moradia por um longo espaço de tempo, o retorno significa o desmoronamento desse sonho construído com longas horas de trabalho, muita saudades e a certeza que

viviam no país mais rico do mundo onde a segurança e a confiança nas instituições financeiras eram inquestionáveis.

O retorno é marcado pela incerteza, mesmo entre os que têm investimento que possibilita uma renda razoável no Brasil, pois afirmam que nunca poderão ter aqui o que tinham lá, contudo estão confiantes que a economia brasileira passará bem pela crise.

É interessante destacar que a maioria não tinha uma “*vida de americano*” como afirmam, pois trabalhavam 12 a 18 horas por dia, estavam sempre pagando com aperto as contas do cartão de crédito e da casa. Uma prova disso é que muitos dividiam suas casas, alugando o *basement* ou o segundo andar para ajudar no orçamento doméstico.

Márcia retornou juntamente com sua família em setembro de 2007. Nos EUA trabalhava como faxineira e nos dias de folga atendia brasileiras no pequeno salão que tinha em sua casa. Depois de quatro anos ela e o esposo tinham construído uma casa no Brasil e estavam pensando em retornar, contudo pelas facilidades de crédito nos EUA compraram uma casa em 2005 e resolveram permanecer. Márcia, o marido e os dois filhos viviam na casa e alugavam o *basement*. Trabalhavam mais de 12 horas por dia. Retornou com pouco dinheiro, pois como afirma “*vivia a vida de americano*”, o marido está procurando emprego e ela montou um salão de beleza na sua casa. Antes de emigrar trabalhava em um salão no seu bairro.

Sei que aqui vai ser difícil, lá a gente tinha “*vida de americano*”, comprava tudo que queria [...] como vou controlar isso agora com as crianças? [...] aqui vai ser tudo regrado, sem a ganância que a gente estava acostumada. (Márcia, 38 anos).

Os que retornam sem conseguir adquirir bens vivem um sentimento ambíguo. A frustração é marcada pelo

constrangimento perante a família e a sociedade de não ter conseguido “fazer a América” e a falta de perspectiva de conseguir melhorar sua condição social no Brasil, contudo, quando lembram as dificuldades passadas nos últimos meses de vida nos EUA demonstram alívio de ter retornado.

[...] fiquei três anos, consegui pagar a passagem [dívida de nove mil dólares pela travessia pela fronteira do México] quando estava começando a fazer as coisas no Brasil fiquei desempregado e sem dinheiro até para voltar [...] o que adiantou tudo? [...] volto do mesmo jeito que fui [...] acho que pior[...]. (José Carlos, 39 anos)

Carlos conseguiu trabalho numa empresa de vigilância, recebe pouco mais de um salário mínimo por mês, a casa que começou a construir não está pronta, e não tem nenhuma perspectiva de continuar sua construção, pois o salário é suficiente apenas para os gastos da família. Demonstra alívio por ter retornado, mas frustração e vergonha por não ter conseguido melhorar a vida da família e ainda mora de aluguel.

A situação de Carlos é melhor do que a de Eduardo que retornou em maio de 2008. Permaneceu nos EUA por 4 anos, comprou uma casa na sua cidade de origem. No final de 2007 perdeu o emprego e começou a trabalhar por conta própria. Sua renda caiu de um mil e cem dólares por semana para trezentos, em 2008. Os parentes no Brasil emprestaram dinheiro para a passagem de volta. Não conseguiu nenhum trabalho desde que voltou, vivem do trabalho da esposa e ainda tem a dívida da passagem de volta para pagar. Eduardo voltou com problemas de saúde, foi diagnosticado segundo sua esposa, depressão.

[...] ele não consegue parar em nenhum trabalho, está sempre reclamando, tem dia que não

consegue nem levantar da cama [...] tudo aqui para ele é ruim [...]. (Ester esposa de Eduardo, 37 anos).

Estudiosos da emigração internacional (SAYAD, 2000; ASSIS, 2005; SIQUEIRA, 2006) têm salientado o antagonismo do retorno. Se por um lado é marcado pela alegria de rever sua terra natal, é também um momento marcado pelas dificuldades de readaptação, pela incerteza quanto ao sucesso dos projetos de trabalho e renda. O emigrante que retorna devido à crise da economia Americana, independente de sua condição econômica, além de todas as dificuldades inerentes ao retorno, apresenta um profundo sentimento de desesperança e frustração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise econômica americana atingiu diretamente os emigrantes brasileiros e muitos optaram por retornar diante da inviabilidade de continuar vivendo nos EUA. Todos viram seus sonhos serem frustrados, alguns conseguiram retornar e ter uma renda nas cidades de origem, mas a grande maioria afirma que o retorno não desejado torna ainda mais difícil a readaptação, principalmente porque experimentaram a vida num país que acreditavam que era o país das oportunidades.

A crise atingiu tanto os emigrantes documentados como os não documentados, contudo os não documentados vivem, além da queda da renda, a situação de insegurança e medo da deportação. Os emigrantes que possuem *Green Card* ou cidadania americana têm a esperança de que a crise vai passar e então poderão retornar, enquanto isso vivem “temporariamente” no Brasil.

Os efeitos desse retorno para a Microrregião de Governador Valadares são sentidos principalmente com a

redução das remessas enviadas para investimento ou para a manutenção dos familiares atinge diretamente o comércio e o setor imobiliário.

Segundo Jardim⁴ no final dos anos de 1990 cada 10 imóveis vendidos na cidade de Governador Valadares quatro era para emigrantes, em 2008 caiu para apenas um. No último lançamento de apartamentos dos 44 apenas um foi para emigrantes nos EUA.

Além das dificuldades econômicas esses emigrantes que retornam devido a crise America trazem consigo as frustrações e a percepção de que não valeu a pena e a esperança de reconquistar seu espaço e retomar sua vida no Brasil.

Estudos anteriores (SIQUIERA, 2006; ASSIS, 1995; SOARES, 1995) demonstraram que fragilidade da economia da região e as grandes possibilidades de melhorar a situação econômica, além das redes sociais foram aspectos que impulsionaram a emigração. Passados cinco décadas as condições econômicas das cidades da Microrregião não melhoraram. A oferta de emprego é insuficiente para a demanda, além disso, os emigrantes não se qualificaram durante o período de emigração, o que torna ainda mais difícil sua inserção no mercado de trabalho.

Aqueles que retornam com algum capital e a intenção de montar seu próprio negócio correm o risco de fazer investimentos inadequados, pois como demonstrado nos estudos de Siqueira (2008) não fazem pesquisa de mercado, não possuem experiências como empresários e não buscam orientações nos órgãos que disponibilizam dados e informações sobre a economia da região.

⁴ Presidente da FIENG

Os programas e orientações disponibilizadas pelo SEBRAE, Associação Comercial, e outros órgãos e instituições não são acessados pelos emigrantes por considerá-los inúteis, pois lhes falta uma visão empresarial. Além disso, a pressa em fazer os investimentos, a necessidade de auto-afirmação do sucesso da sua jornada migratória, impedem recorrer a esses órgãos que poderiam orientá-los. Destaca-se também, que esses órgãos não possuem programas que atendam especificamente ao emigrante, ou seja, que compreenda os processos psicossociais que envolvem o retorno.

É interessante destacar que 28% desses emigrantes pretendem emigrar para a Europa na esperança de conseguir lá o que não conseguiram nos EUA, contudo a crise é mundial e terão poucas chances de conseguir trabalho em qualquer outro país.

A emigração trouxe para alguns a melhoria de suas condições de vida, para outros a frustração de anos perdidos num trabalho duro e fatigante em busca do sonho de “fazer a América” ou de desfrutar do *American Way of Life*. O sonho acabou e restou para muitos as frustrações a saúde debilitada e a incerteza do futuro.

Como afirma Sayad (1998) a migração denuncia a relação de força, sempre vantajosa para o mais forte, para o país que recebe a mão de obra barata. Hoje a Microrregião de Governador Valadares recebe de volta pessoas frustradas, com problemas de saúde e sem perspectivas positivas para o futuro e com uma percepção do seu local de origem extremamente negativa. Este é um alto preço a se pagar pelas remessas de dólares enviados à região que com certeza não enriqueceram os emigrantes trabalhadores.

Referências Bibliográficas

ASSIS, Gláucia de Oliveira. Estar aqui, Estar lá... uma cartografia da vida em dois lugares. 1995. 230 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina.

BRUSSEE, Warren. The second great depression. Starting 2007 ending 2020. EUA: Booklcker, 2005.

CARVALHO, Fernando Cardim de. Entendendo a recente crise econômica global. In: Dossiê da crise. Rio de Janeiro: Associação Brasileira Keynesiana, 2008. Acesso website: <http://www.ppge.ufrgs.br/akb>

FERRARI FILHO, Fernando e DE PAULA, Fernando. Pode ela acontecer de novo? In: Dossiê da crise. Rio de Janeiro: Associação Brasileira Keynesiana, 2008. Acesso website: <http://www.ppge.ufrgs.br/akb>

MARGOLIS, Maxine L. Little Brazil. Imigrantes Brasileiros em Nova York. Campinas: Papius, 1994.

POMAR, Wladimir. Teorias sobre a crise. <http://www.correiciudadania.com.br>. Outubro, 2008.

SAYAD, Abdelmalek. O retorno: elementos constitutivos da condição do imigrante. Travessia, número especial. 2000.

SOARES, Weber. Emigrantes e investidores: Redefinindo a dinâmica imobiliária na economia valadarense. 1995. 174 f. Dissertação (Mestrado em demografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SIQUEIRA, Sueli. Migrantes e empreendedorismo na Microrregião de Governador Valadares: Sonhos e frustrações no retorno. 2006. 200f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas: Sociologia e Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

_____. Emigrants from Governador Valadares: Projects of Return and Investment. In: JOUET-PASTRÉ, Clemence and BRAGA, Letícia J. (Editors). Becoming Brazuca. Brazilian Immigration to United States. Cambridge - Massachusetts: Harvard University Press, 2008. p. 175-194.

A Sociedade Promotora de Imigração como forma de compensação pela libertação dos cativos (1886 - 1895)

Iverson Poletto dos Santos¹

Resumo:

A sociedade brasileira passava por profundas mudanças estruturais no quarto final do século XIX. O trabalho cativo que desde os primórdios foi a base da economia brasileira começava a ser colocado em xeque. Por pressão inglesa e de grupos organizados de abolicionistas, a escravidão começa a ser substituída pelo trabalho livre que era representado pelos imigrantes europeus que agora sobravam nos campos, principalmente italianos. Não era somente uma mudança de tipo de mão-de-obra, era também uma troca de modelo econômico que se fazia, o trabalho servil estava sendo substituído pelas formas capitalistas de produção e de trabalho. Para tanto, a sociedade precisaria ser preparada, e este era o papel dos veículos da imprensa, grandes e pequenos jornais tornaram o assunto imigração o principal de suas edições. O imigrante, que representava a mudança do trabalho servil para o assalariado, e era para o grupo hegemônico a imagem desejada para o país, começava a ser mostrado como a solução final para a crise de mão-de-obra que os grandes plantadores de café julgavam possuir e sua imagem era relacionada, portanto, ao progresso e aumento da riqueza da sociedade. Na realidade, era uma ideia de que o imigrante europeu era superior e sua entrada no país representaria automaticamente a evolução da sociedade. Por outro, lado uma pequena parte da imprensa começava a mostrar os problemas oriundos do quase meio milhão de pessoas que foram trazidas para o Brasil.

Palavras-chave: imigração, imigração subsidiada, imprensa, imagem do imigrante, trabalho livre.

Abstract:

The last quarter of the nineteenth century was a time of great and deep change in Brazilian society's structure. Slavery, which was the basis of Brazilian economy, was in a pace of replacement. Due to England's pressure and Brazilian organized abolitionist societies, free work was becoming a reality. Millions of immigrants started to come into Sao Paulo's coffee farms and then to its capital. Society had to be prepared to this gigantic change. It was not only a change of kind of labor, but a deep economic change that brought capitalism into life. That was the part played by big and small press vehicles which made a real campaign to make people accept the change and more than this, make people believe that this step was the one to make Brazil richer and bring in the so called progress. Progress was the word combined with the European immigrant, but not only, a trace of superiority was linked with them. Not all press vehicles joined that idea, some of them, the smaller mainly, began to show the problems that came with this half a million people who came in less than twenty year

Key words: immigration, paid immigration, press, immigrant image, free work.

¹ Mestre em História Social pela Universidade de São Paulo. Texto recebido em 08/11/2009. Aprovado em 10/02/2010.

INTRODUÇÃO

Pode-se considerar a imigração estrangeira como um dos assuntos que mais preocupou a sociedade brasileira na última metade do século XIX, pois a pressão inglesa para o final da escravidão no Brasil tornava-se cada vez mais atuante e a opinião pública brasileira via movimentos abolicionistas tornavam-na cada vez mais incômoda para os dirigentes da nação. Ou seja, a escravidão estava, na prática, em vias de desaparecimento e com isso a principal fonte de braços para as lavouras e para a atividade econômica em geral.

Este trabalho parte dos estudos de Furtado (FURTADO, 1987, 116) que colocam a mão-de-obra, então, como o principal problema a ser resolvido. Na realidade, para ele o problema consistia muito mais em como recrutar e transferir a mão-de-obra existente dos rincões mais afastados do país para as crescentes lavouras de café. Problemas tais como o custo e as negativas dos líderes políticos regionais em permitir a transferência destas pessoas foram concludentes para impossibilitar a sua resolução. Não havia, entretanto, falta absoluta de braços para a lavoura, mas sim dificuldades tais em arregimentá-lo que levaram os dirigentes a procurar uma outra solução para o problema. Ou seja, havia sim uma falta relativa de pessoas aptas para trabalhar a terra causada por problemas outros que não a oferta. Spindel (SPINDEL, 1983, pp. 116) concorda com Furtado sobre a composição interna de forças econômicas e políticas que não permite a utilização dos elementos nacionais e adiciona que esta composição se estruturara de forma a oferecer alternativas mais convenientes à produção capitalista do café.

Por outro lado, desde a proibição do tráfico intercontinental de pessoas, todas as medidas tomadas por lei ou por práticas já previam, na prática, que os cativos não seriam mantidos no trato da lavoura. Para os legisladores e para os líderes da classe dos grandes produtores agrícolas, deveria ser preparada uma passagem do modo de produção servil para o modo de produção assalariado, porém a estrutura de terras vigente no país não garantia que os recém-contratados no exterior prestassem serviços às grandes plantações já que a posse era a forma tradicional de fixação a terra. Para tanto é preparada uma nova Lei de Terras que foi um estágio para a implantação da mão-de-obra assalariada, pois proibia a posse da terra por outro meio que não a compra e, dessa forma, obrigava os recém-chegados, ainda que por um pequeno período de tempo, a trabalhar nas lavouras. Entre outras medidas estava a substituição das pessoas que trabalhavam com o café por outras que já estavam inseridas no mundo das relações assalariadas de trabalho, o imigrante europeu. Dean (DEAN, 1977, p. 87-8) afirma que esta substituição tinha cunho racista e que a elite rural aproveitara a chance para mudar o perfil racial do país que tanto os incomodava. Porém, a questão não é tão simples assim, é porém, muito mais pragmática. Santos (SANTOS, 2008) coloca que o europeu por já estar inserido no mundo capitalista e na filosofia do trabalho assim concebida pelos teóricos da economia liberal representava a mudança que era naquele momento preparada. O cativo negro, assim como o elemento nacional, representava o atraso e a malemolência que envergonhavam e manchavam a imagem do país na Europa, além de não estarem acostumados à filosofia do trabalho. Portanto a sua substituição.

A Gazeta de Campinas de 11 de abril de 1883 trazia na sua seção de noticiário uma nota chamada "Colonos" onde louva a atitude do Comendador Monte Negro que contratara 30 famílias açorianas para trabalhar na sua fazenda "Nova Louza". Segundo o jornal sua atitude era digna de louvores, pois *"a Nova Louza continuará com mais pujança em sua senda de prosperidade, dando o bello exemplo do trabalho livre e conquistando um futuro de grandes resultados"*. Ainda, *"nada mais digno de louvores do que a actividade e os esforços do Comendador Monte Negro"*. Dessa forma colocado, o trabalhador, no caso aqui o imigrante açoriano era louvado por representar o trabalho livre, ou seja, o fim da escravidão que já estaria sendo previsto pelas pessoas que, adiantando-se aos movimentos abolicionistas ou juntando-se a eles, começavam a trazer trabalhadores livres para o Brasil. Assim, começa-se a criar pela elite econômica uma imagem do imigrante como o salvador da lavoura brasileira por vir substituir os braços cativos.

O mesmo jornal em 18 de abril de 1883, em primeira página também na seção "Noticiário" apresentava o anúncio de uma empresa de colonização organizada por Fonseca e Amzalack para promover a colonização açoriana no Brasil. O jornal destacava também que o assunto não passaria despercebido, pois *"trata-se de um assumpto que é sem duvida da maior importancia da época"*. Procurando tranquilizar os fazendeiros o anúncio garante que a empresa só engajaria pessoas que eram do campo acostumadas com o trabalho agrícola, além de serem estabelecidas as bases e condições dos contratos pelos fazendeiros. Esclarece ainda que os colonos chegariam às fazendas com um *"débito muito diminuto"*, pois o fazendeiro poderia receber o auxílio de

40\$000 para adultos e 25\$000 para os menores que o governo provincial destinava.

Em O Intransigente de 18 de setembro de 1886, a posição era favorável à imigração subsidiada ao declarar que *“não posso compreender desenvolvimento economico, nas condições atuais do Brazil, sem a immigração europeá em vasta escala, supprimindo os estorvos que a tutela da lei e dos homens imagina a cada momento contra os que querem ser brasileiros”*, mas denunciava que as poucas verbas destinadas ao serviço de imigração, as quais segundo o jornal, eram extremamente contraproducentes, pois permitiam trazer apenas três mil imigrantes por ano enquanto os Estados Unidos e a Argentina abriam seus territórios e favoreciam de várias formas a imigração europeia de forma que *“os Estados-Unidos, a Republica Argentina abrem o territorio á corrente europeá: nós offerecemos ao mundo o triste quadro de nosso actual orçamento (3.000 immigrants por anno), nossas leis carunchosas, e nativismo açulado por preconceitos religiosos, politicos e de raças!”*

Em artigo de 08 de janeiro de 1889, segundo o Correio Paulistano o trabalho do imigrante europeu viria *“para tornar a provincia de S. Paulo um vasto emporio de produção e de consumo sustentado e desenvolvido pelo trabalho intelligente e fecundo do operario estrangeiro”*.

Em uma das reportagens da série de artigos intitulada Revista Útil, A Republica e a Immigração, assinada por M. Augusto Galvão, o jornal a Platéia retrata como seria a vida do caboclo brasileiro nos seguintes termos:

Não há em todo o mundo ninguem mais vadio, mais indolente que o caboclo brasileiro, que a nada se sujeita uma vez provido do necessario para um ou dois dias.

Em suas casas, miserrimas choças, não se encontra um movel, uma cama confortavel, um utensilio comodo!

Fogo aceso ao meio da casa, cigarro atraz da orelha e quando muito a massante viola, é tudo quanto elle ambiciona.

Um ponche serve de coberta á familia inteira!²

Observa-se no artigo a deliberada crítica à falta de ambição do caboclo brasileiro. O preconceito econômico era a principal motivação destas críticas. Como poderia o mundo do trabalho por salário para subsistência ser implantado se quem era o alvo para ser o assalariado não tinha a preocupação em trabalhar para receber salários e acumular bens. Se não houvesse condições para o trabalho assalariado se constituir não poderia haver condições para o capital se definir como modo de produção predominante. Gadelha (GADELHA, 1982) mostra que o trabalhador nacional foi muito utilizado nas tarefas relacionadas com a abertura de novas áreas de plantio pelo seu conhecimento da região, mas que o salário recebido nas fazendas era motivo de atração e repulsão ao mesmo tempo, atrativo porque era regular e quebrava com a instabilidade monetária em que vivia, no entanto seu valor era pequeno o suficiente para não chamar sua atenção.

Desta forma, já prevendo a falta, artificial, de mão-de-obra por razões diversas deliberadas ou não, as lideranças agrárias cafeicultoras que também chegavam ao poder político clamavam pela importação de trabalhadores europeus, porém as tentativas iniciadas por conta própria não obtiveram os resultados desejados para que as ondas imigratórias se sustentassem enquanto a demanda por mão-de-obra ainda fosse forte.

² A Platéia, data 23/01/1895, Departamento do Arquivo do Estado, cód. 18/001.

Para tanto, Martinho Prado em 1884, preparou uma lei na Assembleia de São Paulo que autorizava o pagamento total do traslado de 8.000 a 10.000 imigrantes estrangeiros por ano com a intenção de principalmente permitir que os fazendeiros não tivessem que desembolsar nenhum capital na contratação de trabalhadores e dessa forma preparar o caminho para a abolição. Em 1885, é aprovada a lei que permitia que sociedades privadas fizessem o trabalho de localização de imigrantes no exterior com o subsídio total do governo. Porém, na prática, Santos (SANTOS, 2008, pp. 114) demonstra que somente a Sociedade Promotora conseguiu o apoio financeiro da atividade com o governo paulista.

Assim, representando os interesses dos fazendeiros paulistas, os irmãos Martinho e Antônio Prado, a família Souza Queiroz e mais um pequeno grupo de cafeicultores organizaram a Sociedade Promotora de Imigração para localizar imigrantes na Europa. Apesar de ser uma empresa constituída como privada do ponto de vista societário, do ponto de vista operacional e financeiro explorava serviços públicos e tinha somente o Estado como cliente principal.

O mecanismo da localização de imigrantes e a compensação

As tentativas de substituição da mão-de-obra cativa pela mão-de-obra imigrante europeia livre iniciaram-se na mesma época que as pressões inglesas recrudesceram, porém esbarraram no problema do custo do transporte, ou melhor, quem arcaria com os custos do transporte. De início, eles recaíram sobre os próprios imigrantes, no entanto sem resultados animadores, pois esta obrigação criou situações onde o imigrante se tornara em um novo tipo de escravo por causa das dívidas contraídas que não poderiam ser pagas

apenas com o trabalho na lavoura. Tal fato provocou reações negativas na Europa que mancharam a imagem do Brasil como ponto de destino para os imigrantes europeus. Não só a questão das dívidas, mas também o tratamento dado aos imigrantes pelos fazendeiros foram fatos negativos à imagem do Brasil como ponto receptor de imigrantes. Tais reações desacreditaram o Brasil a ponto de algumas nações proibirem momentaneamente as partidas de seus compatriotas.

A solução foi sendo encontrada aos poucos com a verificação de que os imigrantes deveriam chegar ao Brasil desimpedidos de dívidas, portanto seu transporte deveria ser pago por outrem que não eles próprios. A melhora dos cofres públicos com a arrecadação dos impostos gerados pelas receitas obtidas com o café foi, também, ponto essencial na decisão de o Estado arcar com estes custos. Mandariam, porém, os fundamentos da economia liberal que os fazendeiros, os reais interessados neste tipo de mão-de-obra, bancassem os investimentos necessários, porém ao contrário do que os propostos de Adam Smith, quem bancou tais investimentos foi o erário brasileiro, mais notadamente neste caso, o erário paulista. Desta forma, leis foram promulgadas para auxiliar a localização de imigrantes no Brasil, dando início assim ao que foi chamado de imigração subsidiada. A princípio o erário financiava apenas parte da passagem chegando em 1885 com a aprovação da lei que permitia o pagamento integral das despesas dos imigrantes e da permissão para que empresas privadas operassem com esta atividade criando assim a possibilidade de fundação da Sociedade Promotora de Imigração que foi fundada em 02 de julho de 1886, dois anos antes da abolição da escravidão por eminentes personalidades da vida político-econômico-social de São Paulo e com capital de 500\$000:000 divididos em

partes iguais pelos sócios.³ A nova empresa cumpria também a função de deslocar os olhos dos estrangeiros da imigração patrocinada pelo poder público, pois juridicamente era uma sociedade privada sem fins lucrativos e os seus diretores não exerciam cargos remunerados de nenhuma forma. Tratava-se de uma empresa privada, de acordo com seus estatutos, cujo objetivo era promover a imigração estrangeira. Para os fazendeiros foi uma forma de não depender diretamente das decisões e permissões da máquina burocrática do Estado. A Sociedade Promotora de Imigração não dependia do Estado para sua atuação estratégica e operacional, mas sim financeiramente. Sua forma de localizar e introduzir imigrantes não dependia deste e, sim somente da organização dos seus diretores, não precisando obter permissão para realizá-la, que era necessária somente para o início de um novo contrato sempre prontamente atendido, mesmo porque contava com sócios em cargos no poder legislativo que aprovavam e sugeriam a sua contratação. A contratação dos prestadores de serviços de todas as formas desde funcionários, material de consumo de escritório e transporte de imigrantes era decidida somente pela direção da Sociedade. O Estado participava apenas com a liberação das verbas necessárias ao pagamento da passagem, o que proporcionava uma grande agilidade e liberdade de atuação, pois o recebimento das receitas era garantido.

Mesmo assim, o então presidente da província, Barão de Parnaíba, não aderiu oficialmente à sociedade, apesar de autores como Hall (HALL, 1969, pp. 95) e outros afirmarem que

³ Ver SANTOS, Iverson Poletto dos. ***A Sociedade Promotora de Imigração e o financiamento público do serviço de imigração: 1886 - 1895***, São Paulo: dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2008 para a lista detalhada de sócios.

ele fez parte da sociedade desde o seu início. Santos (SANTOS, 2008, pp. 01), percebeu o problema e aferiu que o fato é contestado pelas listas de sócios provenientes do livro Diário da Sociedade Promotora de Imigração. Ou seja, o barão preferiu dar o seu apoio inicial apenas facilitando a formação da sociedade e firmando os primeiros contratos, contudo não entrando oficialmente na sociedade o que faria apenas em 1888 após sua saída do governo paulista. Tal fato foi apurado pelas assinaturas nos contratos assinados para a Administração da Hospedaria dos Imigrantes e para a introdução de sessenta mil imigrantes. Assim o fez para afastar os olhos do seu nome e do governo paulista, mas não o bastante para ocorrerem os erros citados por eminentes pesquisadores. Grossi (GROSSI, 1905, p. 397), no entanto, é mais condescendente ao afirmar que o trabalho realizado pela Sociedade Promotora foi patriótico e benemérito e que foi fundada sob a inspiração de Antônio de Queiroz Telles, ninguém menos que o Barão de Parnaíba, o próprio presidente da província. Aponta que

Questo còmposito patriotico venne assunto della benemerita Sociedade Promotora de Imigração, fondata per ispirazione del Presidente della Provincia, dott. Antônio de Queiroz Telles.

Ele complementa (GROSSI, 1905, p. 398) ao dizer que

Concludendo, si può com previa sicurezza affermare Che il concorso della Sociedade Promotora de Imigração fu dei più efficaci per la soluzione del grave problema della trasformazione del lavoro e dello sviluppo della ricchezza pubblica in S. Paulo, come risulta chiaramente della della su ultima Relazione (Relatorio), presentata al Governo statale il 31 dicembre 1895.

Os documentos oficiais mostram a consciência dos legisladores e tomadores de decisão sobre o problema criado pela escravidão e pelos problemas criados com os primeiros imigrantes para cá trazidos. Pedro Vicente de Azevedo,

presidente da província, afirmou em relatório provincial de 1889 que o Brasil não era conhecido pelas nações civilizadas e a escravidão tornou a imagem do país como uma nação bárbara. Donde a necessidade de desvincular a imigração, agora subsidiada dos nomes do Brasil e do governo brasileiro. Desta forma, São Paulo era o ponto de chegada e a Sociedade Promotora de Imigração era a ponte.

O jornal A Província de São Paulo contribuiu com mais dois pontos que auxiliam na compreensão da formação dos estatutos e objetivos da Sociedade Promotora. Um deles foi afirmar que a Promotora era “uma sociedade civil com o fim de instigar o movimento immigratorio para esta província”.

Com isto desvinculou-se da participação do Estado na sua formação e reiterou que

A Sociedade Promotora de Imigração inseriu em seus estatutos uma clausula pela qual não póde auferir lucro das negociações que realizar.

O segundo ponto foi a declaração de que

Para o augmento da corrente immigratoria da provincia, ella conta não só com a propaganda neste sentido, como tambem com as passagens que fornecerá directamente aos immigrantes [afastando-se dos problemas ocorridos com os agentes de imigração].

A Promotora procurava também afastar mais um intermediário, pois o imigrante deveria tratar diretamente com ela ou com seus representantes. Além disso, havia a cláusula de não poderem receber os contratadores do serviço de transporte em dinheiro algum dos imigrantes que demonstra a intenção de coibir abusos já ocorridos anteriormente. No mesmo jornal, sobre o serviço de recrutadores a Sociedade declarou que

Asseveramos a V. Exc. que nunca lançámos mão de recrutadores, nem tão pouco despendemos um real

com agentes de imigração, apesar das contínuas importunações e solicitações de italianos residentes no Brasil e na Itália para se ocuparem com este serviço; e podemos garantir eu não poucas d'essas esperanças malogradas, têm provocado ataques contra a emigração para S. Paulo.

Contudo não é somente este trabalho de desvinculação que urge ao olhar do pesquisador, mas também um programa de propaganda que incluía a imprensa escrita, manuais, mapas, questionários, folhetos e os próprios imigrantes por meio das cartas de chamada, sem as quais segundo a Promotora nenhum imigrante poderia entrar no Brasil.⁴

Em nove anos de serviço a Promotora fez transportar segundo Bianco (BIANCO, 1982, pp. 85) 266.732 imigrantes, o que gerou uma enorme e garantida renda para os donos das empresas de navegação e uma economia imensurável para os fazendeiros, pois se tivessem que localizar os imigrantes por conta própria ou transportar e contratar trabalhadores, seus gastos seriam imensos. Para fazer frente a estes gastos, o governo de São Paulo levantou empréstimos no exterior para levar adiante o serviço de imigração. Segundo os dados apurados por Santos (SANTOS, 2008, pp. 50) em 1888, o governo da província realizou uma operação de captação de recursos em Londres da ordem de £ 9.600 para custear os gastos realizados com entrada de imigrantes. Neste mesmo ano a Casa Bancária Nielsen & Comp. concedeu um outro empréstimo de 500 contos de reis, o qual pode ser elevado para 1 mil contos de reis caso fosse necessário. Isto referente ao mês de novembro, pois o governo já havia feito outros empréstimos que atingiram a soma de 350 contos de reis. Foi o serviço de imigração uma das fontes originárias das despesas avultadas que desequilibram as contas provinciais como o

⁴ Para mais informações sobre o trabalho de propaganda realizado pela Sociedade Promotora de Imigração ver Santos, op. cit, pp. 71.

próprio presidente Rodrigues Alves confirma e, segundo Carone (CARONE, 1971), tinha fama de bom administrador financeiro que primava pela solvência das contas públicas. De toda a forma, os governantes acreditavam que a imigração pagaria seus próprios custos com o aumento das receitas provenientes da atividade cafeeira. No relatório provincial de 1886, por exemplo, considerou-se sobre a imigração que *“não ha ramo da administração provincial que mais atenção, estudo e merecer desta Assembléa e do Governo do que este sobre o qual repousa o bem estar presente e, principalmente, futuro da nossa Província”*. O relatório provincial de 1888 apresentou que *“Nenhum dos serviços a cargo do Governo inspira actualmente mais interesse que o da immigração.”*

Prado (PRADO, 1961, pp. 232) percebendo este fato afirma que a administração de São Paulo, que tornara-se autônoma com o advento da República, fez da questão imigratória o programa central das suas atividades e resolveu-a dentro de um sistema que se pode considerar perfeito e completo. Ele, entretanto, não percebeu que este sistema chamava-se Sociedade Promotora de Imigração. Perfeito porque criava acesso à oferta de mão-de-obra trazendo trabalhadores em uma quantidade que satisfazia a demanda por mão-de-obra de acordo com as necessidades do cultivo de café e dos projetos imaginados pela elite de fazendeiros que controlavam o poder econômico-político. Completo porque permitia aos fazendeiros não desembolsar um centavo pela mão-de-obra que chegava completamente desimpedida e que vinha da Europa até quase as portas das fazendas graças aos acordos feitos entre a Sociedade Promotora de Imigração e a São Paulo Railway concedendo passagens gratuitas aos imigrantes de Santos a São Paulo (Hospedaria dos Imigrantes). Os fazendeiros teriam que arcar

com estes custos de transporte somente se os imigrantes não pudessem pagá-los imediatamente, mas que seria pago na ocasião do primeiro pagamento já na fazenda e com a colheita já feita. Além disso, havia também o controle sobre a mão-de-obra completado pela administração da Hospedaria dos Imigrantes. Desta forma, os fazendeiros controlavam todo o processo sem a ingerência do Estado, que apenas fornecia os recursos financeiros.

O mecanismo montado pela Sociedade Promotora incluía também as casas bancárias pertencentes aos seus sócios, desse modo, a Caixa Filial do Banco do Brasil⁵, que prestou serviços financeiros e possuiu a sua conta corrente tem como sócios, entre outros, Martinho da Silva Prado, pai de Martinho Prado Jr. e Francisco Antônio de Souza Queiroz. Além desta casa bancária, consta que Martinho da Silva Prado possuía também uma outra em São Paulo, a Casa Bancária da Província de São Paulo, a qual também possuiu em seu quadro de sócios outros participantes da Promotora como o Conde de Três Rios, o Barão de Piracicaba, o Barão de Parnaíba, entre outros. Apesar de um quadro societário mais notável e mais comum à Sociedade, ela não foi escolhida para intermediar os serviços bancários realizados por ela, movimentações que trariam ganhos consideráveis já que as somas movimentadas no serviço prestado eram avultadas, além de contar com o próprio presidente da província como

⁵ Segundo SAES In PERISSINOTO, Renato Monseff. ***Estado e capital cafeeiro em São Paulo (1889 – 1930)***, São Paulo: Annablume, 2000, p. 79. A Caixa Filial do Banco do Brasil foi fundada em 1856 e embora não fosse propriamente paulista, contava em seus quadros societários vários fazendeiros de café que não deixam dúvidas a respeito de sua procedência. Segundo ele, a família Prado possuía mais de 50% das ações. É, portanto, uma instituição com mais de trinta anos de experiência à época da fundação da Promotora, fato este que também pode ter pesado na sua escolha como a instituição financeira da Promotora. Ainda segundo SAES, a Casa Bancária da Província de São Paulo foi fundada em 1885, e chegou a ser uma das maiores instituições paulistas de crédito na época do Império e é considerada um marco típico da união dos capitais cafeeiros, pois tinha na sua formação societária fazendeiros, donos e diretores de ferrovias, comerciantes, entre outros.

sócio. O governo da província pode ter influído nesta decisão ao requisitar garantias para o fechamento do contrato. A escolhida, então, foi a Caixa Filial, como está demonstrado em diversos lançamentos no livro Diário. Ela, além de tudo, cumpriu os serviços por todo o período em que a Sociedade Promotora funcionou. A dúvida que fica é a razão de ter sido escolhida em detrimento de outra casa bancária com maior notoriedade e peso societário. Uma provável razão foi a composição com Francisco Antônio de Souza Queiroz. A aliança entre as famílias Prado e Souza Queiroz pode ter pesado, o que confirma a hipótese levantada anteriormente que são estas duas as famílias predominantes na Sociedade. Pelos registros pesquisados, Martinho Prado Jr. foi também o tesoureiro de fato da Sociedade Promotora, mesmo não existindo este cargo e nem referências a quem realizava estes serviços. Os pagamentos realizados em seu nome e sob sua responsabilidade demonstram que era ele o homem que movimentava o dinheiro recebido pela Promotora, tendo uma conta contábil específica e, por esta razão, o dinheiro passava pela casa bancária de sua confiança e preferência e, conseqüentemente que fosse a entidade fundada por seu pai, demonstrando também a proeminência de Martinho Prado como sócio.

Além de tudo isso, para fechar o mecanismo de localização e contratação de imigrantes havia ainda o contrato assinado pela Promotora e o governo provincial em 29 de fevereiro de 1888, que versava sobre a administração da Hospedaria dos Imigrantes, previa que era de responsabilidade da Sociedade Promotora realizar os andamentos cabíveis à documentação do imigrante. O procedimento era iniciado no seu escritório ou na Hospedaria com a entrega da solicitação feita pelo imigrante juntamente

com os documentos comprobatórios da solicitação. O anúncio realizado em 14 de fevereiro de 1888 no Correio Paulistano com o nome de *Aviso aos imigrantes*, ele declarou que “*encarrega-se de tratar gratuitamente de todas as dependências que os imigrantes possam ter perante o governo e todas as repartições publicas.*” e que os imigrantes poderiam se dirigir ao endereço da Sociedade Promotora “*a rua do Carmo n.1, escriptorio da sociedade, das 10 horas da manhã as 2 da tarde, quando tiverem as referidas dependencias.*” confirmando que era uma das responsáveis oficiais pelo serviço de imigração.

A assinatura do contrato com o governo da província forneceu o status de agência oficial de imigração que previa o oferecimento de realização de serviços com todas as repartições do governo de São Paulo sendo na prática o próprio serviço de imigração tendo inclusive conta própria dentro do orçamento provincial, como pode ser verificado nos relatórios provinciais e no relatório de despesas e receitas de 1893 já citados neste trabalho. Havia uma conta aberta com o nome *Imigração* que corresponde às despesas realizadas exclusivamente com a Sociedade Promotora de Imigração. Como agente oficial de imigração, ela atuou somente nas funções que mais atendiam às necessidades dos seus sócios, ou seja, a localização, transporte, agasalho e destino final dos imigrantes às fazendas em São Paulo.

O estudo pormenorizado do funcionamento da Promotora mostrou que ela apenas gerenciava a mão-de-obra, pois quem localizava, contratava e transportava os imigrantes para o Brasil eram agentes contratados por ela no Brasil para realizar este serviço. Era uma intermediária entre o Estado que queria o imigrante e por ele estava disposto a pagar e o agente que conhecia as condições e modos de

agenciamento de mão-de-obra na Europa. Santos mostrou que cada agente era especialista em uma região europeia, tendo a Sociedade Promotora trabalhado com várias nacionalidades, mais notadamente a italiana. Em agosto de 1888, ela publicou um quadro de entrada de imigrantes onde se verificava uma esmagadora maioria de 3.479 italianos de contra 230 portugueses trazidos por conta dela. Os imigrantes espontâneos eram na ocasião apenas 516 pulverizados em diversas nacionalidades como italianos, portugueses, austríacos, alemães, espanhóis, franceses, ingleses, belgas e suecos. No período em que funcionou, de 1886 até 1895, foi verificado que as entradas espontâneas não foram expressivas, mas que as entradas subsidiadas por conta da Promotora foram as que mais cresceram. Estes números que favoreceram a imigração subsidiada chamaram a atenção de vários opositores, principalmente na imprensa não-alinhada.

De um modo geral, as críticas não eram em si contra a imigração, mas contra a maneira como ela estava sendo conduzida. Os subsídios e a falta de fiscalização de quem entrava no país eram os principais pontos criticados. Porém, como observou Carone (CARONE, 1971), não havia naquela época uma verdadeira oposição aos governantes da situação, pois mesmo com a existência de uma alternância de nomes, não ocorria uma mudança de ideologia, sendo a dos grandes proprietários a predominante. Pelos jornais da época percebe-se que havia apenas críticas às pessoas que ocupam os cargos e, não à forma com que conduzem o Estado e, principalmente, qual tipo de Estado era escolhido pelos seus governantes.

No caso específico da Sociedade Promotora, sua prestação de contas era feita por relatórios apresentados ao

Governo Provincial de São Paulo, já que seu principal cliente e, por que não dizer, parceiro, era o próprio Governo Provincial. O Governo Geral do Império, por meio do Ministério da Agricultura, que tinha como chefe não por coincidência, o Conselheiro Antônio da Silva Prado, um dos principais elementos da constituição da Promotora, participa com um contrato para a introdução de 500 famílias de imigrantes. Com a nomeação do Conselheiro seguiu a aprovação da lei que permitiu o funcionamento de sociedades privadas promotoras da imigração europeia e logo na sua constituição foi aprovado um contrato para introdução de 500 famílias de imigrantes mediante o pagamento integral das passagens. O Ministério da Agricultura também concedeu crédito de 12:000\$000 para a impressão do folheto *A Provincia de S. Paulo*, folheto este que teve sua confecção auxiliada pelo saldo a favor da Sociedade Promotora com o Governo Provincial, custando um total de 25:000\$000 para oitenta mil exemplares, como consta do lançamento contábil onde a conta de número 17 do Ministério da Agricultura é colocada como devedora da conta 25 de Auxílios caracterizando assim a origem da importância recebida e o valor recebido logo depois do histórico que explica o fato contábil escriturado.

Com exceção dos imigrantes que entravam espontaneamente, o serviço de introdução de imigrantes foi exclusivo da Sociedade Promotora de Imigração até 1892, quando o governo de São Paulo firmou contratos com Ângelo Fiorita para trazer imigrantes por sua conta. Com a reunião dos fazendeiros nesta sociedade, eles se tornaram o mercado para a mão-de-obra e, também, definiam a sua procura com exclusividade. Porém, até sua dissolução em 1895, mesmo com a introdução em 1893 de mecanismos de concorrência

para as autorizações, nenhuma outra empresa foi contratada para realizá-los.

Sua situação de monopólio era mantida por dispositivos legais que tornavam caducas as concessões dadas a outras sociedades de imigração ou que negavam as petições feitas como a do artigo de 17 de agosto de 1889 do Diário Popular que mostra a negação das petições do barão de Drummond e do barão de Souza Lima pelo fato de que as despesas com introdução de imigrantes já foram empenhadas e eram muito maiores que as que foram votadas pelo poder legislativo.

As situações de caducidade dos contratos, porém, não eram ocasionadas somente pelo poder público, pois as referidas concessionárias não iniciaram os serviços nos prazos previstos, perdendo assim a concessão. É o que ocorreu também com a Companhia de Viação Férrea que deveria ter fundado núcleos agrícolas e localizado 5.000 famílias de imigrantes no Estado de S. Paulo e foi noticiado pelo Diário Popular de 14 de setembro de 1892.

No dia 18 de agosto de 1892, o Diário Popular veiculou em seu noticiário que a Companhia Rural do Brasil, pediu a reconsideração do ato que declarou caduco o seu contrato celebrado em 24 de outubro de 1892 para a fundação de 10 núcleos coloniais e localização de 10.000 famílias de agricultores em terras devolutas dos estados do Paraná, S. Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, porém o ministro da agricultura declarou *“que este ministerio não póde revalidar concessões que tenham caducado”*. Completando que a peticionária deveria recorrer

(...)ao poder legislativo, que poderia attendel-a á vista da falta que o fiscal do governo commeteu pondo o visto e a sua approvação nos trabalhos que não estavam no caso de serem approvados, tendo nesta data providenciado para que seja exonerado

o fiscal do governo junto á concessão do supplicante.

É nas críticas feitas à atuação da Sociedade Promotora que se pode perceber parte do mecanismo de compensação por meio da oferta de mão-de-obra. Muito criticada foi a ação de trazer famílias completas com membros por vezes idosos ou sem condições para o trabalho. Franceschini (FRANCESCHINI, 1908), por exemplo, citou, e condenou, a política brasileira de receber estas pessoas, pois dizia que as terras brasileiras não poderiam tirar proveito destas pessoas para o seu progresso, pois

(...)il Brasile si trovò pervaso da vecchi, da enfermi, da inabili, da vedove d'operai, da orfani senza sostegno e senza mantenimento, i qualli non poterono certo contribuire al progresso sociale di quelle terre bisognese di tutto. Per ciò il governo di San Paolo (ciu era stato affidato dall'Unione il servizio dell'emigrazione) emanò il decreto 16 marzo 1892 (che ebbe vigore per due anni), il quale stabili il impatrio a spese dello stato di tutta quella folla di persone, da cui le terre del Brasile nulla potevano ripromettersi.

No entanto, Martinho Prado considerava que a presença dos familiares deixava os imigrantes mais seguros, felizes, e, analogamente, mais capazes para o trabalho. De toda forma, apesar das críticas realizadas, o sistema tornou-se extremamente eficiente e produtivo no sentido da atração e localização dos imigrantes em fazendas de São Paulo.

Em relatório apresentado em 1888 à presidência da província de São Paulo, a Promotora demonstrou as razões por esta preferência, pois elas encontravam colocação mais rapidamente, por serem mais felizes em virtude da não desagregação familiar e da possibilidade de encontrarem trabalho juntos e de poderem complementar a sua renda familiarmente, fato este que tem grande importância para os

imigrantes. Dados aos custos envolvidos e ao dinheiro já adiantado pelo Estado de São Paulo, a intenção da Promotora era de possibilitar a menor reemigração possível, não só para a Europa, como para países vizinhos, principalmente para a Argentina, a qual dava preferência à entrada de elementos solteiros e se tornava grande concorrente na atração pelos braços imigrantes. A Sociedade considerava que elas garantiriam maior apego a terra e, por isso, diminuiriam a intensa rotatividade existente.

Outra crítica muito comum foi a de que a Sociedade Promotora aceitava qualquer tipo de pessoa não importante se eram agricultoras ou não. Na realidade, os contratos firmados entre ela e o governo de São Paulo permitiam que somente 5% dos imigrantes não fossem agricultores, podendo ter outras atividades profissionais. No entanto, a própria Promotora em relatório de 1886 confirma que vários elementos das mais diversas ocupações a procuraram para emigrar, o que nas palavras de Martinho Prado não foi aceito. Os jornais da época publicaram diversas críticas à Sociedade Promotora por este fato, principalmente por terem estes imigrantes abandonado as fazendas no interior de São Paulo e migrado para capital para se ocupar das mais diversas atividades comerciais, principalmente. São atividades caracterizadas, porém, da falta de profissão definida, tais como mascates, vendedores ambulantes de doces, verduras, etc. Os jornais, todavia não perceberam que estas pessoas abandonavam as fazendas não somente por não serem agricultoras, mas principalmente pelas condições adversas de trabalho, longas jornadas, cláusulas contratuais não cumpridas pelos fazendeiros, pagamentos não efetuados, e outras razões.

Mas, uma análise apurada dos contratos assinados pela Sociedade Promotora de Imigração com o governo de São

Paulo não deixa dúvidas quanto às suas intenções de trazer o maior número possível de imigrantes, ou seja, de criar uma oferta superior à demanda por mão-de-obra. Se isto não forçou os valores dos salários para baixo, pelo menos fez com que eles não crescessem a uma taxa muito grande que impedisse a acumulação pelos fazendeiros. A forma escolhida para localizar imigrantes, o pagamento por pessoa localizada com valores diferenciados para adultos, adolescentes e crianças, favoreceu a contratação em massa por ser um incentivo aos contratados na Europa a ganhar mais por pessoa. Deve-se considerar também que países com a Itália, principalmente, eram centros que expulsavam milhares de pessoas, ou seja, os contratos fechados que previam milhares de pessoas eram o estímulo suficiente para os agenciadores de mão-de-obra. Os contratos fechados pela Sociedade Promotora de Imigração com o governo de São Paulo, excetuando o primeiro contrato assinado em 02 de julho de 1886, contemplaram nunca menos de cinquenta mil pessoas. Holloway (HOLLOWAY, 1972, p. 153) esboçou uma tabela de estimativas de trabalhadores necessários para a atividade cafeeira onde temos que até o ano de 1895 é estimada a necessidade de 157 mil trabalhadores para darem conta das lavouras existentes e da expansão que estava em curso. Apesar de o próprio autor considerar estes números frágeis por serem derivados de outras estimativas, ele os considera fidedignos se for considerado um intervalo de variação de 10%, dadas as dificuldades de calcular um número mais expressivo. Só a Promotora trouxe o expressivo número de 266.732 até a data em consideração, não considerando os imigrantes espontâneos trazidos por conta do próprio Estado de São Paulo e dos imigrantes trazidos por conta do Governo Federal.

Este modelo de imigração foi classificado pelo deputado Cesário Alvim no Diário Oficial de 18 de agosto de 1886 como inócuo se mantidas as condições de trabalho e o regime de culturas intensivas que imperavam no país. Segundo ele, eram elas que dificultavam a imigração em massa, e não os métodos para trazê-los. Declara ainda que *“nesse regimen querer que o immigrante venha ser o elemento de transformação de trabalho é querer de mais.”*

Conclusão

Se não houve indenização oficial em espécie pela libertação dos cativos, a Sociedade Promotora cumpriu na prática por esta indenização na forma de trabalhadores para as lavouras, o que pode ser uma das razões para a insistência da contratação de trabalhadores no exterior por meio do poder público. Ou seja, uma forma indireta de compensar quem ficou de uma hora para outra alijado de parte importante do seu capital imobilizado, os cativos. Além disso, com o estabelecimento de uma corrente imigratória contínua e abundante, não haveria a preocupação com o giro natural de mão-de-obra ocasionado pelas condições duras de trabalho nas fazendas. Findas as exigências contratuais, ou muitas vezes antes mesmo disso, o imigrante saía da primeira fazenda contratada para dirigir-se para outras fazendas com condições mais favoráveis ou para a cidade para trabalhos e funções urbanas, já que muitos não eram agricultores de profissão, mas que como tal foram trazidos. Há nos jornais consultados diversas críticas a esta movimentação e dinâmica econômica dos imigrantes trazidos para as lavouras de café, mas que lá não permaneceram.

Este mecanismo foi percebido, mas não identificado, por vários pesquisadores incluindo Caio Prado e Sheiwa Spindel, que ficaram próximos de o observarem, contudo nenhum deles assim o denominou porque estavam preocupados com outras questões, mais notadamente a substituição da mão-de-obra cativa pela assalariada e a inserção da atividade cafeeira no modo de produção capitalista. Spindel (SPINDEL, 1983, pp. 116) identificou a imigração subsidiada como uma perspectiva de mão-de-obra volumosa com a garantia de um abastecimento imediato e sistemático de acordo com os interesses das classes que estavam no poder, além do financiamento a custo zero da importação, com o Estado assumindo este ônus. Mas foi Santos (SANTOS, 2008, pp. 153) em seu estudo da Sociedade Promotora de Imigração quem percebeu e identificou este mecanismo de compensação indireto pela contratação de mão-de-obra imigrante financiado pelo estado que beneficiou os fazendeiros de café e, principalmente os seus sócios e agentes de transporte.

A grita por braços para lavoura chamou a atenção da imprensa para o fato de a demanda estar supervalorizada. O jornal Correio de Campinas em 25 de dezembro de 1889 chamou a atenção para a passagem de cento e poucos imigrantes com destino a Espírito Santo do Pinhal. Fez o artigo dizendo *“E ainda dizem que não ha braços para a lavoura!”*, o que demonstra não concordar com a alegada falta de mão-de-obra que os círculos oficiais afirmavam.

Por esta razão que desde o seu início em 1886, a Sociedade Promotora de Imigração teve uma situação privilegiada com o governo de São Paulo. Michael Hall a chamou de confortável, pois eram seus próprios sócios, na grande parte membros dos poderes Legislativo e Executivo,

que aprovavam as autorizações para a contratação dos seus serviços. Somente em 1893, depois de pressões realizadas na imprensa, que passam a ocorrer, pelo menos em teoria, concorrências públicas para escolher quem prestaria o serviço. Porém, na prática, a Promotora continua recebendo os contratos sem nenhuma dificuldade. Esta situação demonstra a intenção de não pulverizar os contratados, garantindo assim que o grupo destacado continue a controlar a oferta de mão-de-obra e que ela não se perdesse para outros estados ou outras atividades. A atuação da Promotora mostrou que os seus imigrantes eram para o café ou, no máximo, para a lavoura de São Paulo. Não faltaram, entretanto, os interessados em atuar no mesmo ramo.

Do ponto de vista financeiro, estes contratos geraram somas consideráveis de dinheiro para a Promotora e, principalmente para os agentes de transporte. Vê-se na documentação uma preocupação em pagá-los em dia e em garantir preços competitivos nas passagens, tanto que a Promotora chegou a levantar empréstimos para pagar Fiorita em dia, que recebia um valor maior que o praticado pelas companhias de navegação que não faziam o transporte dos imigrantes. Em contrapartida, o governo de São Paulo levantou empréstimos no exterior para pagar a Promotora e manter a corrente imigratória para o estado. Era necessário manter a corrente imigratória a qualquer custo para não asfixiar a lavoura pela falta de braços, concordavam a Promotora, o governo do estado e os jornais.

Podem ser elencadas como razões para a afirmação de que a imigração subsidiada com seu braço operacional pela Sociedade Promotora de Imigração funcionou na prática como um mecanismo de compensação aos fazendeiros pela abolição da escravidão: a quantidade de pessoas previstas

nos contratos assinados, as exigências contratuais para que fossem os imigrantes localizados fossem agricultores, a grita generalizada por braços para a lavoura mesmo com trabalhadores nacionais e ex-cativos disponíveis e acostumados com o trabalho, os valores envolvidos nas transações com os introdutores e agenciadores de mão-de-obra que foram pagos facilmente mesmo com sacrifícios das duas partes, Sociedade Promotora de Imigração e governo de São Paulo, com empréstimos realizados em casas bancárias a juros, os preços praticados nos contratos que pela quantidade de pessoas transportadas poderiam ter caído mais, a aceitação de grupos familiares com pessoas idosas, crianças e inábeis para o trabalho e o status de agência oficial de imigração que a Sociedade Promotora teve por todo o período em que funcionou. Pode-se até afirmar que de certa forma, mantidas as devidas diferenças, foi uma compensação financeira indireta, pois eles economizaram verdadeiras fortunas que seriam gastas se o governo não tivesse tomado para si o serviço de imigração e pelas tentativas anteriores realizadas pelos próprios fazendeiros, os resultados não seriam tão animadores.

Referências Bibliográficas

BIANCO, Maria Eliana Basile. A Sociedade Promotora de Imigração (1886 – 1895). São Paulo: dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, 1982, mimeo.

CARONE, Edgard. A república velha (evolução política). São Paulo: Difusão europeia do livro, 1971.

DEAN, Warren. A industrialização de São Paulo (1880 – 1945). São Paulo: DIFEL, 3ª ed., 1977.

FAUSTO, Bóris. História geral da civilização brasileira. III. O Brasil Republicano. 1. Estrutura de Poder e Economia (1889 – 1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, tomo III, 1º vol., 8ª ed., 2004.

FRANCESCHINI, Antonio. L'emigrazione italiana nell'America Del Sud, Roma: Forzani e C. Tipografi Editori, 1908.

GADELHA, Regina Maria D'Aquino. Os núcleos coloniais e o processo de acumulação cafeeira (1850-1920): contribuição ao estudo da colonização em São Paulo, São Paulo: tese de doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, 1982, mimeo.

GROSSELLI, Renzo M. Da schiavi bianchi a coloni. Um progetto per le fazendas. Contadini trentini (veneti e lombardi) nelle foreste brasiliane. Trento: Provincia Autonoma di Trento, 1991.

GROSSI, Vincenzo. Storia della colonizzazione europea al Brasile e della emigrazione italiana nello stato di S. Paolo, Roma: Oficina Poligrafica Italiana, 1905.

HALL, Michael M. The origins of mass imigration in Brazil, 1871 - 1914, Columbus University : Tese de doutorado apresentada para a Faculty of Political Science, (mimeo), 1969.

HOLLOWAY, Thomas. Condições do mercado de trabalho e organização do trabalho nas plantações na economia cafeeira de São Paulo, 1885 - 1915 - uma análise preliminar. São Paulo: Revista Estudos Econômicos, v.2, n.6, 1972.

HUTTER, Lucy Maffei. Imigração italiana em São Paulo (1880 - 1889). Os primeiros contactos do imigrante com o Brasil, São Paulo: IEB - USP, 1972.

PINTO, Maria Inez Machado Borges. Cotidiano e sobrevivência. A vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo (1890 - 1914), São Paulo: Edusp, 1994.

POZZEBON, Zola Franco. Uma odisseia na América, Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1997.

PRADO JR., Caio. História econômica do Brasil, São Paulo: Ed. Brasiliense, 6ª ed., 1961.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza (1890 - 1915), São Paulo: Annablume, 1998.

SANTOS, Ivison Poleto dos. A Sociedade Promotora de Imigração e o financiamento público do serviço de imigração: 1886 - 1895, São Paulo: dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2008.

SAY, Jean-Baptiste. Tratado de Economia Política, São Paulo: Nova Cultural Editora, 2ª edição, 1986.

SMITH, Adam. Uma investigação sobre a natureza e causas da riqueza das nações, Rio de Janeiro: Ed. Tecnoprint, 1986.

SPINDEL, Sheiwa. Homens e máquinas numa economia cafeeira (1850 – 1930), São Paulo: Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, 1983, mimeo.

TRENTO, Angelo. Do outro lado do Atlântico. Um século de imigração italiana no Brasil, São Paulo: Nobel – Instituto Italiano de Cultura di Sao Paolo, 1985.

VANGELISTA, Chiara. Os braços da lavoura. Imigrantes e “caipiras” na formação do mercado de trabalho paulista (1850 – 1930), São Paulo: Ed. Hucitec, 1991.

JORNAIS

A Platéia, data 23/01/1895, Departamento do Arquivo do Estado, cód. 18/001.

A Provincia de São Paulo, data: 04/07/1886, Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, código 01.01.012.

Correio de Campinas, data: 25/12/1889, Biblioteca Municipal Mario de Andrade.

Diario Official, data: 18/08/1886, Departamento do Arquivo do Estado.

Diário Popular, data: 17/08/1889, Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, código 07/047.

Diário Popular, data: 18/08/1892, Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, código VAR 084.

Diário Popular, data: 14/09/1892, Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, código VAR 084.

Gazeta de Campinas, data: 11/04/1883, Arquivo Edgard Leuenroth, UNICAMP.

O Intransigente, data: 18/09/1886, Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo.

IMPRESSOS

Relatório apresentado ao Illmo. E Exmo. Snr. Visconde do Parnahyba Presidente da Provincia de São Paulo pela Sociedade Promotora de Imigração in Relatorio com que o Exmo. Sr. Dr. José Luiz de Almeida Couto Presidente da Provincia de S. Paulo passou a administração ao 1º Vice-presidente, Exmo. Sr. Dr. Francisco Antonio de Souza Queiroz Filho. São Paulo, Typographia do Correio Paulistano, 1886.

Relatório apresentado ao Illmo. E Exmo. Snr. Visconde do Parnahyba Presidente da Provincia de São Paulo pela Sociedade Promotora de

Immigração in Relatorio com que o Exmo. Sr. Dr. José Luiz de Almeida Couto Presidente da Provincia de S. Paulo passou a administração ao 1º Vice-presidente, Exmo. Sr. Dr. Francisco Antonio de Souza Queiroz Filho. São Paulo, Typographia do Correio Paulistano, 1886

Relatorio com que o Exmo. Sr. Dr. José Luiz de Almeida Couto Presidente da Provincia de S. Paulo passou a administração ao 1º Vice-presidente, Exmo. Sr. Dr. Francisco Antonio de Souza Queiroz Filho. São Paulo: Typographia do Correio Paulistano, 1886.

Evolução das Formas da Produção e do Trabalho: uma abordagem do Marxismo ao Toyotismo¹.

Luís Abel da Silva Filho²
Silvana Nunes de Queiroz³

RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar uma breve discussão acerca da ruptura e continuidade do processo de organização da produção e do trabalho - do marxismo ao toyotismo. A hipótese desse artigo é de que o ganho de produtividade não tem sido acompanhado pela distribuição do produto aos trabalhadores e que a condição de exploração tem se intensificado desde o período manufatureiro perdurando até os dias atuais. Metodologicamente, utiliza-se uma pesquisa do tipo exploratória, sustentada em uma revisão de literatura direcionada a esses propósitos. Nesse contexto, a bibliografia utilizada ratifica a hipótese apresentada, quando evidencia a fragilidade do trabalhador mediante as organizações produtivas em todo o período exposto, sendo a mão-de-obra fator primordial da geração de lucros do capital, em toda história econômica.

Palavras-chave: Trabalho/Produção, Marxismo, Taylorismo, Fordismo, Acumulação Flexível, Toyotismo.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to introduce a brief discussion about the rupture and continuity of the process of organization of the production and of the work – from the marxism to toyotism. The hypothesis of this paper is that the productivity gain has not been followed by the distribution of the product to the workers and that the condition of exploitation has been intensifying since the manufacturing age, thus lasting up to the modern times. Methodologically, it's used a exploratory-type research, supported in a literature review directed towards these purposes. In this context, the bibliography used ratifies the hypothesis presented, when it outlines the fragility of the worker against the productive organizations throughout the entire timespan under investigation, while the workforce is an essential factor for the profit generation of the capital, in all the economical history.

Key-words: Work/Production, Marxism, Taylorismo, Fordismo, Flexible Accumulation, Toyotismo.

¹ Texto enviado em 10/10/2009. Aprovado em 10/12/2010.

² Aluno do Mestrado em Economia do PPGECO – UFRN, bolsista CAPES. Pesquisador do Observatório das Metrôpoles núcleo da UFRN.

³ Professora do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri – URCA. Doutoranda em Demografia – NEPO/UNICAMP

INTRODUÇÃO

O presente artigo toma como ponto de partida a divisão social do trabalho para explicar o processo de evolução pelo qual vem passando as estruturas produtivas. Sabe-se que não é um processo recente, embora no final do século XX as estruturas tenha se modificado com mais rapidez e se reestruturando com mais frequências às exigências de mercado. E é nesse processo que as formas de trabalho têm acompanhado a mesma tendência de funcionamento no processo de evolução do sistema capitalista.

Em Marx (1987), já fora apresentado o princípio de evolução das estruturas produtivas e os ganhos de capital, através do sistema de divisão social do trabalho que culminaria com o aumento na produtividade e a especialização produtiva, deixando para trás a produção individual representada pelo artesão. Sendo que essa evolução não representou a ascensão da classe trabalhadora. Nesse contexto o artesão deixou de ser senhor de seu produto e passou a fazer parte deste através da venda de seu serviço aos novos donos do sistema produtivo.

[...] a análise do processo de produção em suas fases especiais coincide por inteiro com a decomposição de um ofício parcial nas diversas operações e conserva o seu caráter manual, dependendo, portanto, da força, da destreza, da rapidez e da segurança do trabalho individual, no manejo de sua ferramenta. O ofício manual segue sendo à base de tudo.

Em toda a evolução do sistema capitalista, tem-se observado avanço significativo nas estruturas produtivas, aperfeiçoamento das organizações patronais, seguido da deterioração dos postos de trabalho. No sistema taylorista de produção, os princípios básicos que pautavam o modelo, em

tese, já asseguravam ganho de produtividade para o capital. Pois: planejamento, preparação, controle e execução, faziam parte do regimento e estruturação das organizações dominadas pela classe capitalista, senhores da classe trabalhadora, e as condições de exploração permaneceriam.

Com o fim do sistema taylorista (não respondia mais, em tese, os anseios da classe capitalista), ou melhor, a transição moderada a traves de um processo de readaptação das forças produtivas ao sistema fordista (linha de montagem), novo sistema de produção com ganhos de produtividade para a classe capitalista se instaurava em economias avançadas e, nesse contexto, novo trabalhador e nova classe social seria criada, onde, segundo Harvey (1989, p. 122).

[...] O novo tipo de sociedade poderia ser construído simplesmente com a aplicação adequada ao poder corporativo. O propósito do dia de oito horas e cinco dólares só em parte era obrigar o trabalhador a adquirir a disciplina necessária à operação do sistema de linha de montagem de alta produtividade. Era também dar aos trabalhadores renda e tempo de lazer suficiente para que consumissem os produtos produzidos em massa que as corporações estavam por fabricar em quantidades cada vez maiores.

Com o pós-fordismo surge um novo sistema de estruturação do trabalho, sendo que os investimentos foram deslocados da produção, mediante a desqualificação da mão-de-obra, tendenciando a redução da produtividade, para o setor de serviços, gerando um novo segmento no trabalho com o processo de terceirização. Os anos 1980 vivenciaram intensamente o crescimento do setor terciário que, na verdade, já havia iniciado esse processo, desde 1968-74, com a crise na organização do trabalho que contribuiu

com o desenvolvimento do setor de serviços, visto que esse mantinha baixos custos para a produção.

Nesse processo destaca-se a acumulação flexível e o sistema toyotista de produção. Cabe ressaltar que em ambos, o sistema capitalista tende a explorar a classe trabalhadora através da inovação que visam, tão somente, os ganhos do capital.

O objetivo desse artigo é fazer uma abordagem em todo o percurso histórico do processo de evolução da produção e do trabalho, analisando o período que compreende da divisão social do trabalho (abordado por Marx) até o sistema de organização vigente no mundo capitalista. A hipótese desse artigo é a de que o sistema de organização da produção tem evoluído com elevados ganhos para o capital e habilitado a mão-de-obra a atuar, tão somente, segundo as necessidades do capitalista, detentor em todas as instancias, do processo de produção das economias capitalistas.

Metodologicamente utiliza-se de uma pesquisa do tipo exploratória, sustentada em uma revisão de literatura direcionada a esses propósitos. Para afirmar a hipótese apresentada, o artigo está dividido da forma que segue: além dessa introdução, apresenta-se a visão marxista sobre a organização da produção e do trabalho. Em seguida, aborda-se a discussão do modelo Taylorita de produção e na seção seguinte, o modelo fordista e a discussão sobre a linha de montagem. Por fim, apresenta-se o pós-fordismo seguido da acumulação flexível e do Toyotismo. Na última seção apresentam-se as considerações finais.

ABORDAGENS TEÓRICAS

Visão Marxista

A evolução do sistema produtivo, segundo Marx (1987), ocorreu de forma parcial no processo de estruturação do sistema capitalista. Nessa evolução, a organização da estrutura produtiva estava pautada em um modelo de desenvolvimento que se realizava simultaneamente, em colaboração, o trabalho na mesma oficina, sendo esse estágio denominado de cooperação. Nesse estágio encontra-se acabado a realização do produto constituído por homens e coisas. Para Marx (1987) a divisão manufatureira do trabalho, é uma espécie particular de cooperação, e muitas de suas vantagens decorre não dessa forma particular, mas da natureza geral da cooperação.

De acordo com Marx (1987), durante o período manufatureiro que vai de meados do século XVI ao último terço do século XVIII, foi o período em que a cooperação fundada no processo de divisão do trabalho, adquiriu forma clássica na manufatura, sendo este, predominante como característica do processo de produção capitalista. Marx (1987), afirma ainda, que esse processo originou-se de dois modos: primeiro, quando são concentrados na mesma oficina, sob o comando de um mesmo capitalista; o segundo, quando um capitalista reúne numa mesma oficina muitos trabalhadores que fazem a mesma espécie de trabalho. No primeiro caso, tem-se a conclusão do produto (mercadoria); no segundo, fabricam-se as partes, e no sistema organizado, monta-se o todo. Nesse processo simples de cooperação o

homem é à base da produção. Segundo Marx (1973, apud MORAIS NETO 1988, p.24).

[...] a análise do processo de produção em suas fases especiais coincide por inteiro com a decomposição de um ofício parcial nas diversas operações e conserva o seu caráter manual, dependendo, portanto, da força, da destreza, da rapidez e da segurança do trabalho individual, no manejo de sua ferramenta. O ofício manual segue sendo à base de tudo.

Conforme Marx (1987), o esforço do trabalhador permanece durante todo o período manufatureiro sendo à base do processo de produção, ganhando impulso com a habilidade adquirida com o passar do tempo, e dando origem à divisão social do trabalho; com a divisão do trabalho, o homem habilita-se na mesma tarefa do processo divergindo da origem que era o trabalho do artesão. Para Marx (1987, p. 388).

[...] a mercadoria deixa de ser produto individual de um artífice independente que faz muitas coisas para se transformar no produto social de um conjunto de artífices, cada um dos quais realiza ininterruptamente a mesma e única tarefa parcial.

A manufatura é originária do artesanato a partir de duas formas: na primeira, surge da combinação de ofícios independentes, neste caso é o processo de especialização que torna o trabalhador responsável apenas por operações parciais do processo produtivo. Na segunda, também de forma semelhante, o processo ocorre na cooperação de artífices de um ofício que decompõe esse, em diferentes operações, tomando cada uma dessas funções exclusiva de um trabalhador especial. Conforme Marx (1987, p. 388) “a análise do processo de produção em suas diferentes fases

coincidem inteiramente com a decomposição da atividade do artesão nas diversas operações que a compõem". Assim, o autor coloca que este processo de visão manufatureira do trabalho é, somente, uma espécie particular do estágio de cooperação no processo produtivo.

O processo de especialização do trabalho, em parte, aliena o homem a uma única operação e condena a uma única atividade automatizando suas ações. Para o capitalista essa é uma forma de habilitar o trabalhador a desenvolver em menor tempo possível as operações a ele responsabilizadas, também, coloca ainda, que o excesso de repetição da atividade contribui para atingir a máxima produtividade com o mínimo de esforço. Nesse contexto, torna-se evidente, a necessidade da especialização do trabalho na manufatura. Marx afirma que (1987, p. 391).

[...] a passagem de uma operação para outra interrompe o fluxo de seu trabalho e forma por assim dizer, lacunas em seu dia de trabalho. Essas lacunas somem quando executa o dia inteiro continuamente uma única operação, ou desaparecem na medida em que diminuem as mudanças de operações.

Para ter produtividade, o trabalho não depende somente da agilidade do homem, mas também da eficácia das ferramentas utilizadas para produzir mercadorias. A manufatura tem como característica essencial à diferenciação das ferramentas utilizadas na produção, essas têm para cada atividade um formato especial, e um trabalhador apto para conduzir sua ferramenta com o máximo de eficiência na produção (MARX, 1987).

Segundo Marx (1987) o processo de evolução produtiva nas fábricas ocorreu desde o processo de cooperação simples, evoluindo para a manufatura e posteriormente para a maquinofatura, sendo esse último o estágio mais avançado.

Na maquinofatura o homem passa de produtor de mercadorias para operador de máquinas utilizadas no processo de produção. O homem passa a ser coadjuvante do processo produtivo, tendo seu ritmo de trabalho controlado pela máquina.

De acordo com Moraes Neto (1988), Marx deixa claro que há uma necessidade para o capital passar a produzir máquinas e ferramentas adequadas, aumentando a produtividade e alienando o trabalho do homem. Nesse caso, o trabalho vivo passa a controlar o trabalho morto, sendo o último o responsável pela mercadoria, enquanto o primeiro é apenas coadjuvante.

A manufatura se apresenta sob duas formas fundamentais. Embora, haja semelhança e combinação entre ambas, essas são distintas na transformação da manufatura em um modelo de indústria baseada na maquinaria. Para Marx (1987), essa duplicidade de desempenho é decorrência da natureza da mercadoria produzida. Na primeira forma, o artigo constitui-se pelo ajustamento de produtos parciais independentes, na segunda, apresenta em sua forma acabada uma sequência de operações e manipulações conexas - de produto individual passa a ser produto social, realizado por diversos trabalhadores.

A combinação de ofícios dispersos na produção separa as fases do processo produtivo e reduz-se o tempo gasto na passagem de um estágio para o outro. É nesse processo de divisão que se ganha força produtiva em relação ao artesanato, nesse processo é que ocorre a concretização do trabalho cooperativo que advêm da manufatura. Para Marx (1987, p. 396).

[...] sendo o produto parcial de cada trabalhador parcial apenas em estágio particular na produção do mesmo artigo, cada trabalhador ou cada grupo de trabalhadores recebe de outro sua matéria-prima. O resultado do trabalho de um é o ponto de partida para o trabalho do outro. Um trabalhador dá ocupação diretamente ao outro.

A diversificação e simplificação manufatureira ocorreram através da divisão em órgãos diversos do trabalhador social. Esses órgãos não só organizam qualitativamente, como também constroem uma relação matemática fixa para cada grupo responsável por uma parte do processo de produção, sendo esses fixados, através de experimentos, a proporção mais adequada entre os diferentes grupos de trabalhadores, em diferentes escalas do processo de produção.

Marx (1987) acrescenta que da mesma forma que a manufatura pode apresentar-se como derivação de ofícios diferentes, ela também, pode concretizar-se através da combinação das diferentes manufaturas e a organização produtiva é responsável pela maior produtividade do trabalho. A manufatura apresenta-se como um período em que a diminuição do tempo de trabalho gasto na realização de tarefas produtivas é a essência do surgimento de um novo modelo de produção, agora com a introdução de maquinarias mais avançadas.

No livro, *O Capital*, é apresentado os estágios da cooperação simples, passando da manufatura para o processo introdutório da maquinofatura. Para dependência do homem em um único ofício, sacrificando a capacidade do trabalho do ser humano e tornando-o dependente de uma estrutura mecanizada e controlada pelo sistema capitalista. (MORAES NETO, 1988).

O processo de divisão social do trabalho, surgido a partir da manufatura, correspondem a limitações do indivíduo a um

determinado setor de produção, conseqüentemente vai criando uma divisão social que vem a se refletir através de status entre os membros de uma mesma tribo, ou entre tribos diferentes, criando o que Marx veio a denominar, em o *Manifesto do Partido Comunista*, de luta de classes.

A divisão social do trabalho vai além da divisão de tarefas produtivas, e toma uma amplitude maior com a divisão territorial do trabalho, esse cria um novo impulso com a comercialização entre países que é impulsionado pela atividade manufatureira. Marx (2007) acrescenta ainda, que a divisão do trabalho na sociedade teve repercussão mundial no período manufatureiro através do sistema colonial que figurava a existência real desse processo de produção.

A divisão manufatureira em sua essência pressupõe elevado estágio de concentração dos meios de produção nas mãos de poucos capitalistas, dando-lhes, autoridade incondicional sobre os seres humanos, levando o homem a um estágio de dependência de um mecanismo regulador de poder do capitalista. Isso acaba por dissolver a produção do artesão em um modelo mais avançado e produtivo: a manufatura. De acordo com Marx (1987, p. 411).

[...] o trabalhador e seus meios de produção permaneciam indissolúvelmente unidos, como o caracol e sua concha, e assim faltava a base principal da manufatura, a separação do trabalhador de seus meios de produção e a conversão desses meios de produção é a conversão desses meios em capital.

Marx (1987), afirma que as condições de empobrecimento das forças produtivas individuais são responsáveis pelo enriquecimento do capital através do trabalho coletivo encontrado na manufatura. O processo de decomposição do ofício manual, formando os trabalhadores

parciais, cria e assegura condições para o processo capitalista de produção.

Durante o período manufatureiro, ou na verdade, o período em que a manufatura apresentou-se como forma de produção capitalista, a divisão social do trabalho além de aproximar o trabalhador de um instrumento de poder do capital, fez com que a busca constante pela produção de riqueza, levasse a exploração de mulheres e crianças em oficinas. No processo de evolução surgiu a produção de máquinas e gradativamente foram eliminando o ofício manual, tornando o homem cada vez mais dependente do modelo capitalista. Nesse processo de evolução das formas de produção, a sociedade capitalista implantava em seu seio novas formas de exploração do trabalho a partir de métodos organizacionais que lhes garantiam a reprodução do capital através da exploração de mais-valia. Pois a partir dos anos de 1860, surgiu o modelo Taylorista que asseguraria os benefícios já conquistados pelo empregador durante o período manufatureiro. Vide seção seguinte.

Visão Taylorista

Com a difusão do taylorismo a partir da década 1860, surge uma nova forma de organização do trabalho baseada em estudos de tempos e movimentos, que vem colaborar com o aumento da produtividade, através da difusão de novos métodos de estudos e de treinamentos científicos.

O modelo taylorista de produção é pautado em quatro princípios básicos: i) planejamento, sendo neste realizado o processo de substituição dos modelos empíricos por um novo modelo desenvolvido através de planejamento estratégico das tarefas a serem realizadas; ii) preparação, onde o

trabalhador era selecionado e treinado ao desenvolvimento da tarefa a ser executada; iii) controle, onde o trabalhador desenvolvia suas atividades sob supervisão, visando a eliminação de desperdício de tempo; iv) execução, nesse período o trabalhador passa a desenvolver o seu trabalho depois de ter passado por todo o processo de maturação que o colocava sob o posto de operário qualificado (TAYLOR, 2006).

Em 1903, Taylor lança o livro *Administração de Oficinas*, mas foi em 1911, que a sua outra obra revolucionaria todos os conceitos de administração até então existente, *Princípios de Administração Científica*, que veio contribuir com toda a evolução ocorrida nas condições de trabalho, como também, quebrar velhos paradigmas entre empregado e empregador.

A expansão dos mercados consumidores propiciou a necessidade do aumento da produtividade e a geração de altos lucros. No tocante às fábricas, a abertura dos mercados exigiu aumento significativo da produção, através da introdução de novos instrumentos com maior eficiência e a necessidade de trabalhador qualificado para o manuseio de máquinas. Para Vegara (1971, apud HELOANI, 2002, p. 12).

[...] a difusão do taylorismo, sob a forma de organização científica do trabalho, encontra sua explicação nas necessidades internas do capitalismo nos países mais avançados que chegou a sua fase monopolista, na qual a ampliação dos mercados permitia grandes séries, de modo que possibilitaria a introdução de máquinas-ferramentas especializadas, cuja difusão massiva provocou o crescimento numérico dos trabalhadores especializados. Como consequência, os problemas de preparação e organização do trabalho foram colocados como centro dos problemas no interior das fábricas capitalistas.

O sistema de administração científica é caracterizado a partir do controle do trabalho pelo capital, isso ocorre através de todo um planejamento na tomada de decisão pelos trabalhadores no curso do trabalho. Os trabalhadores são, de fato, peças de um processo que permanecem sob a monitoria de alguém responsável pelo acompanhamento do processo produtivo.

De acordo com Seiffert (2005), o fator humano era um elemento a mais para a produção de mercadorias e serviços, sendo que esta concepção era influenciada a partir das ideias racionalistas que operavam sob a ótica dos Princípios da Administração Científica desenvolvida por Taylor.

O processo de desenvolvimento das habilidades do trabalhador direcionado e o tipo de trabalho de maior aptidão, por este, levaria a máxima prosperidade. Esta forma de aproveitamento do homem de forma mais eficiente, levaria este a um estágio de desenvolvimento qualitativo no âmbito do trabalho, ocasionando prosperidade tanto para o empregador quanto para o empregado. Para Taylor (2006, p. 24 e 25):

Parecem tão evidente que a máxima prosperidade para o patrão acompanhada da máxima prosperidade para o empregado deve ser os dois fins principais da administração, que seria desnecessário demonstrá-los. [...] a prosperidade do empregador não pode existir por muitos anos, se não for acompanhada da prosperidade do empregado, e vice-versa.

Nesse contexto, para Taylor (2006), é aconselhável dar ao trabalhador boas condições de trabalho e um salário desejável por este, e para o empregador o que, de fato, este almeja, baixo custo de produção, que lhe traga maior lucratividade em seus negócios. Acrescenta ainda que, os

não simpatizantes a esta teoria devem ser levados a modificar a sua concepção e a compreender que políticas mais liberais e supervisionadas com os seus homens levarão a melhores resultados no trabalho.

O controle do capital de forma progressiva e a elevação da produtividade do trabalhador em função simples ou complexa é a característica essencial do taylorismo. Este se desenvolve através de um processo de supervisão da atividade produtiva, sendo levado a um estágio eliminatório do trabalhador que não apresenta características e habilidades para o desenvolvimento de determinado serviço. (MORAES NETO, 1988).

Para Taylor (2006), o indivíduo atingiu o estágio de eficiência quando este desenvolve sua habilidade isoladamente sob a supervisão de um capataz. Dessa forma, atinge o máximo de rendimento em detrimento a outros que trabalham juntos.

O processo de evolução do gerenciamento humano é fruto de influências de pensamentos filosóficos existencialistas e de estudos da sociologia do trabalho, sendo desenvolvidos em fábricas, demonstram que deveria existir um equilíbrio entre os Princípios de Administração Científica (tayloristas) e as necessidades humanas, procurando solidificar o processo de produção, valorizando a relação empregador e empregado. (SEIFFERT, 2005).

Até o despertar dos Princípios da Administração Científica, empregados e empregadores, viam-se como rivais, baseados em um antagonismo que durou décadas. Para Taylor (2006, p. 24).

[...] não há dúvida de que, em todo o mundo industrial, grande parte das organizações de empregados, bem como de empregadores, procura

a guerra, antes que a paz, e talvez a maioria, de ambas as partes, não acredite que seja possível manter relações mútuas de modo que seus interesses se tornem idênticos.

Essa concepção equivocada acabava por distanciar os objetivos de ambas as partes e dificultar o processo de produção. Acrescente ainda que a administração científica tenha por fundamentos a convicção de que o interesse de ambos são os mesmos, o objetivo é único, assim como o sucesso.

O que é denominado por Taylor de vadiagem no trabalho, seria uma traição a sua própria conduta, esse tipo de atitude prejudica o desenvolvimento mútuo da indústria e do trabalhador, homens que utilizassem essa prática deveriam ser considerados traidores. Taylor (2006, p. 26) afirma:

[...] em vez de empregar todo o seu esforço para produzir a maior soma possível de trabalho, quase sempre procura fazer menos do que pode realmente – e produz muito menos do que é capaz; na maior parte dos casos, não mais do que um terço ou metade de um dia de trabalho é eficientemente preenchido.

Durante anos essa concepção seria, segundo os trabalhadores, uma forma de lhes assegurar o emprego e gerar emprego para seus colegas de trabalho. Para eles, o aumento da produtividade ocasionaria o desemprego em grande escala e estariam sendo traidores à sua classe e a si mesmo. Essa concepção vem de uma época imemorial que era universalmente aceita. Acreditava-se que o maior rendimento da produtividade do trabalho ocasionaria o desemprego.

Para os Princípios de Administração Científica, essa concepção era equivocada, visto que o desenvolvimento de novas técnicas de produção, e o aumento do esforço do

homem, só eleva a capacidade produtiva, reduz os custos de produção, aumenta a demanda de produtos, gerando novos postos de trabalho.

[...] a história da evolução dos negócios demonstra que todo aperfeiçoamento, quer pela invenção da nova máquina, quer pela introdução de novo método, resulta no aumento da capacidade produtiva do homem no trabalho e na baixa de preço de custo que, em lugar de levarem os trabalhadores ao desemprego, tornam possível o emprego de maior número de homens. (TAYLOR, 2006, p. 28).

A Administração Científica procura enfatizar o aumento da produtividade, através de uma análise cuidadosamente feita do fator de produção trabalho, analisa a forma mais eficiente de executar uma tarefa e o tempo necessário para isso. Procura também, aumentar a eficiência por meio de estudos que possa racionalmente diminuir o desperdício. Acredita-se que a melhora de cada operário ocasiona a melhora do desempenho de toda a empresa.

A partir da substituição de métodos empíricos pelos científicos tem-se maior rendimento do trabalho e em consequência o aumento da produção. Através da utilização do método científico podem-se diagnosticar as falhas do processo, corrigi-las e controlá-las, evidentemente eliminando o desperdício.

[...] A notável economia de tempo e o conseqüente acréscimo do rendimento, possíveis de obter pela eliminação de movimentos desnecessários e substituição de movimentos lentos e ineficientes por movimentos rápidos em todos os ofícios, só poderão ser apreciados de modo completo depois que forem completamente observadas às vantagens que decorrem de um perfeito estudo de tempo e movimento, feito por pessoas competentes. (TAYLOR, 2006, p. 33)

Para isso é que há a necessidade de treinamento prévio antes de atribuir ofício ao homem, pelo método empirista estes aprendiam ao observar o trabalhador ao lado. Pelo método científico, este é treinado de acordo com as suas aptidões ao desenvolvimento de determinado ofício. Taylor (2006, p. 34) afirma: “esta cooperação estreita, íntima e pessoal, entre a direção e o trabalhador é parte essencial da administração científica ou administração de tarefas”. O processo de divisão do trabalho, baseado na divisão de acordo com as aptidões, facilita a alocação do trabalhador ao desenvolvimento de sua atividade certa.

O processo de divisão equitativa de responsabilidade cotidiana afastará o que se denominou de *cera* (vadiagem) no trabalho, e possibilitará rendimento máximo tanto do homem quanto da máquina. O aumento salarial entre 30% a 100% para os operários, somando-se ao que eles recebem no antigo sistema de administração, eliminaria completamente as causas de *cera* no trabalho (TAYLOR, 2006).

Através de sistemas de treinamento, é que se obtêm operários para determinadas funções. O processo feito por observação de tempo/movimento/habilidade proporcionará uma seleção científica de trabalhadores que permitirá melhor desempenho em suas tarefas. Segundo Taylor (2006, p. 38).

O espírito inventivo de cada geração tem desenvolvido métodos mais rápidos e melhores para fazer as operações nos diferentes trabalhos. Assim, os métodos em uso, presentemente, podem ser considerados como produto de evolução e a sobrevivência das melhores e mais perfeitas ideias, apresentadas desde a origem de cada ofício.

É no processo de evolução da administração científica que uma nova estrutura de produção emergiu elevando a produtividade do trabalho e em consequência, reduziu os

custos de produção, beneficiando empregador e empregado. Para o último, o aumento de sua remuneração proporcionou melhor qualidade de vida e uma nova forma de organização social. A administração científica integrou o trabalhador a uma nova forma de organização do trabalho.

O processo de difusão do taylorismo nos anos 1930 será marcado por profundas transformações econômicas como a crise de 1929, o nazi-facismo na Europa e a Segunda Guerra Mundial. Na Europa foram grandes as consequências da crise de 1929 sobre a difusão do taylorismo, e em países como a Inglaterra onde esse havia penetrado tardiamente, foi marcado por reação do movimento operário ao novo método, chegando a levar algumas empresas a greves, e estas limitar a aplicação dos métodos tayloristas. Estas formas de organização dos trabalhadores levaram ao declínio o processo de linha de montagem, sendo que o fordismo, sistema de produção que andou paralelamente ao taylorismo entrasse em decadência posteriormente (HELOANI, 2002; NASSIF, 2001).

Visão Fordista

O fordismo deve ser considerado como uma estrutura sequencial da proposta taylorista, no que se refere à produção. O processo de linha de montagem desenvolvido por Ford pode ser considerado como a motivação, na prática, dos Princípios de Administração Científica. Na verdade, o fordismo trata a fixação do trabalhador em determinado setor da linha de montagem, com ferramentas necessárias para execução da tarefa, bem como a habilidade para o ofício de tal exercício.

O fordismo retoma o processo de divisão de atividades do trabalho, para o aumento da produção, sendo que esse processo passa a exigir trabalho coletivo onde às partes produzidas de cada objeto, por cada trabalhador, passem a formar a mercadoria no final da linha de montagem. Para Smith, (apud MORAES NETO 1988, p. 37).

Um homem transporta o fio metálico, o outro endireita o, um terceiro corta-o, um quarto aguça a extremidade superior pra receber a cabeça. Para fazer a cabeça não precisa duas ou três operações distintas; colocá-la constitui também uma tarefa específica, branquear o alfinete, outra, colocar o alfinete sobre o papel de embalagem é também uma tarefa independente. O importante trabalho do fabrico de alfinetes está, portanto, dividido em cerca de dezoito operações distintas que, em algumas fábricas, são efetuadas por diferentes operários, se bem que noutras o mesmo operário possa realizar duas ou três delas.

Neste caso, os pressupostos do processo de divisão social do trabalho, podem ser vistos como características do fordismo, que são teoricamente aceito como o desenvolvimento das propostas tayloristas. Assim, o conhecimento científico é apenas um suporte para a exploração do trabalho humano apropriado pelo capitalista, sendo que, agora, há um maior controle dos “passos” do trabalhador.

O fordismo incorpora a proposta de administrar a atividade individual de cada trabalhador no exercício dos tempos e movimentos. Sendo que este passa a receber peças e componentes através de esteiras sem deslocar-se no interior da empresa. A administração dos tempos ocorre através do controle da esteira, de forma coletiva e pela adaptação do número de trabalhadores.

Para Heloani (2002), o sistema de linha de montagem permite que o trabalho venha até o trabalhador, e não o

operário ao trabalho. Neste processo, o aumento da produtividade ocorre naturalmente, visto que, as ferramentas e os operários estão distribuídos na esteira de forma a evitar o deslocamento do trabalhador.

Ford fez mais do que desenvolver técnicas de aproveitamento de tempos e movimentos, o processo de linha de montagem permitiu além do aumento da produtividade, a produção em massa, isso significava consumo de massa, assim os ganhos não eram ocasionados apenas pela produção, mas pelo aumento significativo do consumo com o aumento dos salários para manter a demanda efetiva.

Um novo modelo de trabalhador seria desenvolvido com a redução da quantidade de horas de trabalho e o aumento do valor-hora. Dessa forma, evitando o cansaço físico, teria-se o aumento da produtividade e, conseqüentemente da satisfação do trabalhador. Para Harvey (1989, p. 122).

[...] O novo tipo de sociedade poderia ser construído simplesmente com a aplicação adequada ao poder corporativo. O propósito do dia de oito horas e cinco dólares só em parte era obrigar o trabalhador a adquirir a disciplina necessária à operação do sistema de linha de montagem de alta produtividade. Era também dar aos trabalhadores renda e tempo de lazer suficiente para que consumissem os produtos produzidos em massa que as corporações estavam por fabricar em quantidades cada vez maiores.

Para Figueiredo; Michel e Rangel (1995), o fordismo, como nova forma de estruturação produtiva, tinha como pressuposto a adaptação do consumo à produtividade. Isso possibilitou aumento considerável do consumo e da qualidade de vida do assalariado, visto que, as novas formas de organização da produção possibilitaram o aumento da produtividade para os trabalhadores e o aumento da

produtividade para as empresas, sendo aceito e adotado por inúmeros países capitalistas.

O processo fordista de produção tem na figura do trabalhador o objeto central do processo produtivo, sendo esse responsável pela montagem das peças e pelo controle da produção. Assim, o capital permanece na visão fordista, dependente do trabalho vivo. De acordo com Heloani (2002, p. 46).

[...] Apesar de “liberar o capital das habilidades dos trabalhadores, Ford não revoluciona os instrumentos de trabalho. A produção ainda depende, na sua essência, do trabalhador. A estratégia implícita da reorganização do trabalho proposta através do parcelamento das tarefas e dos sistemas rolantes de abastecimento de peças pretende obscurecer a dependência do capital em relação ao trabalho vivo.

O processo de divisão social do trabalho tem se revelado instrumento pelo qual ocorre a intensificação do trabalho com o aumento da produção. Assim, o fordismo expõe a dependência do trabalho vivo em toda a sua magnitude, bem como a construção de identidade de interesses múltiplos, tanto pelo trabalhador quanto pelo capitalista.

Segundo Figueiredo Michel e Rangel (1995), os principais padrões de sustentação do fordismo contemplam um modelo de produção sustentado por grupos dominantes, mas com possibilidade de elevação social de uma camada de trabalhadores de alta renda. Assim, o crescimento do poder aquisitivo era resultado do aumento da produtividade, nesse contexto, os trabalhadores de alto poder aquisitivo, se tornaram consumidores assíduos dos produtos por eles fabricados, sendo que todos os trabalhadores industriais auferiam renda capaz de lhe proporcionar o meio de subsistência, ou seja, aumento da produção,

consequentemente, aumentaria a demanda pelos trabalhadores.

O processo de implantação do fordismo passou por modificações na estrutura produtiva (linha de montagem), bem como no desenvolvimento de um novo modelo de sociedade, agora consumidora em massa dos produtos industrializados e, também, a partir do pós-guerra, houve maior preocupação com o bem-estar do operário e a sua participação no contexto social. De acordo com Harvey (1989, p. 129).

[...] Utilizava-se o grande poder corporativo para assegurar o crescimento sustentado de investimentos que aumentassem a produtividade, garantisse o crescimento e elevasse o padrão de vida enquanto mantinha uma base estável para realização de lucros [...] manter a demanda efetiva em níveis capazes de absorver o crescimento sustentado do produto capitalista.

O modelo fordista de produção pode ser considerado como o processo pelo qual o ganho da produtividade, impulsionando o consumo em massa, a linha de montagem, o controle de tempos e movimentos foi introduzido na indústria durante décadas.

[...] Entendemos o fordismo fundamentalmente como a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo deste século, cujos elementos constitutivos básicos eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro taylorista e da produção em série fordista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição / consolidação do operário-massa, do trabalhador coletivo fabril, entre outras dimensões. (ANTUNES, 2005, p. 25)

No início dos anos de 1960, o sistema fordista de produção começa a apresentar sinais de crise em todos os

aspectos, norteados pelo surgimento de novas potências econômicas mundiais como o Japão e a Alemanha, pela primeira (1973) e segunda (1979) crise do petróleo, redução da rentabilidade do modelo produtivo, desvalorização do dólar, e o processo de abertura e internacionalização da economia. Mas foi com a recessão de 1974-75, ocasionando a recessão do emprego, que pôs fim ao ciclo do crescimento econômico que se sustentava desde a Segunda Guerra Mundial. Isso levou ao surgimento de novos modelos produtivos adaptados as condições de crescimento da economia mundial.

Visão Pós-Fordista

Com o pós-fordismo surge um novo sistema de estruturação do trabalho, sendo que os investimentos foram deslocados da produção, mediante a desqualificação da mão-de-obra, tendenciando a redução da produtividade, para o setor de serviços, gerando um novo segmento no trabalho com o processo de terceirização. Os anos 1980 vivenciaram intensamente o crescimento do setor terciário, que na verdade, já havia iniciado esse processo, desde 1968-74, com a crise na organização do trabalho que contribuiu com o desenvolvimento do setor de serviços, visto que esse mantinha baixos custos para a produção (HARVEY, 1989).

Para Haloani (2002), o pós-fordismo em si significa a desestruturação das formas produtivas anteriores e a consolidação da ofensiva empresarial, no que se refere à desindexação salarial, produção internacionalizada e a redução dos programas “Estado-Previdência”.

O pós-fordismo foi dividido em dois modelos: i) o modelo de acumulação flexível, onde a produção em massa foi

substituída pela flexibilização da produção, por novos padrões de buscas da produtividade e por novas formas de adequação da produção à lógica do mercado; ii) o toyotismo, baseado na desconcentração industrial, novos padrões de gestão da força de trabalho, gestão participativa, e a busca da qualidade total. Sendo que esse último foi vivenciado inicialmente na economia japonesa e em seguida, em vários países de capitalismo avançado, e também em países de terceiro mundo industrializado (ANTUNES, 2005)

Modelo de Acumulação Flexível

Esse novo modelo de organização do trabalho tem novos padrões de desenvolvimento no cenário social pós 1973, que emergiram após a recessão econômica vivida com o primeiro e o segundo choque do petróleo em 1973 e 1979 respectivamente, com o processo de internacionalização da economia, que ocasionou novas oscilações e incertezas, e uma série de novas experiências no domínio da produção industrial e da vida em sociedade. Para Harvey (1989, p. 140).

[...] a acumulação flexível [...] se apoiou na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnologia e organizacional.

O modelo de especialização flexível possibilitou nova estrutura produtiva que estabelece seus métodos organizacionais em desenvolvimento tecnológico, de um lado, e a desconcentração produtiva do outro. Sendo que o seu desenvolvimento está sob o domínio de pequenas e

médias empresas. Assim, na medida em que esse modelo se expande, se concretiza, acaba superando o modelo fordista que predominou no sistema capitalista durante décadas.

O sistema flexível de organização do trabalho, paulatinamente, substituiu a rigidez organizacional do modelo taylorista/fordista de produção. Com o modelo flexível, um mesmo trabalhador pode exercer várias funções, expandindo o seu conhecimento e desenvolvendo novas habilidades no trabalho, isso pode ser considerado proveitoso, por outro lado, no cenário do desenvolvimento das atividades, não pode ocorrer reivindicações, visto que as negociações anteriormente firmadas sobre salários e condições de trabalho perdem o sentido, já que o mesmo trabalhador pode desenvolver várias funções no ambiente de trabalho (OLIVEIRA, 1995).

De acordo com Cocco (1995), as inovações tecnológicas centradas inicialmente na difusão da robótica e posteriormente na micro-informática, têm contribuído com a propagação do modelo flexível de acumulação, onde as entidades produtivas de pequeno tamanho podem incorporar-se a um modelo de especialização que venha a contribuir com evoluções, tanto qualitativas quanto quantitativas, no sistema produtivo para atendimento de uma imprevisível demanda.

O sistema de acumulação flexível que se desenvolve com o processo de funções inter-relacionadas de trabalhadores no ambiente de trabalho, acaba tornando as atividades operárias em uma multiplicidade de funções, sendo que este possa no processo produtivo, ser igualmente supervisor e supervisionado. Para Cocco (1995), as sociedades das condições de produção operadas no modelo flexível, são

responsáveis pela forma “artesanal” de produção e socialização do trabalho.

Com o processo de globalização da economia, as forças produtivas, trabalho, capital e tecnologia passam a romper os limites nacionais impulsionados pelo setor de informação, em ritmo acelerado que vem rompendo as fronteiras produtivas, dinamizando a economia mundial e integrando o processo de produção (bens e serviços) a uma nova forma de organização mais rentável.

A expansão do mercado de trabalho acaba colocando limite ao processo de organização dos trabalhadores, sendo que esse, no modelo flexível, é substituível facilmente no processo produtivo. Nesse modelo, há um processo de desmobilização, e também, limitação à capacidade de reivindicação por parte dos trabalhadores. Para Gilly (1988, apud MICHEL; FIGUEIREDO; RANGEL, 1995 p. 907).

[...] A flexibilidade significa debilitar ou suprimir em nome da eficiência e da produtividade capitalistas, as normas de trabalho estabelecidas no interior da empresa e em cada posto de trabalho através das lutas e negociações passadas e firmadas nos contratos de trabalho (nacionais por empresa ou departamento) nos usos e costumes reconhecidos por todos.

Toyotismo

O toyotismo surgiu no Japão nos anos de 1950, visto que o fordismo não se adequaria às condições do mercado japonês, e se espalha pelo mundo capitalista a partir da década de 1980. A estrutura primordial do modelo era a busca pela “qualidade total”, essa fez do toyotismo um modelo de produção diferencial dos anteriores (taylorismo/fordismo). Com o toyotismo, o saber intelectual do trabalhador veio a florescer através dos círculos de controle

de qualidade, com a apropriação dos resultados. Nesse modelo o trabalhador é instigado a punir-se em casos que a sua produção não atinja a excelência. O trabalho em grupo é a célula mestra do processo onde a socialização da produção funciona como uma meta a ser atingida por todos, podendo ser cobrado àquele que não desenvolver um trabalho compatível com o grupo.

O toyotismo tem causado grande impacto no setor produtivo, tanto pela revolução técnica que o modelo tem operado na indústria (sobretudo a japonesa), quanto pela propagação em todo o mundo industrial. Sua aceitação e expansão é, antes, uma forma de aceitação das ações realizadas pelo trabalhador durante o processo produtivo. Enquanto que o taylorismo/fordismo apresenta uma concepção linear na qual a gerência elaborava e o trabalhador executava, com o toyotismo passou a dar ênfase ao trabalho intelectual abstrato de cada um, dando-lhe maior autonomia no desenvolver de sua atividade. (ANTUNES, 2005; NASSIF, 2001).

Esse modelo foi introduzido através da indústria automobilística japonesa e se expandiu para a indústria têxtil, pela necessidade de um trabalhador operar, simultaneamente, várias máquinas. Isto porque, diante da crise financeira da indústria, seria necessário aumentar a produção sem aumentar o número de trabalhadores. Nesse processo produzia-se somente o necessário e no melhor tempo possível.

Os resultados das transformações do processo produtivo, onde a dinâmica e o surgimento de concepções inovadoras amplamente socializadas dentro do trabalho tem se tornado frequente, e vem caracterizar a tendência de um modelo inovador, articulador e "consistente" no sistema pós-moderno

de produção. Nesse sistema, a figura do trabalhador como centro do trabalho vivo integrado à expansão das fronteiras produtivas e as formas de organização dos mercados são o centro do modelo em discussão. De acordo com Cocco (1995, p. 866 e 867).

[...] sob essa ótica são os trabalhadores que são levados a ter um papel cada vez mais importante [...] nas suas mais ou menos importantes capacidades de antecipar os imprevistos e falhas dos automatismos e dos sistemas integrados [...] todos esses elementos mostram em primeiro lugar que o trabalho vivo se encontra no centro do modelo [...] a desterritorialização se alimenta da reorganização seguindo os riscos de desenvolvimento das redes ao longo prazo dos quais se afirmam às novas formas de cooperação criativa e produtiva [...] Nesse contexto a articulação territorial da produção [...] é apenas uma das manifestações deste processo de socialização.

No toyotismo, ao contrário do fordismo, com sua série de produção em massa, a produção está voltada a atender a demanda, sendo a mesma, variada, diversificada e projetada para suprir as necessidades de consumo. É este que determina o quê e quanto deve ser produzido.

Para Antunes (2005), o sistema toyotista de produção tem uma forma de exploração do trabalho intensificada, sendo que o trabalhador atua simultaneamente com várias máquinas e o processo de formação do sindicalismo é da empresa, tendo esta o controle absoluto do movimento sindical. É ainda uma característica do toyotismo a forma flexível representada pela figura do operário, sendo esse ofertante de uma mão-de-obra que se adequa ao mercado de trabalho. Em tal cenário, opera-se com um número mínimo de trabalhadores e com o número máximo de horas extras na produção. O aumento na geração da mais-valia, não é acompanhado por melhores condições salariais e o trabalhador continua sendo explorado em sua essência.

Nesse novo contexto organizacional, o neocapitalismo se sofisticou ainda mais, através das formas de exercício do poder e dominação dos meios de produção, sendo que o trabalhador continua a aderir aos atuais métodos de elevação da produtividade, transformando-se em instrumento de controle do capital. Esse modelo permanece atualmente na sociedade capitalista exatamente por apresentar grande rentabilidade para a economia mundial.

Considerações Finais

Este artigo teve como objetivo fazer uma abordagem do processo de evolução das estruturas produtivas e do sistema de evolução e aperfeiçoamento da mão-de-obra dentro do contexto organizacional de produção, tratado pelo universo teórico em toda a literatura, que parte da divisão social do trabalho abordada em Marx, à literatura contemporânea apresentada pelas correntes de pensamento econômico discutidas pela sociologia do trabalho. Esse estudo está pautado em detalhes comumente explorados sob diversos ângulos e atualizado através das distintas correntes teóricas nas quais há divergência e convergência em todo o tratamento pluralizado do debate teórico apresentado na literatura vigente.

Não foi intenção de esta pesquisa opor-se ao debate apresentado por nenhum crítico, do sistema produtivo, vivenciado no processo de análise. Mas sim, apresentar a trajetória das organizações produtivas nos diversos modelos de formação e consolidação das estruturas capitalistas através do ganho de produtividade e geração de lucros auferidos em toda evolução elucidada dentro do contexto geopolítico e

social apresentado ao decorrer dos séculos desde a divisão social do trabalho.

A discussão apresentada desperta oportunamente, através de um debate pertinente, a necessidade de se representar a traves do tecido social exposto no transcórre do discurso apresentado, as condições sociais vigentes da classe trabalhadora, por uma ótica de desestruturação de um sistema secular que perdura até o momento atual no interior das organizações produtivas.

O intuito foi, tão somente, retomar a discussão apresentada pelos clássicos, sendo esses fundamentais para a compreensão dos nervos expostos no tecido social contemporâneo, no que alude ao processo de reprodução do capital através da geração de mais valia. Obtida pelos detentores do poder de decisão no cenário econômico mundial.

Apresentando tais pressupostos, iniciou-se pelo sistema de dominação do capital apresentado a partir da rica literatura de *O Capital*, postulado no princípio de divisão social do trabalho, que é universalmente conhecido e parcialmente aceito na literatura econômica, como o princípio do processo de geração de mais valia e exploração da classe trabalhadora. E logo em seguida, foi então apresentado o período denominado de modelo Taylorista de produção que se apresenta, em parte, como sendo o início da “ascensão” da classe trabalhadora a uma melhor posição na pirâmide social.

O modelo fordista foi tratado a partir da visão laureada na literatura pela evolução social da classe que, através do processo de produção em massa, ocasionado pela linha de montagem, garantia, de certa forma, o consumo em massa. Todavia, a renda auferida pelo trabalhador seria repassada,

impreterivelmente, para o detentor de sua força de trabalho através de um círculo rotineiro e interminável em sociedades de cunho capitalista.

No pós-fordismo, no sistema de acumulação flexível, notadamente, foi apoiado na flexibilização do processo do trabalho e dos padrões de produção e consumo. Caracterizou-se pelo surgimento de novos setores de produção, como também, pela desintegração vertical das estruturas produtivas. Nesse caso, o processo de subcontratação da mão-de-obra ou terceirização tornou cada vez mais flexível e degradante as condições de trabalho, conseqüentemente, apresentando reduções de custos, aumentos de lucros para os detentores dos meios de produção.

Posto isto, pode-se assegurar que a hipótese dessa pesquisa foi, a guisa de conclusão, ratificada por toda a literatura discutida no transcórrer do presente artigo. O ganho de produtividade não foi acompanhado pela distribuição do produto aos trabalhadores e que a condição de exploração tem se intensificado desde o período manufatureiro, e tem perdurado até os dias atuais.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho?: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 10ª ed. São Paulo: Cortez, Campinas, SP. Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2005.

COCCO, Giuseppe. Novas figuras do trabalho no pós-fordismo: o trabalho imaterial. In: IV Encontro Nacional de Estudos do Trabalho. Rio de Janeiro: ABET, 1995, v.2.

FIGUEIREDO, Marcelo Gonçalves. MICHEL, Renault. RANGEL, Ronaldo. Acumulação flexível e novas relações de trabalho. IV Encontro Nacional de Estudos do trabalho. ABET, 1995, Rio de Janeiro.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. 13ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HELOANI, José Roberto. *Organização do Trabalho e Administração: Uma visão multidisciplinar*, 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. *O manifesto do Partido Comunista – Texto Integral*. Tradução: Antônio Carlos Braga, Editora Escala, 2007. Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal – 71.

MARX, Karl. *O Capital – Crítica da economia política*. Livro primeiro – o processo de produção do capital, volume I, 11ª Ed. Tradução de Renato Sant'Anna. 1987. Editora Bertrand Brasil. DIFEL.

MORAES NETO, Benedito Rodrigues de. *Marx, Taylor, Ford: As forças produtivas em discussão*. 2º Ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

NASSIF, Elaine Noronha. *Fundamentos da Flexibilização: Uma análise de paradigmas paradoxos do direito e do processo do trabalho*, São Paulo: Ltr, 2001.

OLIVEIRA, Graziela de. *Modernização das relações de trabalho: uma nova estrutura de poder na fábrica?* In: anais do IV Associação Brasileira de Estudos do Trabalho - ABET 1995.

SEIFFERT, Peter Quadros. *Gestão Humana para o Século XXI: Um ensaio na EMBRAER S.A.* Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.

SENAC – DN. *Introdução às Práticas Administrativas: O Administrador no Terceiro Milênio*. Janir Holanda; Cláudio Ulysses Ferreira Coelho; Márcia Capella. Rio de Janeiro: Ed. Senac Nacional, 2005. 152p.

TAYLOR, Frederick Winslow. *Princípios de Administração Científica*; Tradução de Arlindo Vieira Ramos. 8ª Ed. – 12ª Reimpressão – São Paulo – Atlas, 2006.

Yes! We Can: de um território em crise à construção de uma identidade territorial¹

**Leonardo Gomes de Sousa²
Carlos Alberto Dias³**

Resumo

A Microrregião de Governador Valadares (MGV), localizada no Estado de Minas Gerais, constitui-se de grande vocação logística, tendo posição territorial privilegiada no Estado. Entender como os ciclos exploratórios e o fenômeno emigratório ocorridos na região devastaram suas terras e o seu povo, contribui para o entendimento de como seus habitantes foram desterritorializando este espaço durante toda sua construção histórica. Pretende-se neste estudo refletir sobre a possibilidade do surgimento de construções identitárias convergentes entre o Sujeito e sua Região. Região forjada por sucessivos movimentos econômicos exploratórios e pelo fenômeno da emigração, e conseqüentemente, por crises de sustentabilidade. Este estudo assume a forma de pesquisa exploratória, que quanto ao procedimento técnico a ser utilizado caracteriza-se como pesquisa bibliográfica. Segundo a perspectiva da psicologia sócio-histórica, a identidade é formada através das interações que ocorrem entre o ser e as instituições com que contracenam. Na medida em que o passivo ambiental se instalava devido aos fins dos ciclos dos recursos da região, paralelamente formava-se um enorme passivo social, que deixaram cicatrizes profundas nos habitantes da MGV. O sucesso de um modelo de desenvolvimento sustentável para a MGV apenas se concretizará efetiva e integralmente quando for contemplado nele a fixação da mão-de-obra regional bem como a inclusão social de seus habitantes. A participação da população em movimentos democratizantes e políticas públicas nos campos educacionais e de renda podem contribuir com o processo de reterritorialização da MGV. Entende-se que será dentro dessa perspectiva que a afirmativa "Sim! Nós podemos" no tocante à identidade territorial deixará de ser uma proposição tornando-se uma realidade.

Palavras-Chave: identidade territorial, crise, sustentabilidade.

Abstract

The Micro region of Governador Valadares (MGV), located in Minas Gerais State, is of great vocation logistics. To understand how the cycles exploration and the emigration phenomenon in the area devastated their land and their people, contributes to comprehend how its inhabitants had deterritorialized this area throughout its construction history. This study intends to reflect the possibility of the appearance of convergent constructions identities between the Subject and its Region. The Region was

¹ Texto submetido em 10/10/2010. Aprovado em 10/12/2010.

² Discente do curso de Mestrado em Gestão Integrada do Território, pós-graduado em Design Educacional e Informática em Educação pela Universidade Federal de Itajubá e Universidade Federal de Lavras respectivamente e professor da Universidade Vale do Rio Doce/MG.

³ Doutor em Psicologia pela Universidade de Amiens/França, professor do curso de Mestrado em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce/MG

forged by successive economic exploratory movements, and therefore, by crises of sustainability. This study takes the form of exploratory research, which on the technical procedure used to be characterized as a bibliographical research. According to the perspective of socio-historical psychology, identity is formed through the interactions that occur between the being and the institutions with which exchanges. Insofar as the environmental liability have been settled due to the end of the cycles of resources exploration in the region, parallel was formed a major intellectual and social liability, which left deep scars in MGV's people. The success of a sustainable development model for MGV will only be realized and fully effective when it includes the establishment of labor-regional and social inclusion of its inhabitants. The population participation in democratizing movements and public policies in the education and income fields can contribute to the process of MGV's reterritorialization. It is understood that is within this perspective that the affirmative "Yes! We can" regarding territorial identity will stop being a proposition and will become a reality.

Keywords: territorial identity, crisis, sustainability

Introdução

A Microrregião de Governador Valadares é uma região do Estado de Minas Gerais constituída de uma grande vocação logística, tendo posição territorial privilegiada no Estado. Por suas terras transpassam estradas e ferrovias que dão acesso às principais capitais e rotas de exportação do Brasil. Trata-se de um território aparentemente capaz de abarcar, na ação de seus habitantes, um processo de territorialização que contribua para o contínuo desenvolvimento regional.

Entretanto, essa região é midiaticamente conhecida no cenário nacional e internacional devido a ocorrências situadas em torno do processo emigratório. Os escândalos referentes à venda de passaportes adulterados, o grande número de "cônsuls"⁴ e "coiotes"⁵ que atuam na região e a permanência de Valadarenses no exterior de forma indocumentada pouco contribuem para o fortalecimento de

⁴ Cônsuls são agenciadores que auxiliam o emigrante a entrar ilegalmente nos EUA, eles promovem meios que vão desde a produção de documentos falsos à contatos com coiotes.

⁵ Coiotes são os responsáveis por realizar a travessia ilegal das fronteiras com os emigrantes.

uma imagem positiva da região. Entender como surgiu o fluxo emigratório nesta microrregião, comparável aos diversos ciclos exploratórios que devastaram suas terras, contribui para o entendimento de como seus habitantes foram desterritorializando este espaço durante toda sua construção histórica.

Durante toda sua história a MGV foi alvo de ciclos extrativistas não-sustentáveis. Do ciclo do ouro entre os séculos XVI e XVII até estouro da bolha imobiliária internacional em 2008, sua população foi marcada pelos efeitos de uma história centrada nas relações de poder das classes dominantes. Os movimentos contínuos e ao mesmo tempo desconexos contribuíram para que fosse estabelecido entre os habitantes dessa região, sentimentos de não pertencimento à esse território. Para muitos, a microrregião tornou-se uma terra de passagem, que após a extração dos recursos desejados o habitante deveria galgar para outros horizontes.

Segundo a perspectiva da psicologia sócio-histórica, a identidade é formada através das interações que ocorrem entre o ser e as instituições com que contracenam. Ao perceber o homem como ser ativo, social e histórico, esta visão concebe a realidade social e cultural do sujeito como parte constitutiva do fenômeno psicológico (BOCK, 2001). À medida que o passivo ambiental se instalava devido aos fins dos ciclos exploratórios dos recursos da região, paralelamente coexistiu um enorme passivo social, que deixaram cicatrizes profundas nos habitantes da MGV.

A desterritorialização da Microrregião de Governador Valadares por parte de seus habitantes se estabeleceu graças a inércia esmagadora que foi sendo cultivada por lideranças e refletida arbitrariamente em sua população. Segundo Lobato Corrêa, a desterritorialização se dá com a “perda do

território apropriado e vivido em razão de diferentes processos derivados de contradições capazes de desfazerem o território” (CORRÊA, *apud* SANTOS 1996, p.252). É urgente a necessidade de promoção de representações que contribuam para a reestruturação da identidade territorial para os atores da MG. Este constitui-se num passo imprescindível para o acesso a mudanças no pensamento popular e estabelecimento de políticas culturais capazes de atravessar questões partidárias e oligárquicas.

A questão central que ampara este estudo é o da possibilidade do surgimento de construções identitárias convergentes entre o Sujeito e sua Região. Uma vez que esta foi forjada por sucessivos movimentos econômicos exploratórios, e conseqüentemente, por crises de sustentabilidade. Este estudo assume a forma de pesquisa exploratória⁶, que quanto ao procedimento técnico a ser utilizado caracteriza-se como pesquisa bibliográfica. Pretende-se aqui conduzir uma reflexão sobre a construção de uma identidade territorial que possa aflorar junto ao sujeito o sentimento de pertencer ao espaço habitado e entendê-lo como base de suas práticas sociais.

1. A Microrregião de Governador Valadares: estigmas e vocações

A Microrregião de Governador Valadares⁷ é uma das oito microrregiões que compõem a Mesorregião do Vale do

⁶ “A pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. [...] objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições. [...] envolvem: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão” (GIL, 2002, p. 41).

⁷ Por **Microrregião** entende-se um agrupamento de municípios limítrofes. Essa forma de territorialização visa integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de

Rio Doce. Com uma área total de 11.327,403 km², esta microrregião é considerada uma das maiores de Minas Gerais. Ela corresponde a 27% do Vale do Rio Doce, cuja área total é de 41.809,873 km² (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2002).

Segundo dados do IBGE (2007) a Microrregião de Governador Valadares possui em torno de 412 mil habitantes, sendo que 63% desse conglomerado reside na cidade de Governador Valadares. Esses dados apontam para a referida cidade como o foco do desenvolvimento da região.

Em termos globais a cidade de Governador Valadares tem sido midiaticamente conhecida a partir de duas características marcantes que estão muito aquém de suas reais potencialidades. A primeira de ser mundialmente representada como um berço de imigrantes em função do grande número de pessoas que emigram em direção aos países mais desenvolvidos, principalmente os EUA. A esse estigma soma-se a idéia de ser uma cidade que tem o dólar como moeda e a produção de passaportes falsos como atividade produtiva. A segunda decorre de sua vocação para esportes radicais por apresentar condições ideais para a prática do Vôo Livre. Embora tais características sejam visíveis, é importante ressaltar que a cidade possui outras que embora importantes não possuem grande visibilidade social.

No Estado de Minas Gerais a cidade de Governador Valadares constitui-se num pólo com grande vocação logística. Sua localização geográfica é estratégica, por ser um

interesse comum. Efetivamente o termo é muito mais conhecido em função de seu uso prático pelo IBGE. Este órgão procura utilizar essa forma de divisão dos estados da federação, para fins estatísticos baseando-se em similaridades econômicas e sociais. A microrregião de Governador Valadares é composta por 25 municípios a saber: Alpercata, Campanário, Capitão Andrade, Coroaci, Divino das Laranjeiras, Engenheiro Caldas, Fernandes Tourinho, Frei Inocência, Galileia, Governador Valadares, Itambacuri, Itanhomi, Jampruca, Marilac, Mathias Lobato, Nacip Raydan, Nova Mógica, Pescador, São Geraldo da Piedade, São Geraldo do Baixio, São José da Safira, São José do Divino, Sobralia, Tumiritinga e Virgolândia.

ponto no qual entrecruzam-se três importantes rodovias sendo elas a BR-116, BR-381 e BR-259. Essas rodovias dão ou facilitam acesso a grandes centros tais como Belo Horizonte, Vitória e Rio de Janeiro. A Estrada de Ferro Vitória-Minas que viabiliza considerável fluxo das importações e exportações do País, não só cruza o território como também tem em sua história uma dívida para com a cidade. Uma atenção especial será dada a esse tema nesse estudo.

Essa região tornou-se um pólo comercial e de serviços das mais variadas espécies, fazendo com que os habitantes da Microrregião de Governador Valadares vejam essa cidade como uma grande praça comercial para se fazer bons negócios. Enquanto centro ativo e mantenedor da região, Governador Valadares tem cerca de 5,5 mil estabelecimentos comerciais que equivalem aproximadamente a 80% da economia local (FELÍCIO, 2009). Isso seria um bom indicativo, se não fosse uma explícita denúncia de que ao longo dos anos a região foi explorada de diversas formas até o esgotamento de seus recursos naturais. A não preocupação em criar uma economia auto-sustentável deixou a cidade empobrecida tornando a exploração comercial a maior alternativa em termos de investimentos individuais ou coletivos. De certa forma a criação de uma identidade regional foi marcada por estes atos.

Historicamente a exploração dos recursos da região tem refletido na identidade social de seus habitantes. Os ciclos econômicos que existiram no decorrer de sua história, com destaque para o da Madeira, da Extração Mineral, da Pecuária, fizeram desta Microrregião um local marcado pelos ciclos extrativistas não sustentáveis. Além destes ciclos, destaca-se também o fenômeno da Emigração, que se tornou um fenômeno rotular da região. Todos estes aspectos

são fragmentos de uma história baseados em estratégias que não se mantiveram nem evoluíram com o passar do tempo.

Com efeitos análogos aos ciclos extrativistas, cabe-se destacar o fenômeno da emigração de residentes da Microrregião de Governador Valadares. Este evidencia e serve de denúncia das precárias condições de vida dadas na origem. Tentar entender o porquê eles emigram é uma tarefa difícil e será retratada mais adiante, mas é certo que um nativo não deixa seu lar se nele consegue tudo que busca, o desejo de migrar deste ator sempre está envolvido com algum problema na base que o faz tomar a decisão de deixar sua terra.

Neste artigo a emigração é tratada como um fenômeno cujas conseqüências são comparáveis aos ciclos exploratórios por ser tratado como uma alternativa que não é sustentável nem adequadamente amparada pelos órgãos públicos. Segundo dados do IPEAD e UFMG (2004) 72% da população da Microrregião possui entre 0 e 39 anos de idade. Ligado a este fato, um *survey* realizado na região em 2005 aponta que cerca de 58% dos que migram possuem entre 20 e 40 anos (SIQUEIRA, 2006). Estes dados apontam que a região é constituída por uma população jovem e produtiva, que o Estado lhes investe em educação e saúde, mas que por ineficiência do próprio Estado, tal investimento não gera efetivamente retorno para o País. A esse título vale citar Sales (1997, p. 14) quando afirma que os emigrantes (cidadãos valadarenses) “no momento mais precioso de suas vidas, vão realizar alhures um trabalho geralmente aquém de sua qualificação profissional”.

Entretanto o que vale destacar é que a Microrregião de Governador Valadares é também um forte pólo agropecuário, turístico e educacional. Neste último, por

exemplo, estão instaladas na região oito Instituições de Ensino Superior abrigando cerca de 15.000 estudantes distribuídos em níveis de Graduação e Pós-Graduação. Além da produção do conhecimento necessário para a quebra de paradigmas, essa atividade é também econômica gerando grande movimentação financeira. Destaca-se o fato de que dos estudantes que recorrem a crédito educacional para financiar seus estudos, "78% deles compõem a primeira geração de sua família num curso de graduação" (CALEJON, 2009).

Tal fato contribui diretamente para uma mudança das lideranças sociais, reduzindo a força das oligarquias. É notável que ainda exista na região uma predominância de 'sobrenomes' tradicionais ocupando os cargos de liderança. O incremento de uma Educação de qualidade para os habitantes da Microrregião de Governador Valadares cria possibilidades de renovação de uma identidade social marcada por crises, para o surgimento de uma sociedade identificada com o espaço que ocupa e com a crença de que esse território pode se converter numa terra de promessa.

2. Ciclos de crise: Da Mineração à Bolha Imobiliária Internacional

O dólar era um ciclo extrativista, que está terminal. Antes foi o da pecuária, que nos deixou fogo na terra, erosão e pastos abandonados. Onde eram 25 bois por alqueire, hoje são cinco. Teve a madeira da Mata Atlântica e antes a exploração mineral da mica e do berilo. E todos acabaram sem deixar herança. (FELÍCIO, 2009, p.2)

A Microrregião de Governador Valadares é um território marcado pelos ciclos extrativistas que deixam à deriva seus habitantes quando os recursos se esgotam. Desde sua descoberta essa microrregião vive momentos marcados pela

extração de seus recursos sem a preocupação com sua sustentabilidade. Os sujeitos que nela vivem possuem sua identidade marcada profundamente por um habitat que é usado para o benefício de alguns em detrimento de muitos.

Movimentos como a busca pelo ouro, a devastação da floresta para a venda da madeira e posteriormente para a pecuária, o tráfico de mão de obra para os EUA serão abordados nas próximas linhas. Entender um pouco mais dos contínuos ciclos de exploração que resultaram em crises para habitantes da região são subsídios básicos para a elaboração de projetos de desenvolvimento regional que não permitam que a história se repita.

Expedições portuguesas entre os séculos XVI e XVII entraram pelo interior das capitanias de cidades litorâneas em busca de uma Serra das Esmeraldas supostamente localizada entre os rios Jequitinhonha, Doce e Mucuri. Com a descoberta do ouro, os portugueses fecharam as rotas para o litoral a fim de impedir invasão e furtos por parte dos estrangeiros (ESPINDOLA, 2006).

Dava-se início a extração de ouro e outros minerais existentes na região. Tratam-se de recursos que demoram séculos para se renovarem e que por sua raridade, geraram ganância e indiferença dos prejuízos causados à terra e seus habitantes. Os índios que nessa região viviam eram encarados singelamente como uma pedra nos reluzentes sapatos lusitanos.

O volume da produção aurífera regional é motivo de debates devido à desorganização dos mecanismos fiscalizadores da época. Ressalta-se, entretanto sua grande representatividade no cenário mundial chegando, conforme Pinto (1979), a assertivas de que o ouro fornecido por Minas Gerais financiou a Revolução Industrial Inglesa.

O que se seguiu nas próximas décadas foi uma conseqüência óbvia da extração sem a preocupação com a renovação dos recursos. A escassez mineral a partir do início do século XIX fez com que as lideranças procurassem outras formas de exploração, dando início a um processo de ocupação daquelas terras. O historiador Espíndola (2005) em estudos relacionados ao Sertão do Rio Doce faz o seguinte comentário:

[...] com o declínio do ouro, particularmente, entre o último quartel do século XVIII e a primeira metade do XIX, a região foi vista como alternativa para a crise, ou seja, o controle sobre os rios agora deveria servir a um processo de territorialidade, dando-lhe um uso que possibilitasse produzir riquezas e aumentar as rendas do Estado. Na primeira metade do século XIX, a navegação fluvial, o acesso ao mercado mundial, a incorporação de território de floresta e a guerra aos índios ocuparam espaço significativo na pauta do governo central (de D. João VI, D. Pedro I e D. Pedro II) e dos governos de Minas e do Espírito Santo (ESPÍNDOLA, 2005).

Com este esgotamento dos veios auríferos, tornou-se interessante ao Estado a ocupação dos “Sertões do Rio Doce”. Iniciou-se então na primeira metade do século XIX um processo de incentivo à ocupação deste território, com ações que envolviam desde a “guerra ofensiva aos botocudos” à incentivos financeiros e fiscais aos interessados em fixar residência na região. Outras iniciativas também foram oferecidas por D. Pedro I para agricultura e comércio, entretanto, todas essas vantagens não alcançaram os resultados esperados (ESPÍNDOLA, 2005).

Apenas na segunda metade do século XIX, Figueira, posteriormente Governador Valadares, transforma-se em entreposto comercial de envergadura considerável. O Rio Doce, navegável do povoado até a foz, possibilitou sua consolidação como porto de canoas e troca de mercadorias (SIMAN, 1988).

No início do século XX, ocorre a chegada de grande contingente de migrantes na região, devido principalmente à construção da ferrovia Vitória-Minas. A inauguração em 1910 da estação ferroviária de Figueira trouxe efeitos significativos para o desenvolvimento regional. Entre eles estão a consolidação da sua posição de entreposto comercial, a vinda de migrantes de diversas regiões do Brasil e de alguns estrangeiros de nacionalidade italiana, espanhola e síriaca, e o aumento da importância econômica da cultura do café e da extração de madeira (SIMAN, 1988).

Nas décadas de trinta e quarenta a cidade vivenciou o ciclo da mica, o domínio na exploração da riqueza foi feito por empresas norte-americanas para fomentar a indústria bélica na Segunda Guerra Mundial (AMORIM 2007). A mica era utilizada na fabricação de materiais elétricos e instrumentos de precisão, sendo amplamente empregada na guerra e valorizada pelos Estados Unidos, para quem se destinava quase que exclusivamente a produção da região (ESPINDOLA, 1999).

Entretanto, com o fim da Segunda Guerra Mundial e a substituição da mica por produtos mais avançados nos anos 60, a economia da Microrregião de Governador Valadares entra em declínio. Espindola (1999) destaca como se manifestou o fim de mais um ciclo exploratório na região, segundo ele:

A partir de 1960, a produção de mica cai em queda livre, registrando-se, no final dessa década, uma produção bastante irrisória. O refluxo da atividade extrativa da mica teve conseqüências sérias para a economia local, com redução do número de empregados de cerca de 3.000 pessoas, nos anos 40, para cerca de 500 empregos, no início da década de sessenta. Além dos empregos diretos, a queda da demanda no mercado atingiu, fortemente, as centenas de famílias que trabalhavam a mica em suas próprias casas (ESPINDOLA, 1999, p.30).

O ciclo da extração da Madeira na região, assim como ocorreu (e ocorre) em diversas regiões do Brasil, foi devastador para o solo e perverso para os habitantes pelo seu passivo social. Como destacado por Guimarães (2007), após a derrubada da mata, a empresa madeireira transformava a área em pasto, o solo erodia e raramente servia para algum tipo de cultura. Fonseca (s/d) como testemunha ocular da extração da madeira na região, coloca em seus versos a dor e imensidão de recursos que lhes eram retirados.

A madeira de que era copioso o solo e agressiva a extração que se fazia propriamente dentro dos acanhados limites do arraial, se compunha de troncos imensos derrubados na sua periferia (FONSECA, s/d, p. 45).

De uma forma lógica, a exploração inconseqüente da Madeira sem preocupação com a sustentabilidade dos recursos, resultaria em tempos de crise. Entre as décadas de 1950 e 1960 ocorreu o esgotamento dessas atividades extrativistas, resultando no fechamento de várias serrarias e indústrias de madeira (GUIMARÃES, 2007).

A pecuária existente na época não foi suficiente para absorver toda mão-de-obra liberada pelas atividades ligadas à extração da madeira. Pairou na região uma estagnação econômica, que veio a se agravar com a década de 1980, a "Década Perdida". Essa década foi relatada por Sales (1997, p. 31) nos seguintes termos:

A partir de 1979, a economia brasileira sente o impacto do aumento da taxa de juros internacional e do segundo choque do petróleo, ocorrendo então a maxidesvalorização de 1979, que causa grande impacto sobre a inflação. Esta ultrapassa os 50% ao ano, chegando ao final de 1979 a superar a casa dos três dígitos. O país adota, diante desse quadro de crise, uma política abertamente recessiva, que inclui medidas como as restrições de

créditos, aumento de juros, corte nos gastos públicos e alteração da política salarial. Em setembro de 1982, o México declara a moratória, o que leva à paralisação dos fluxos de créditos internacionais, obrigando o Brasil a recorrer ao FMI. Esse quadro de crise se estende até 1983, quando, logo em fevereiro, ocorre mais um resultado, o produto industrial do período de 1981 a 1983 cai a uma taxa média anual de 4% e o PIB de cerca de 1,3%).

Em 1985, com a Nova República, inicia-se a recuperação de perdas. O PIB cresce 8,3% e o salário mínimo 7,5%, porém a inflação chega a 225% ao ano. Com o Plano Cruzado em 1986, os salários crescem e o PIB mais uma vez se eleva, entretanto, o plano não trouxe soluções em relação ao desequilíbrio na balança comercial. Em decorrência, a moeda sofreu uma desvalorização tanto no cenário internacional quanto local. Na tentativa de se restabelecer através de um ajuste fiscal, o Plano Cruzado II, retornou a inflação e desconsiderou os pontos positivos do plano anterior. Em fevereiro de 1987 o governo decreta a moratória, devido principalmente à queda do saldo comercial e a grave erosão do nível das reservas externas. Os dois últimos anos da década apresentaram os mais altos índices de inflação: 685% em 1988 e 1320% em 1989 (SALES, 2007).

Diante desse cenário, brasileiros que viviam a espera de um milagre para sobreviverem a crise instalada buscavam alternativas nas grandes capitais ou em locais que permitiam uma certa manutenção de seu status social. Os habitantes da Microrregião de Governador Valadares não possuíam as mesmas possibilidades. Esta população, vivendo numa região sem perspectivas de crescimento e diante da necessidade de manter seu status, vê na emigração para outro país, principalmente os EUA uma opção para a mudança de sua realidade.

O desenvolvimento econômico e soluções em saúde como o SESP (Serviço Especial de Saúde Pública) promovidos em grande parte pelos americanos na primeira metade do século XX, instituíram no pensamento popular que os EUA era uma terra de oportunidades e prosperidade (ESPINDOLA, 2005). Soma-se a isso, a criação de redes sociais entre as décadas de 1960 e 1970, formadas por jovens de classe média da região que migraram inicialmente em busca da manutenção de seu status social e pela possibilidade de ganhar dinheiro rapidamente e abrir algum negócio na cidade de Governador Valadares (SIQUEIRA, 2009a). Em seu trabalho sobre migrações internacionais, Siqueira vai descrever também outros pontos determinantes para o ato de migrar, segundo ela:

[...] as pessoas emigram para os locais onde existe oportunidade de melhorar sua condição de vida ou manter uma condição que estava sendo perdida por questões estruturais da economia do seu país de origem. O crescimento do fluxo migratório internacional coincide exatamente com o período de agravamento da crise econômica brasileira. A forma como a riqueza está distribuída no mundo é um componente importante para definição da direção do fluxo migratório. Sendo assim, a existência de um mercado de trabalho secundário que oferece possibilidade de trabalho e renda, nos EUA, promovem condições de expulsão na origem são fatores que configuraram esse fluxo (SIQUEIRA, 2009b, p.4).

Esses fatores, sobretudo as redes sociais que se formaram com o passar dos anos, foram determinantes para que os habitantes estabelecessem na “Década Perdida” o maior fluxo migratório para os EUA. Nessa época, conforme retratado por Sales (1997), mais de 50% de habitantes indivíduos deixaram sua terra na década de 80 em busca de melhores condições, 70% destes no “triênio da desilusão”⁸.

⁸ O termo “triênio da desilusão” foi criado por Sales considerando os altos níveis inflacionários por que passou o país nos anos de 1987, 1988 e 1989.

Esse fenômeno migratório, quando comparado aos ciclos extrativistas que ocorreram na região ao longo da história, torna-se o evento mais cruel dos que ocorreram na Microrregião de Governador Valadares, por extrair da terra o bem mais precioso, as pessoas que nela vivem. Sem opções de manter o seu padrão de vida, buscam em terras alheias o que deveriam encontrar em sua origem. Um processo que consome os imigrantes em seu auge produtivo, que além de separar o imigrante de sua família, atravanca o planejamento econômico do estado. Apesar de precário, o *welfare state*⁹ brasileiro investiu em saúde e educação para que seus cidadãos contribuíssem com o desenvolvimento da região e conseqüentemente do país.

Embora os emigrantes enviem consideráveis remessas de dinheiro, essas geralmente são direcionadas para o consumo de bens e pequenos investimentos, que quando ocorrem são aplicados à compra de imóveis que por sua natureza não geram fluxo de capital. Outro destino dessas remessas seria para a abertura de pequenos empreendimentos no Brasil. Empreendimentos regionais que em sua maioria não obtêm sucesso, conforme apontam pesquisas feitas por Siqueira (2006), onde cerca de 49,9% dos estabelecimentos abertos por emigrantes retornados fecham as portas em menos de dois anos de existência. Este cenário desolador se dá principalmente pelo fato desses imigrantes não estarem adaptados à realidade regional e temporal, não possuírem espírito empreendedor e ainda por acreditar que o capital que fora adquirido no exterior fosse suficiente para manter o negócio no Brasil em momentos de crise. Ressalta-se que muitos desses que abrem negócios na região sem

⁹ Mecanismo de regulação da demanda agregada decorrente do aumento da capacidade de consumo das famílias e pelos gastos sociais do governo (MEDEIROS, 2001).

sucesso, após perderem tudo, reiniciam o fluxo na tentativa de 'não errar' da próxima vez.

O fluxo migratório de habitantes da Microrregião de Governador Valadares permanece até os dias atuais. A cidade vive a urgência de estabelecer políticas públicas nas dimensões cultural, identitária e econômica. Desde 2008 inúmeros emigrados foram forçados a regressar devido à crise econômica mundial. Esse retorno afeta consideravelmente a economia regional, pois grande parte do capital financeiro que entra na região tem como fonte as remessas advindas de outros países.

A crise econômica mundial iniciada no mercado imobiliário americano atingiu diretamente grande parte de emigrantes que investiram suas economias na aquisição de imóveis nos EUA (SIQUEIRA, 2009b).

Na incessante busca pela manutenção da supremacia econômica mundial, bancos e instituições financeiras americanas estabeleceram linhas de crédito para clientes de risco, rotulados como *sub-prime*, com altas taxas de juros e entrega da escritura definitiva apenas após a quitação. Em uma economia estável, essa ciranda de alto risco funcionaria sem maiores transtornos. Emigrantes brasileiros viram uma grande possibilidade de estabelecerem uma maior perspectiva temporal de residência, adiando seu retorno com a compra de imóveis (IDEM, 2009).

Com aumento vertiginoso da taxa de juros, os emigrantes brasileiros, que vivem na franja da sociedade americana, se vêem na impossibilidade de manterem suas prestações mensais em dia e conseqüentemente, devolvem o imóvel às instituições financiadoras e perdem todo o dinheiro investido.

Essa crise provocou impactos no mercado Valadarense. O fluxo de remessas diminuiu consideravelmente e o reflexo foi sentido no comércio e na prestação de serviços. Muitos imigrantes retornam e um grande número desses, sem dinheiro algum para se manterem dignamente. Um fluxo migratório que entra em crise, trazendo de volta indivíduos destroçados e na obrigação de se restabelecerem em uma terra marcada pela exploração.

3. Entre crises econômicas, o nascimento de uma sociedade desterritorializada

A Microrregião de Governador Valadares pode ser considerada hoje um território marcado pela exploração e sentimentos de não pertencimento. Seus habitantes viveram ao longo da história momentos que os levaram, em seu imaginário, a criar a idéia de ser aqui apenas uma terra sem oportunidades. Nesse contexto o estar na região é uma etapa na qual muitos procuram reunir recursos para ir em direção à terra de seus sonhos.

O esgotamento da terra decorrente dos sucessivos ciclos exploratórios contribuiu para que cristalizasse no pensamento dos atores da MGTV a idéia de não ser este um lugar acolhedor, capaz de fornecer a seus habitantes condições de trabalho e desenvolvimento. Por esse processo o estabelecimento de íntimas relações do homem com o lugar ficou seriamente comprometido. Relações de pertencimento necessárias para que possam acontecer na região uma valorização que parta de dentro para fora, do sujeito para com o lugar, despertando nos envolvidos o desejo e vontade de contribuir de alguma forma para com o desenvolvimento desse lugar.

Em um ensaio preliminar¹⁰ objetivando verificar o comprometimento de estudantes de uma Universidade com a região, foi levantada a questão sobre a possibilidade de continuarem vivendo na Microrregião de Governador Valadares após concluírem o curso de graduação. Mais de 50% dos entrevistados declararam o desejo de migrar para uma região que oferecesse melhores condições de trabalho e qualidade de vida. Apesar de tratar-se de um ensaio, este levantamento aponta para a inexistência ou frágil relação identitária dos respondentes para com sua região. Assim, apesar de estarem preparando-se para atuar como atores de mudanças, reduzida é a intenção de envidar esforços para a superação dos problemas regionais e contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade de origem.

O sentimento de não pertencer a um determinado território contribui para estagnação e esvaziamento econômico da região, uma vez que não há a preocupação com a manutenção e ampliação dos recursos que existem nesta terra. Dados da pesquisa de Soares (1995) apontam que o PIB per capita, a renda média e os índices demográficos da região do Rio Doce a situam como a segunda mais pobre do estado de Minas Gerais. A Microrregião de Governador Valadares está no epicentro de um quadro de concentração de pobreza cujo reflexo é diretamente transpassado à identidade de seus habitantes.

As mídias locais e nacionais periodicamente elucidam realidades claramente perceptíveis da região. O tráfico de drogas, violência, crimes de lavagem de dinheiro, a existência do "cônsul" são denúncias que apontam para a urgência da

¹⁰ No fim de 2008, foi realizado um ensaio preliminar com 4 turmas de cursos de graduação (duas turmas de Design Gráfico, uma de Produção Audiovisual e outra de Jornalismo), onde foram levantadas questões, através de um questionário, com o objetivo de analisar as perspectivas de mercado destes futuros profissionais.

criação de políticas públicas capazes de contribuir com a diminuição da pobreza e redução do número de cidadãos que se engajam nesses processos. Percebe-se, entretanto, a inexistência de políticas públicas na região, políticas sólidas e continuadas que são capazes que ultrapassar intenções partidárias. Assim como acontece em várias regiões do Brasil, a Microrregião de Governador Valadares tem se baseado em políticas de governo, onde planejamento, estratégias e ações se renovam a cada quatro anos.

Ao longo de sua história, a Microrregião de Governador Valadares demandou modelos educacionais que contribuíssem para com o desenvolvimento regional. As previsões sobre um país mais adulto, rico e feliz conforme indicado por Aranha (2009) não fazem parte da realidade regional. O “mercado” educacional tem cada vez mais buscado a quantificação de discentes ao invés de qualificação. Ter mensalidades mais suaves, reduzir custos com pesquisa, investir na contratação de professores com menor qualificação são medidas que as IES, principalmente privadas, tem buscado para ajudar o indivíduo a progredir preços que caibam em seu bolso.

Apesar disso, acredita-se ainda que o grande número de Instituições de Ensino Superior da MGV pode contribuir muito com uma nova organização identitária da microrregião. Apesar de seu papel ainda ser o da oferta de cursos que estão em alta aceitação no mercado global, o ideal para a região seria o compromisso de cursos contextualizados e aplicáveis ao desenvolvimento regional.

Contudo, dados do Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil (PNUD, 2003) apontam que 63,5% dos habitantes da cidade de Governador Valadares possuem menos de oito anos de estudo. Mesmo apresentando taxas positivas em

relação a censos anteriores, percebe-se um grande contingente que necessita de uma base educacional para que, identificados com sua coletividade, possam corresponder com as expectativas de desenvolvimento desejadas pela cidade.

Marcados por ciclos extrativistas não sustentáveis durante toda sua história e um fluxo emigratório de grande impacto, os habitantes da MGV vivem uma constante crise identitária no tocante ao pertencimento regional. Iniciativa privada e Governo devem estar conscientes que há um passivo ambiental e social a ser quitado com esses cidadãos. A contribuição no aspecto educacional, assim como psicológico e habitacional são bases que fornecerão sustentação a uma construção identitária que visará valorizar as coisas da terra e maximizar seu aproveitamento em prol do sujeito e da região.

4. Reflexões sobre construções identitárias para sobreviver num território em crise

Os movimentos exploratórios que traçaram a história de Governador Valadares deixaram cicatrizes profundas produzindo na população o sentimento de não pertencimento a este território. Para a compreensão deste fenômeno faz-se mister conduzir uma breve reflexão sobre os seguintes aspectos: construção identitária, modos de atuação sobre o sujeito em momentos de crise e sobretudo práticas culturais que contribuíram para a formação identitária da Microrregião de Governador Valadares. Essa visão reflexiva é compartilhada por Ewald e Soares (2007) em seu estudo sobre construções identitárias:

É necessário, portanto, refletir sobre este processo de construção do ser humano, sobre a relação entre indivíduo e sociedade, entre identidade e cultura. Temas que nos empurram para uma discussão em que estamos existencialmente inseridos. Para isso, partimos de contribuições de autores das várias áreas pertencentes às Ciências Humanas e Sociais que, acreditamos, nos fornecem subsídios preciosos à reflexão sobre essas questões (p.24).

O termo identidade vem designar inicialmente aquilo que é idêntico, onde a essência do indivíduo é compartilhada. Segundo o Ferreira (1986), a identidade refere-se a aspectos coletivos de um conjunto de características que fazem com que alguém seja definitivamente reconhecível, ou conhecido. Já o termo subjetividade trabalha no indivíduo os desejos e uma construção básica diferente. Limberti (2008) traz o termo identidade como o conjunto de caracteres próprios e exclusivos com os quais se podem criar a diferenciação entre as espécies e suas particularidades.

A psicologia sócio-histórica se baseia na perspectiva em que o homem é a peça chave de um processo e se forma a partir das interações com o meio. Bock (2001) destaca detalhadamente como é fundamentado e entendido o processo sócio-histórico:

Fundamenta-se no marxismo e adota o materialismo histórico e dialético como filosofia, teoria e método. Nesse sentido, concebe o homem como ativo, social e histórico; a sociedade, como produção histórica dos homens que, através do trabalho, produzem sua vida material; as idéias, como representações da realidade material; a realidade material, como fundada em contradições que se expressam nas idéias; e a história, como movimento contraditório constante do fazer humano, no qual, a partir da base material, deve ser compreendida toda produção de idéias, incluindo a ciência e a psicologia (BOCK et al 2001, p.17-18).

Dentro dessa perspectiva, aqui adotada, a identidade se forma através das interações do indivíduo com o meio. Nesse sentido, deve-se entender que a identidade se “constitui como um produto da socialização, produto da interação do sujeito com aqueles que estão presentes em sua vida” (ALMEIDA *et al*, 2008, p.156). Assim, desde a socialização primária ocorrida na infância onde o indivíduo absorve informações com sua instituição familiar e posteriormente, a secundária na qual entram em cena outras instituições (escola, trabalho e diversos outros), o ator vai recebendo informações, que uma vez pertencidas organizam-se, fazendo parte de sua identidade (BERGER E LUCKMANN, 2003).

As diversas instituições que cercam o indivíduo no decorrer de sua história trazem impressões e informações que criam bases para a construção identitária do sujeito. Em relação a esse processo de construção, Freire (citado por ALMEIDA, 2008) afirma que a identidade se “forma através da relação deste com outras pessoas, da interação de valores, sentidos, símbolos e cultura dos mundos habitados pelo sujeito”. Fundamentado nessa asserção pode-se dizer que os habitantes da MGTV carregam consigo marcas que foram traçadas no decorrer da história da instituição regional.

Todos os momentos de crise econômica ocorridos na MGTV contribuíram para uma construção identitária incapaz de valorizar os aspectos positivos desta terra. A ação de explorar e a deixar quando não há mais perspectivas de crescimento rápido e duradouro é uma característica que se cristalizou no pensamento dos atores, tornando-se marca da identidade cultural da região.

O termo Identidade quando relacionado à existência subjetiva, ganha sentido de permanência e de continuidade e o termo identidade cultural acentua a dimensão

intersubjetiva, formal e concreta da identidade pessoal (EWALD e SOARES, 2007). Assim, ao entender a cultura como “unidade expressiva que orienta a ação de uma comunidade” (EWALD e SOARES, 2007, p.24), percebe-se a relação entre identidade pessoal e identidade cultural foi formada na região através de um horizonte de símbolos e valores transpassados pelo tempo.

No final do século XIX, com o fim da escravidão e o fluxo de imigrantes para o Brasil, as elites do país buscavam o desenvolvimento e não viam na população a capacidade de cumprir com esse ideal. Em seu estudo sobre identidade do brasileiro, Naxara (2001) faz um panorama histórico da época onde retrata que:

O povo brasileiro, (principalmente a população mestiça, ou de alguma forma vinculada à escravidão) visto pelas suas elites, aproximava-se do atraso e da barbárie, enquanto que o que se procurava era o progresso e a civilização. Tal questionamento acabou levando a uma definição do brasileiro pela ausência do que se esperava que ele pudesse ser, ou seja, por aquilo que lhe faltava. O brasileiro era visto como elemento despreparado e imaturo para o exercício do trabalho livre e para a sociedade do progresso que se pretendia (NAXARA, 1992, P.184).

Também segundo a autora, foi criado nessa época dois imaginários bem distintos: “de um lado a desqualificação do trabalhador nacional e de outro o elogio do imigrante, trabalhador ideal, portador da ética do trabalho, disciplinado” (NAXARA, 1992, p.184). Juntamente com essa separação foram criadas outras que realçaram as diferenças entre campo e cidade, estigmatizando o homem do campo ao atraso e à barbárie. Naxara (1992) vai dizer que nessa época “parecia natural que brancos fossem melhores que negos e mestiços” (NAXARA, 1992, p.187).

Cristalizou-se nessa época junto à população uns dos maiores símbolos de nacionalidade do Brasil, o personagem Jeca Tatu de Monteiro Lobato, materializando o pensamento pré-existente sobre o brasileiro. Um brasileiro pobre, marginalizado e possuído de um total despreparo para o exercício da cidadania. Uma cristalização que só foi possível devido ao ambiente cultural que se materializou entre as classes brasileiras.

Essa imagem de uma população imatura e desqualificada foi amplamente difundida na virada do século XIX para XX e ainda encontra cristalização nos habitantes da Microrregião de Governador Valadares. Um povo que aparenta ser naturalmente contente com as migalhas e que depositam no outro sua esperança de uma melhor condição de vida.

É preciso que as representações estigmatizantes sejam neutralizadas para que os cidadãos da MGV descubram sua capacidade de articulação no combate à cultura exploratória em favor da construção de um modelo sustentável. Ao trabalhar o aspecto cultural em favor das mudanças sociais, a MGV estará reterritorializando seu espaço e contribuindo diretamente para o combate de suas raízes sufocantes, nesse sentido, Alvarez *et al* (2000) ressaltam a importância dessas ações:

O campo de ação das lutas democratizantes se estende para abranger não só o sistema político, mas também o futuro do desenvolvimento e a erradicação de desigualdades sociais tais como as de raça e gênero, profundamente moldadas por práticas culturais e sociais (ALVAREZ *et al*, 2000, p.16).

Um das articulações possíveis na construção desta identidade territorial é pensar a condição de se estabelecer

uma política cultural para a população da MG. Neste estudo, política cultural não é visto como bens de consumo cultural (cinema, teatro e outros), mas de “laços constitutivos entre cultura e política, onde a cultura é entendida como concepção do mundo e enquanto conjunto de significados que integram as práticas sociais, um processo pelo qual o cultural se torna fato político” (ALVAREZ et al, 2000, p.17).

Ao entender essa cultura como uma dimensão de todas as instituições (econômicas, sociais e políticas), será possível estabelecer soluções que sejam realmente focadas na população da Microrregião de Governador Valadares. Só uma sociedade territorializada com seu espaço, realmente capaz e livre de processos estigmatizantes, articulada e participativa é capaz de fazer com que as políticas partidárias comuns nesta região, sirvam realmente às intenções e anseios da população.

Considerações Finais

Toda pesquisa realizada no âmbito das ciências sociais não deve ter a ousadia de pretender fornecer respostas como suficientes para solucionar os problemas de uma população. Dentro dessa perspectiva o que se procurou realizar com este ensaio foi buscar uma interpretação da história que fez a Microrregião de Governador Valadares tal como a conhecemos hoje. Microrregião esta, impulsionada por diversos ciclos exploratórios e por um peculiar fluxo migratório, que conspiraram para a construção de uma identidade regional desterritorializada. Identidade anômala, que faz com que os habitantes deste território tenham como ideal econômico e social, um que possa ser construído em outras terras.

Ao utilizar o jargão “Yes! We Can”, criado por um dos candidatos na campanha presidencial dos Estados Unidos de 2008, buscou-se estabelecer questões transversais sendo elas: aquelas que envolveram os ciclos econômicos que fizeram parte da história da MG, e aquelas relativas à promoção de representações que contribuam para uma reconstrução da identidade territorial dessa população. Identidade esta que se constitui num pré-requisito para que efetivamente tais habitantes possam contribuir para o desenvolvimento regional.

Baseando-se na perspectiva sócio-histórica, a constituição da identidade territorial se constrói em função das interações envolvendo sujeitos e contextos ao longo da história da região. Interações diversas que quando focadas nos ciclos econômicos e no fluxo emigratório da região, geradores de processos não sustentáveis, fazem emergir sentimentos de angústia que de alguma forma contribuem para o tipo de sentimento de pertencimento que é próprio desses habitantes. Não há um projeto pré ou pós estabelecido que quando executado seja capaz de uma transformação brusca na identidade territorial dos habitantes da MG.

O sucesso de um modelo de desenvolvimento sustentável para a MG apenas se concretizará efetiva e integralmente quando for contemplado nele a inclusão social de seus habitantes. A participação da população em movimentos democratizantes e políticas públicas nos campos educacionais e de renda podem contribuir com o processo de reterritorialização da MG. Entende-se que será dentro dessa perspectiva que a afirmativa “Sim! Nós podemos” no tocante à identidade territorial deixará de ser uma proposição tornando-se uma realidade.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Agnes Rocha de; SIQUEIRA, Sueli; DIAS, Carlos Alberto. A construção da identidade cultural em filhos de emigrantes. **Caderno Neder**, v. 2, p. 154-179, 2008.

ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. Introdução – O cultural e o Político nos Movimentos Sociais Latino-Americanos. In: ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (org.), **Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos**, pp. 15-60. Belo Horizonte: EUFMG, 2000.

AMORIM, Aparecida. As Interfaces entre migração internacional e religião: um estudo de caso. **XII Congresso Brasileiro de Sociologia**. 2007. Recife – PE.

ARANHA, Ana. Menos Alunos. Mais Qualidade? **Época**. São Paulo, Especial Brasil Educação 2020, p. 90-92, 25 de Maio. 2009.

BERGER, Peter L., LUCKMAN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

BOCK, Ana Mercês Bahia; GONÇALVES, Maria da Graça Marchina; FURTADO, Odair (orgs.) **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. São Paulo: Cortez, 2001. 224 p.

CALEJON, Serena. Nós nunca estudamos tanto. **Exame**. São Paulo, Especial Consumo, p. 42-45, 8 de Abril. 2009.

CORRÊA, Roberto Lobato. Territorialidade e Corporação: um exemplo. In SANTOS, Milton et. Al. (org.) **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo: HUCITEC, 1996, p. 251-256.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. **Associação Comercial de Governador Valadares: sessenta anos de história**. Governador Valadares: ACGV, 1999.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. **Sertão do Rio Doce**. Bauru: Edusc, 2005. v. 1. 485 p.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. Territorialidade em Minas Gerais durante a crise do sistema colonial. **3º Encontro da ANPPAS**. Brasília DF. 2006.

EWALD, Ariane Patrícia; SOARES, Jorge Coelho. Identidade e Subjetividade numa era de incertezas. In: **Estudos de Psicologia**. Rio de Janeiro. UERJ. 2007

FELÍCIO, César. Em Valadares, sobrou apenas o comércio. **Valor Econômico**. 03/04/2009.

FERREIRA, Aurélio B. de Hollanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. 1838 p.

FONSECA, José Raymundo. **Figueira do Rio Doce**. s/l, s/ed, s/d.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Perfil Demográfico do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte. 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GUIMARÃES, Cristiana Maria de Oliveira. Entre o progresso e a incompletude da modernidade. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**. Belo Horizonte, V.14 N.15. 2007

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Microrregiões: Governador Valadares**. <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 20/05/2009. 2007.

IPEAD e FAGV. FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS, ADMINISTRATIVAS E CONTÁBEIS DE MINAS GERAIS. FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO DE GOVERNADOR VALADARES. **Diagnóstico sócio-econômico da cidade de Governador Valadares**. 2004.

LIMBERTI, Rita de Cássia Aparecida Pacheco. Discurso Indígena: Identidade, Alteridade, Transculturalidade. In: **Anais do III Simpósio Internacional sobre análise do discurso: Emoções, Ethos e Argumentação**. Belo Horizonte. UFMG. 2008.

MEDEIROS, Marcelo. A Trajetória do Welfare State no Brasil: papel distributivo das políticas sociais dos anos 1930 aos anos 1990. In.: **Texto para Discussão nº852**, Brasília: IPEA, 2001.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. A construção da Identidade: um Momento Privilegiado. In: **Revista Brasileira de História**. v.11, nº23/24. P.181-190. São Paulo. 1992.

PINTO, Virgílio Noya. **O Ouro Brasileiro e o Comércio Anglo-Português**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1979.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Atlas de desenvolvimento Humano no Brasil**. Software. São Paulo:ESM Consultoria. 2003.

SALES, Teresa. **Brasileiros longe de casa**. São Paulo. Cortez. 1999.

SIMAN, Lara Mara Castro. **A história na memória: uma contribuição para o ensino da história de cidades.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 1988.

SIQUEIRA, Sueli. A crise econômica nos EUA e o retorno à terra natal. In: **Latin American Studies Association.** LASA2009. Rio do Janeiro. 2009b.

SIQUEIRA, Sueli. A Migração Internacional na perspectiva dos que ficam. **VI Encontro Nacional sobre Migrações.** Belo Horizonte. 19p. 2009a.

SIQUEIRA, Sueli. **Migrantes e empreendimentos na microrregião de Governador Valadares: sonhos e frustrações no retorno.** Tese (Doutorado em Sociologia e Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2006.

SOARES, Weber. **Emigrantes e investidores: Redefinindo a dinâmica imobiliária na economia valadarense.** 1995. 174 f. Dissertação (Mestrado em demografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Investimento estrangeiro e fluxo imigratório: duas âncoras do crescimento da economia argentina no século XIX

Maria Heloisa Lenz¹

Resumo

O investimento externo e o fluxo imigratório europeu foram um dos seus aspectos marcantes do período do crescimento econômico argentino iniciado no final do século XIX, a *Belle Époque*. Em relação ao investimento, se destaca a extrema importância do capital britânico, sendo essa uma das facetas mais relevantes da relação especial entre a Argentina e a Grã-Bretanha. Outra característica deste período foi o papel da imigração, pela enorme contribuição que a mesma teve na performance da economia argentina. Em razão disso, o estudo dessas duas âncoras do crescimento da economia argentina deste período consiste no objeto do presente artigo. O trabalho será dividido em duas partes. A primeira parte tratará do papel dos investimentos e dos empréstimos externos estrangeiro na Argentina. A segunda examinará o papel da imigração na formação da mão-de-obra argentina.

Palavras chaves: Argentina, investimentos externos, imigração

Abstract

Within the period of economic growth Argentinean - *Belle Époque* - started at the end of the seventies in the nineteenth century, foreign investment and emigration were some of its most striking aspects. Regarding foreign investment, it is the extreme importance of the British capital, and that one of the most important facets of the special relationship between Argentina and Britain. The period also marks the arrival of large arrival of a large flow of immigrants, both anchors of the Argentine economic growth. This theme will be examined in two main segments. In the first segment the focus will be on foreign investment and the loans in Argentina. The second segment will deal with the process of emigration and its rule in the labor in Argentina.

Key words: Argentina, foreign investment, emigration.

¹ Professora Doutora do Curso de Pós-Graduação e do Departamento de Economia da UFRGS. Texto apresentado em 10/03/2010. Aprovado em 10/04/2010.

Introdução

Dentro do período do crescimento econômico iniciado na Argentina no final dos anos setenta no século XIX, a chamada *Belle Époque*, o investimento externo e a imigração, foram um dos seus aspectos mais marcantes. A intensidade do crescimento desse período fez com que a Argentina despontasse como o principal representante dos processos de crescimento que marcaram o continente latino-americano nos séculos XIX e XX, valendo-lhe também a comparação com os principais países ocidentais. Isto levou inclusive a uma troca de posição relativa em termos de crescimento econômico entre a Argentina e os demais países latino-americanos que o experimentaram a partir do último quartel do século XIX.

Em relação ao investimento externo, destacam-se a extrema importância e a dependência do capital britânico, sendo essa uma das facetas mais relevantes da relação especial entre a Argentina e a Grã-Bretanha. O período também marca a chegada da grande chegada de um grande fluxo de imigrantes no país. Em razão disso, o estudo dessas duas âncoras do crescimento da economia argentina deste período, investimentos e emigração, consiste no objeto do presente artigo. O trabalho será dividido em duas partes principais. A primeira parte tratará do papel dos investimentos e dos empréstimos externos estrangeiro na Argentina em relação a este período. A segunda examinará o papel da imigração na formação da mão-de-obra argentina, influência fundamental na geração da identidade do país.

A chegada da grande onda de investimento estrangeiro na Argentina no século XIX

O capital externo foi crucial no desenvolvimento da Argentina, tornando os fluxos internacionais vitais para o seu crescimento. Existem várias explicações na literatura para a adoção desse modelo aberto, desde a visão de que a sua escolha foi ditada pelas potências estrangeiras, dentro da visão da teoria do imperialismo, até que ele foi adotado por uma necessidade imperiosa, em razão da baixa capacidade de poupança interna do país decorrente do crescimento demográfico associado à grande onda imigratória que originou uma estrutura populacional etária jovem, não poupadora. Sem dúvida, os empréstimos externos, principalmente do mercado financeiro de Londres, financiaram um expressivo incremento tanto do capital como da renda, fazendo da Argentina uma das economias de crescimento mais rápido do mundo.

Nos anos anteriores a 1880, o estoque de capital fixo na Argentina era escasso. A riqueza do país na época constituía-se de ativos fixos basicamente na forma de grandes extensões de terra, tanto rurais como urbanas, e de ativos móveis como gado. Além disso, as instituições eram poucas, havendo a necessidade crítica de investimento em infra-estrutura. Numa economia nova, rural e também orientada para exportações de produtos, os transportes por terra e por mar eram absolutamente indispensáveis.

Por isso, esse período reflete a formação do capital argentino e de um grande volume de empréstimos e investimentos externos provenientes da Inglaterra primordialmente para a construção de estradas de ferro.

O autor Beyhaut (1984) enfatiza que na Argentina existia, enquanto subsistiam as economias regionais, um sistema de comunicações pouco vertebrado em que caravanas de carretas desempenhavam o papel principal. As ferrovias construídas predominantemente com capitais ingleses vindos para a Argentina após 1860 correspondem ao rompimento desse sistema, alterando a relação dessas regiões em benefício das províncias de Buenos Aires, Santa Fé e Entre Rios e propiciando o desmembramento de Catamarca e de todo o noroeste argentino. O sistema de estradas de ferro integrou-se, então, com um sistema dominado pelo capital estrangeiro que, por sua vez, assegurou altos fretes em seu benefício.

Ao mesmo tempo, em um país com vastas extensões de terra tão distantes dos países líderes, sem população assentada na área rural, e com uma economia girando em torno das exportações para o outro lado do Atlântico, o transporte por via terrestre e marítima era absolutamente indispensável, assim como a existência de portos e armazéns. (Cortés Conde, 1997). Por essas características de país de colonização recente, com uma economia com condições de crescimento e sem a formação de capital adequada para os investimentos, era natural que a Argentina contasse e passasse a atrair o investimento estrangeiro.

A primeira corrente importante de investimentos estrangeiros - que começou com a subida de Bartolomé Mitre à presidência, em 1862, e durou até a crise de 1874/75- foi constituída por capital quase que exclusivamente britânico. O Estado jogou um papel relevante na atração desses investimentos já que a maioria desses, 56,2% em 1875, representavam empréstimos governamentais, responsabilizando o governo argentino pela entrada de

capital e pelos juros dos empréstimos contraídos. (Ferns, 1960). As primeiras inversões, diferentemente do que ocorreria mais tarde, não visavam lucros expressivos, mas sim a expansão das exportações britânicas e a venda de seus serviços.

Em 1880¹ inaugurou-se uma nova etapa no que se refere ao investimento estrangeiro, em especial o britânico, com características diferentes daqueles do período anterior, pois não dependia mais do desenvolvimento do comércio, ainda que o tenha influenciado no médio prazo.

Pela falta de instituições financeiras capazes de conseguir os fundos necessários para financiar o investimento em capital social fixo, novamente coube ao Estado argentino propiciar o ambiente propício para a chegada dos novos investimentos. O Estado ainda não era capaz de providenciar as receitas necessárias em virtude de as mesmas serem baseadas sobre impostos de importações, que eram insuficientes e na busca desses fundos passou a realizar endividamento externo na Europa, sobretudo com a Inglaterra.

É vital ressaltar que grande parte dos investimentos estrangeiros, públicos ou privados, eram para a formação de um capital social, especialmente para serviços de transportes. Os fundos eram utilizados, primeiramente para a compra direta de bens de produção do estrangeiro, como equipamento de estradas de ferro. Em segundo lugar, o restante era transferido para a Argentina, para financiar os aumentos dos gastos na formação de capital, como atividades de construção ferroviária.

¹ Di Tella e Zylmelman (1976) também afirmam que o início da formação do capital na Argentina ocorreu efetivamente por volta em 1880 e que foi a partir do governo de Juárez Celman, que contraiu empréstimos e promoveu investimentos em estradas de ferro, sem ter em conta nenhum plano orgânico nem mesmo um plano de capacidade de pagamento por parte da Nação.

Para Ford (1975) existem razões tanto de ordem interna como externa para o fato de a Argentina ter se tornado atrativa e segura para os investidores estrangeiros e assim se explicam a grande onda de investimentos externos ocorrida no início dos anos 80. Entre as internas destaca: o fato de o campo ter se tornado um lugar seguro para cultivos permanentes depois das Campanhas de Roca, a existência de um poderoso governo federal que havia empreendido reformas monetárias internas, além da adoção do padrão ouro. Entre as externa o autor salienta as seguintes: as inovações no sistema de transporte marítimo, que reduziram abruptamente os fretes nos fins dos anos 70, aumentando os atrativos das exportações argentinas e a queda da taxa de juros na Europa.

Os resultados desse novo fluxo de investimentos podem ser bem visualizados na tabela 1, em que se destacam os aumentos dos investimentos total e direto, assim como os empréstimos governamentais para o período 1885- 1905.

Tabela 1- Investimentos Britânicos Diretos e de Portfolio na Argentina 1865-1913

	(milhões de libras esterlinas)					
	1865	1875	1885	1895	1905	1913
Investimento Total	2.7	22.6	46.0	190.9	253.6	479.8
Investimento Direto	0.5	6.1	19.3	97.0	150.4	258.7
Investimento Portfolio	2.2	16.5	26.7	93.9	103.2	221.6
Empréstimos Governamentais	2.2	16.5	26.7	90.6	101.0	184.6
Títulos de Créditos	-	-	-	3.4	2.2	37.0

Fonte: Cortés Conde (1989, p.49).

Esse conjunto de investimentos explica o fato de a Argentina ter recebido em 1889 entre 40 e 50% de todas as inversões britânicas fora dela mesmo.

Dados diferentes são apresentados por Ferns (1960), citando Mudhall. Segundo os mesmos, do total de inversões do capital britânico na Argentina, que chegava a 23,06 milhões de libras, 56,2% correspondiam a empréstimos ao governo e 28,6% a estradas de ferro. Isso explicaria por que os fundos originados nesse período foram destinados à extensão de estradas de ferro com fins promocionais da atividade estatal, com proporções semelhantes aos investimentos diretos estrangeiros.

O ímpeto para a escolha das estradas de ferro como principal meio de desenvolvimento do país proveio do entendimento de que a consolidação e a segurança do território eram os dois elementos essenciais para alcançá-lo. A consolidação do território era primordial para o país, particularmente em regiões onde as fronteiras eram mal definidas ou onde vastas áreas eram povoadas por índios selvagens. Por outro lado, a segurança não era meramente conceituada em termos de ameaça de agressão externa, pois a instabilidade doméstica, as rivalidades e os antagonismos regionais também eram forças igualmente potentes confrontando o governo central, sendo a sua construção essencial para a aplicação da autoridade nacional nas províncias.

Durante o período inicial de desenvolvimento, formaram-se seis companhias ferroviárias britânicas que funcionaram na Argentina e de acordos entre o governo nacional e o governo Provincial. Duas delas - o Central Argentino e o Ferrocarril Gran Sud de Buenos Aires- chegaram a ocupar os primeiros lugares entre as estradas de ferro argentinas e se converteram em grandes sistemas de transportes. As outras, o Norte de Buenos Aires, o Buenos Aires y

Enseada, o Ferrocarril de la Campaña e o Este Argentino eram pequenas.

Enquanto o Ferrocarril Central Argentino foi uma companhia de grande porte, criadora de sua própria demanda, com o Estado participando intensamente e com baixa participação de capital privado nacional argentino, sendo também uma companhia de terras, o Ferrocarril Sud foi construído já em uma área densamente povoada e tinha na lista de seus principais acionistas um grande número cidadãos ingleses. A importância das estradas de ferro pode ser medida pelo tratamento a elas dispensado pelas autoridades argentinas, onde se destacam a garantia de 7% sobre o capital e a concessão de uma légua de terra em cada lado do leito da estrada, principalmente nas proximidade das grandes cidades.

Os cálculos dos investimentos britânicos na Argentina, efetuados pelo Secretario Comercial de la Legación Británica em 1890, indicavam que a totalidade das inversões britânicas em várias empresas, inclusive de serviços públicos, alcançava aproximadamente 20 milhões de libras. (Ferns, 1979, p. 479).

Nas palavras de Ferns (1973, p. 129):

"La afluencia de capital y mano de obra a la Argentina que comenzó como un proceso sostenido en 1862, continuó, con sólo un breve período de interrupción a mediados de los años setenta, hasta 1890. A fines de la década del ochenta alcanzó gran intensidad, a tal punto que, entre 1888 y 1889, de la cuarta parte a la mitad de las nuevas emisiones del mercado de capitales de Londres correspondieron a empresas en la Argentina, y cerca de un cuarto de millón de inmigrantes europeos ingresaron en el país".

A tabela 2 que apresenta as novas emissões de capital realizadas por Londres no exterior, cotejadas com as específicas na Argentina, confirma novamente o pico dos

investimentos ingleses na Argentina para o período, alcançando a participação mais alta de 23,4% em 1888.

Tabela 2 - Novas emissões de capital em Londres, para inversões no exterior e na Argentina -1885-1891

(milhões de libras esterlinas)

	(1) Para inversões no exterior	(2) Para a Argentina
1885	48,4	1,8
1886	47,7	11,2
1887	60,9	11,3
1888	95,5	23,4
1889	99,2	12,8
1890	91,1	4,9
1891	46,6	-

Fonte: Ford (1975, p.124).

A tabela 3 apresenta a composição dos investimentos externos para a Argentina para o período 1881-1981, divididos entre empréstimos públicos, para a construção da estrada de ferro Ferrocarril Oeste, os investimentos privados e os demais investimentos.

Tabela 3 - Correntes de Investimentos Externos na Argentina -1881-1891

(em milhões de peso ouro)

Ano	Empréstimos Públicos	FF.CC.	Inv. Privados	Outras Inversões
1881-85	42,200	47,000	44,300	15,900
1886	41,000	16,000	26,000	
1887	47,000	38,000	107,000	54,000
1888	92,000	89,000	156,000	47,000
1889	31,000	52,000	123,000	56,000
1890	11,000	20,000	34,000	14,000
1891	2,000	6,000	6,000	

Fonte: Rapoport (1988, p.178).

O grande montante dos investimentos argentinos dessa fase foi primeiramente na forma de investimentos privados, seguido pelos feitos nas estradas de ferro, o Ferrocarril Oeste, e finalmente pelos empréstimos públicos. A tabela 8.4 indica que até 1985 houve, inclusive, um quase equilíbrio entre os

investimentos privados, os nas estradas de ferro e nos empréstimos públicos, mas que a partir desse ano os investimentos privados tomaram a dianteira, alcançando o seu valor máximo em 1988 com 156.000 milhão de pesos ouro.

Díaz Alejandro (1985) ressalta que foi, sobretudo, depois da década de 1880 que as fontes externas foram de importância decisiva para o financiamento do capital social fixo e de outras atividades imprescindíveis para que a Argentina se integrasse aos mercados mundiais. Esse se deu de forma direta (investimentos em estradas de ferro, serviços públicos urbanos) e indireta (compra de bônus pelo governo).

A tabela 4 mostra o enorme crescimento de estoque de capital que ocorreu na Argentina no período em consideração. Portos, estradas de ferro, casas, maquinaria, fazendas de gado eram as partes de um grande volume de capital estabelecido através de três décadas do período de unificação nacional até a véspera da I GM.

Tabela 4- Formação de Capital: Crescimento do Estoque de Capital -1884-1914

(Em peso papel deflacionado pelo Índice do Preço ao Consumidor)

Anos	Milhões de pesos (ouro)	Milhões de Pesos (papel) (preços correntes)	Índice de Preços (1884=100)	Milhões de pesos (papel) (preços constantes)
1884	1.875	1.875	100	1.875
1892	5.407	3.264	159	2.052
1895	2.840	8.577	190	4.514
1914	14.955	33.989	206	16.499

Fonte: Cortés Conde (1989, p.24).

Pelo seu exame identifica-se que tanto as séries em moedas ouro como a preços constantes produziram uma taxa de crescimento do período de 7.5%, embora a crise de 1890, quando a depreciação do peso contra o ouro foi maior que a perda do seu poder de compra doméstico, levando

temporariamente a um declínio em valor de ouro do estoque nacional da nação.

Sintetizando o período, Cortés Conde (1997) afirma que entre 1875-1912 este crescimento teve como causa a exploração dos recursos naturais e as melhorias neles realizadas, já que aumentaram sua produtividade. Para ele, a questão não se limitou à incorporação de terras, recursos naturais. Tratou-se também de mudanças tecnológicas no setor agropecuário, que possibilitaram a produção de cereais em terras de gado e implementação de pastagens permanentes e a produção de carne para exportação. Isso conduziu a uma maior valorização da terra e foi, portanto, a incorporação de capital e trabalho na terra que aumentou sua rentabilidade.

O papel da imigração no desenvolvimento argentino

O primeiro censo nacional populacional só aconteceu na Argentina em 1860² e, de acordo com suas cifras, o país estava povoado com aproximadamente 1,8 milhões de habitantes, dos quais 11,5 milhões eram estrangeiros. Os argentinos eram em sua maioria de origem hispânica e a proporção de sangue indígena variava a quase zero por cento em torno dos centros urbanos até as altas percentagens nas fronteiras com o Paraguai, o Brasil, a Bolívia e o Chile.³

Quando a questão indígena e da escravidão foram esgotadas como forma de povoar a Argentina, iniciaram-se os

² Segundo Vázquez-Preedo (1971), é interessante notar que o primeiro censo de 1860 foi realizado exatamente 300 anos depois das primeiras explorações dos territórios do Prata.

³ É interessante notar que, apesar de toda a mobilização em relação à Campanha do Deserto, a população indígena nunca foi muito numerosa no território argentino. Ingenieros (1915) a estimou ao redor de 530.000 até 1700 e só 210.000 em 1810, sendo que o primeiro número foi considerado demasiadamente alto pelos outros autores. Ingenieros apud Vázquez-Preedo (1971).

esforços por parte das autoridades para incentivar a imigração.

O movimento imigratório para a Argentina teve causas muito diversas. Sem dúvida, as melhoras na navegação e o drástico barateamento dos custos tornaram possível o deslocamento de alguns milhões de pessoas do outro lado do Atlântico. Entre suas causas também se encontram fatores econômicos, sociais e políticos que de algum modo impulsionaram uma enorme quantidade de pessoas a abandonar seus lugares de origem e enfrentar uma nova vida em um lugar tão distante.

Ainda que a redução dos custos de transportes e a crise agrária na Europa sejam computadas entre as causas da corrente imigratória, uma deliberada política de atração de imigrantes por parte do governo argentino e as características de país "novo" com grandes extensões de terra funcionaram como um extraordinário fator de atração. Na época estudada, existiu o movimento do deslocamento de uma população para as zonas rurais, que significou também uma mudança na relação gado/população existente, conforme pode ser visto na tabela 5.

Tabela 5 - Relação gado/população na Província de Buenos Aires*- 1884 e 1896

Discriminação	1884	1896
Norte	147	70
Centro	319	243
Sul	501	314

Fonte: Cortés Conde (1975, p.150) Nota: Provincia de Buenos Aires, Anuario estadístico, 1884 y 1896.

*Nota: Relação en los anuarios como la unidad ganadera menor a la tasa de 8 ovejas/1 vaca, 8 vacas/10 caballos y 8 mulas/10 vacas.

Como já foi dito a questão da população sempre foi uma preocupação para os governos

argentinos. Na verdade, a escassez de mão-de-obra na Argentina foi um problema persistente durante todo o século XIX. As primeiras idéias sobre a imigração para o país foram expressas por Rivadavia, em 1820, mas só foram efetivamente implementadas com sucesso após 1870, pois políticos, como Rosas, tinham pouco interesse em projetos de imigração. Esse problema foi vivamente descrito por Sarmiento, que junto com Alberdi enfocou a questão da população para o desenvolvimento argentino.⁴

Essa preocupação já estava presente nas palavras de Juan B. Alberdi na sua célebre obra *Bases*:

"La población- necesidad sudamericana que representa todas las demas- es la medida exacta de la capacidad de nuestros gobernantes. El ministro de Estado que no duplica el censo de estos pueblos cada diez años, ha perdido su tiempo en bagatelas y nimiedades. " (Alberdi, *Bases*, XV, apud Maeder, 1980, p. 555)

Segundo Corté Conde (1997), as palavras de Alberdi na sua célebre obra "*Bases*", acabaram ratificadas nos princípios da primeira Constituição, que teve a preocupação de também assegurar os princípios de estabilidade e segurança jurídica, como liberdade de cultos e a secularização da vida social.

Depois da Independência as juntas do governo garantiram aos estrangeiros todos os direitos civis dos nativos, antecipando assim as cláusulas liberais da Constituição de 1853, destacando-se os artigos 14 e 20, onde era estendido a eles o direito de exercer todas as profissões e de professar

⁴ Um exemplo interessante é dado pelas palavras do Bispo de Córdoba, frei José Antonio de San Alberto que descobriu em 1870, com horror, que não havia população suficiente para sustentar uma rede de relações sociais: cada vizinho é um povo à parte". *Cartas pastorales del Ilustrísimo y Reverendísimo Sr. D. Fr. José de San Alberto* apud Halperín Donghi (1973, p.3).

livremente seus cultos religiosos.⁵ Da sua leitura fica clara a extensão dos direitos garantidos aos imigrantes, uma das mais liberais, quando comparada com as legislações dos demais países da época.

Durante muitos anos, a frase "gobernar es poblar" foi um impulso e um ideal da nova nação. No imaginário argentino da época, existia a idéia da "despopulação"⁶ do país, a visão da Argentina como um imenso deserto, inexplorado e sem cultivo. Esta imagem mobilizou a política argentina, ao menos desde 1880, e converteu o país em um dos maiores pólos de imigração do Ocidente ao longo de mais de meio século.

Além disso, existia efetivamente um deserto real a ser povoado, e o mero crescimento vegetativo da população não tinha essa capacidade, de modo que a imigração começou a ser vista como uma solução simples e rápida.

O exemplo dos Estados Unidos, com seu povoamento de novos territórios e seu rápido crescimento na maior parte do século XIX, na mesma época em que a Argentina ainda estava envolvida em guerras civis foi decisivo para gerações de políticos e governantes. (Cortés Conde, 1979, p. 73).

Uma notável mensagem ao Congresso do presidente Avellaneda de 1876, apresentado por Vázquez-Presedo (1971), ilustra com clareza essa permanente preocupação:

"La migración de hombres y los movimientos de capital obedecen ciertas leyes, frecuentemente con similares resultados. El inmigrante pide protección a su país de adopción y huye de exacciones, violencia y anarquía. Países rebeldes y desordenados no son tierras de inmigración. El inmigrante pretende adquirir su tierra y nosotros, propietarios de inmensos territorios, no hemos sido lo suficientemente sabios como para ofrecérselos; debemos abolir todo obstáculo que impida la inmigración." (Vázquez-Presedo 1971 p.110).

⁵ Constitución de 1853 apud Vázquez-Presedo (1971, p. 109).

⁶ Vázquez-Rial (1996, p.21) lembra que Sarmiento escreveu na sua obra *Facundo*, que "o mal que afligia a Argentina era a extensão".

Nas novas zonas do território argentino, segundo Cortés Conde (1979), durante a década de setenta, o tipo de produção foi mais capital- intensivo, entendendo o gado como parte do capital da empresa agropecuária, enquanto o período posterior a 1890 foi mais do tipo trabalho- intensivo. Isso pode explicar-se pela relação com o tamanho dos mercados existentes no início da incorporação dos territórios, em 1880, e o crescimento vegetativo dos rebanhos, pois nessa época existia um capital excedente - o gado- que permanecia ocioso. Assim, em que pese o rápido crescimento demográfico, o país não tinha alcançado níveis que cobrissem as necessidades de mão-de-obra no mercado de trabalho. Por isso o entendimento de que o fator trabalho era escasso. O fato de a exploração de gado ter sido a primeira atividade pode explicar, mais do que a política de terras, a necessidade de poupar esse fator.

A Argentina sempre foi uma terra de rebanhos, onde se sabia menos sobre lavouras e homens, conforme lembra Landes (1998). O triunfo da atividade pastoril e a relativa negligência da agricultura estavam intimamente relacionados com a política agrária e a imigração. Segundo ele, a mão-de-obra continuou de pequeno volume durante a maior parte do século XIX, embora a criação de gado nos pampas não necessitasse de muita mão-de-obra masculina. A consequência imediata dessa situação da mão-de-obra foi, sem dúvida, o atraso no desenvolvimento da agricultura.

Rapoport (1988) lembra que recém em 1876 tinha sido promulgada a Lei n. 817, conhecida como 'Ley Avellaneda', que procurou, com muito menos êxito que o *Homestead Act* dos Estados Unidos, a qual pretendia tomar como exemplo, vincular em forma orgânica a imigração para a colonização

de extensos territórios inexplorados. Essa lei assegurava o pagamento da passagem completa, mas ao mesmo tempo não assegurava ao imigrante a segurança de dispor de terra.(Ortiz,1987). Mas, os imigrantes que chegavam ao país eram diferentes dos pretendidos pelo governo, pois eles não procediam de países nórdicos ou anglo-saxões, pois os grandes contingentes provinham da Espanha e Itália.

Quando começou a imigração maciça, a política de colonização oficial para pequenos proprietários já havia sido abandonada, e a colonização privada diminuía ou estava em mãos de especuladores.

O estado argentino ao legalizar a questão da terra e da imigração, renunciava, assim, a toda política de forma a facilitar toda a possibilidade do imigrante de adquirir terras. Pelas palavras de Ortiz (1987, p.109): "Em lugar de colonos [o governo] não solicitou, desde então, senão peões". Além de outros fatores como proximidade, estabilidade política, língua e costumes que fez a grande contingência de imigrantes como o caso dos Estados Unidos, era evidente que, pela política do Estado argentino, não se podia esperar que chegassem cidadãos dos lugares mais avançados. Em função da religião, a maioria de colonos oriundos da Europa era protestante. A política agrária argentina parecia ser deliberadamente projetada para manter os colonos fora.

A migração para a Argentina, de acordo com Díaz Alejandro (1985), requereu poucos, se algum, subsídios. Ao contrário, com a população de 2.5 milhões em 1880, recebeu 3.2 milhões de imigrantes durante 1880-1910, mais do que 80% da Itália e Espanha. Os arquitetos da política liberal de imigração tinham desejado imigração do noroeste da Europa, e montaram leis depois de 1860 (inclusive tolerância religiosa)

para acomodá-los. Alguns vieram, mas a Argentina permaneceu predominantemente latina.

A tabela 6 apresenta os primeiros números do fluxo imigratório para a Argentina para o período 1871-1878, cotejados com os dados de emigrantes.

Tabela 6 - Fluxo migratório para e da Argentina -1871-1878

(em milhares de pessoas)

Anos	Imigrantes	Emigrantes	Diferenças
1871	20,9	10,7	10,2
1872	37,0	9,2	27,8
1873	76,3	18,2	58,0
1874	66,3	21,3	46,9
1875	42,0	22,5	19,4
1877	36,3	18,3	17,9
1878	42,9	14,8	28,0

Fonte: Lewis (1999, p. 93).

Pela análise desta tabela, identificam-se os anos de 1873 a 1874 como os de pico da chegada dos imigrantes ao país, assim como a tendência crescente durante todo o período em questão. Na década de 1870, a imigração líquida registrou a média anual de 28,6 mil; nos anos 80 a média triplicou para 86,5 mil. Depois o fluxo diminuiu para 40,6 mil nos anos 90; e em seguida, no novo século, especialmente de 1904 a 1913, triplicou de novo, para 125,9 milhões.

Essas diferenças na política e cultura estão refletidas nos números da imigração. Na Argentina, ela só adquiriu impulso no último quartel do século, quando o cultivo do trigo deslanchou - cerca de meio milhão de ha cultivados no começo da década de 1870, ainda apenas 1,3 milhões no início dos anos 90, depois a explosão, cerca de 24 milhões às vésperas da IGM.

Lynch (1993), um dos principais historiadores argentinos, descreve os imigrantes chegando "em enormes bandos" - cerca de 5,9 milhões entre 1871 e 1914, dos quais 3,1 milhões

permaneceram num país com uma população de 1,7 milhões de habitantes em 1869 (não contando os índios) e 7,8 milhões em 1914. O fluxo não era regular, refletindo acontecimentos políticos, condições econômicas e pressão populacional do país de origem.

Os números líquidos subestimam a contribuição imigrante para a oferta de mão-de-obra, pois, segundo Landes (1998), os números por si só não contam a história toda. Poucos europeus que permaneceram se tornaram cidadãos - entre 1850 e 1930, menos de 5% de imigrantes adotaram a nacionalidade argentina porque, entre outras razões, como cidadãos estariam sujeitos a prestar o serviço militar. ⁷ Ainda segundo este autor, comparando os conhecimentos e qualificações dos imigrantes argentinos com os que foram para os Estados Unidos, "os imigrantes para a Argentina teriam de recuperar mais tarde o seu atraso. Nunca o conseguiram". ⁸

Com relação à imigração interna, ela foi lenta na Argentina, pois parecia ser mais fácil trazer trabalhadores sazonais da Europa do que do norte da Argentina, mesmo quando havia quantidades de trabalhadores na Argentina ganhando salários menores.

Em contraste, para Díaz Alejandro (1985), foi à política de *peopling the wilderness* da Argentina, advogada por Alberdi. Isso fez com que a Argentina se "europeizasse" e mantivesse o salário baixo, e permitiu aos proprietários reter uma maior parte da renda. Mas isso também levou a um movimento de aumento da população na Argentina.

⁷ Este período registrou, em seus primeiros anos, uma naturalização insignificante: em 1895, somente 0,16%; em 1914, 1,4% - (Cornblit apud Landes, 1998).

⁸ Landes (1998) manifesta a preocupação de que tal comparação poderia parecer chocante (politicamente incorreta). Mas para ele isso não se constitui mais que um simples fato, e insere-se dentro dos esforços dos economistas para ponderar as contribuições da mão-de-obra para o crescimento da produtividade por anos de escolaridade e outros aditamentos ao capital humano.

Identificam-se duas fases em relação à atração dos imigrantes para a Argentina. Na primeira fase, a dos anos oitenta, o fator de atração foi à terra abundante e barata. Por sua vez, nos anos pós - crise dos anos noventa, o fator de atração foram os salários⁹ pagos na Argentina, principalmente para os trabalhadores temporários.

Parte da mão-de-obra que entrava no país dirigia-se ao setor agrícola que, com o aumento da extensão da terra cultivada, seguiu aumentando durante todo o período, inclusive durante a crise de 1890.¹⁰ Isso aliviou o problema da falta de emprego e impediu que se agravasse. A atração desses trabalhadores foram os salários reais dessa época que chegavam a ser de 2 ou 3 vezes os pagos na Espanha ou na Itália, mesmo corrigidos pelo custo de vida. (Williamson apud Taylor 1994). Quando a atividade econômica melhorou depois de 1900, houve novamente a resposta imediata do incremento da imigração.

Sem dúvida, o que caracterizou o processo imigratório argentino inaugurado após os anos 80 do século XIX foi a falta de acesso à terra, que já se encontrava distribuída e apropriada nessa época, e, sem um plano alternativo de colonização, frustrou os planos de uma ocupação nos apregoados "espacios vazios".

A integração do mercado de trabalho argentino com a Europa, em especial com a Itália e a Espanha, segundo Díaz Alejandro (1970), chegou a tal ponto que os trabalhadores europeus cruzaram o Atlântico somente para trabalhar nas

⁹ Mulhall apud Vázquez-Prezado (1971) corroboram estas informações afirmando também que as principais correntes imigratórias de italianos e espanhóis foram atraídas por salários que correspondiam à metade do que se pagava na Inglaterra em empregos similares ou a 1/4 do nível pago nos Estados Unidos.

¹⁰ Segundo Conde (1979), também houve contingentes de trabalhadores imigrantes engajando-se em atividades temporárias por isso ganharam o apelido *birds of passage* ou *golondrinas*.

colheitas e depois retornavam aos seus países de origem. É preciso advertir para a enorme importância da imigração no auge da oferta de trabalho. Entre 1857 e 1930 teve lugar uma imigração líquida de uns 3,5 milhões em um país cuja população total era de 1,7 milhões em 1869.

A tabela 7 mostra os vínculos existentes entre o mercado de trabalho argentino e os da Itália e Espanha.

Tabela 7- Imigração líquida na Argentina desde países ultramarinos, 1857-1930

(milhares de pessoas para o período indicado)

Períodos	Não argentinos com passagem marítimas de segunda e terceira classe	Total de pessoas com passagem marítimas de todas as classes
1857-60	11,1	12,7
1861-70	76,6	80,5
1871-80	85,1	90,7
1881-90	637,7	648,7
1891-1900	319,9	337,8
1901-10	1 120 2	1 134 3
1911-20	269,1	280,0
1921-30	856,0	905,8
1857-1930	3 375 7	3 490 5

Fonte: Díaz Alejandro (1970, p.186).

O seu exame apresenta com destaque os passageiros com passagem de segunda e terceira classe para o período 1857-1930, mostrando que o pico de entrada no país deste tipo de imigrante foi a década 1901-10.

Dos 6,3 milhões de imigrantes ultramarinos que chegaram à Argentina entre 1857 e 1930, 46 % eram italianos e 32 % espanhóis, sendo que a participação italiana tendeu a diminuir no transcurso dos anos, ao mesmo tempo em que a imigração proveniente da Espanha e Europa oriental teve suas taxas aumentadas. São vários os elementos que explicam essa composição, destacando-se as suas relações com o clima, o idioma e, uma vez iniciado o processo, o encontro de um

grande número de compatriotas no país, atenuando assim as dificuldades iniciais na chegada ao país.

A participação argentina nas correntes migratórias de pessoas não latinas era pequena quando comparada com países como os Estados Unidos.

Um grupo que chama a atenção pela sua pequena participação no contingente de imigrantes, principalmente em função da sua grande importância em outras esferas da vida argentina, foi o dos imigrantes ingleses.

Muitos fatores, além da inaptidão e falta de interesse na produção de gado, desestimularam uma forte imigração inglesa. Um deles foi o relatório do Cônsul inglês, em 1872, advertindo fortemente quanto à imigração para a Argentina. Por sua leitura, dessa vez não eram os índios, mas sim os *gauchos malos* os vilões, que teriam matado quatorze fazendeiros, inclusive ingleses, em uma rebelião dos nativos argentinos. A sua publicação, assim, novamente teve o efeito de interromper os fluxos estrangeiros para os pampas. (Slatta apud Hennessy, 1992). O pensamento inglês da época era que a vida na Argentina era cheia de aventuras e oportunidades para acumular bastante capital e depois gozar a vida na Inglaterra. Ao menos neste aspecto eles dividiram com os espanhóis a mentalidade de *hacer la América*. Mas eles tinham mais interesse em investir em estradas de ferro e em outros negócios rentáveis do que fazer parte da formação da força de trabalho argentina. (Hennessy, 1992).

Mas é importante ressaltar que os imigrantes ingleses, apesar de seu pequeno número, tiveram grande influência na vida argentina, principalmente pelo *background* trazido pelos mesmos. O número de residentes britânicos, de acordo com Vázquez-Presedo (1971, p.116), era em torno de uns 20. 000 habitantes e de menos de 30.000 em 1914, incluindo entre

esses totais tanto profissionais e comerciantes como trabalhadores. Segundo ele a Argentina tinha poucos atrativos para o imigrante inglês, pois ele tinha de competir não só com a população nativa, como também com a crescente imigração italiana e espanhola que tendia a reduzir os salários. Os principais obstáculos para uma crescente imigração maciça inglesa foram os seguintes: clima, idioma, costumes e religião, o sistema de posse de terra, as invasões dos índios, o confisco injusto da propriedade tanto por tropas rebeldes como pelas governamentais.

Diferente dos Estados Unidos onde a imigração era uma questão política quando tanto os Democratas como os Republicanos procuravam recrutar os imigrantes para as suas fileiras, esse não foi o caso da Argentina, onde o sistema oligárquico não os acolheu. Uma prova disso é que, mesmo em 1916, somente 12% da Câmara dos Deputados e 4% do Senado era de primeira geração argentina. Mesmos as leis de imigração mais frouxas não fizeram variar o fluxo do Império, pois a percentagem dos britânicos no total da população de Buenos Aires que era de 3.5% em 1860 chegava a apenas 0.93% em 1914. Entre 1885 e 1889, a imigração representou em média 76% do crescimento anual da população e 58% entre 1904 e 1910.

Entre 1870 e 1914, chegaram à Argentina quase 6 milhões de imigrantes, principalmente homens jovens, espanhóis e italianos, sendo que em 1914 os estrangeiros superaram o número de argentinos de nascimento no grupo de 20 a 40 anos. Isso explica por que a influência dos imigrantes na força de trabalho total foi maior do que na população em geral. Houve duas influências da imigração na formação da força de trabalho: primeira, seu aporte direto no crescimento da população total e no incremento da taxa de

crescimento natural da população; segunda seu aporte anual de mão-de-obra que entrou no mercado de trabalho. Sobre a magnitude da imigração na Argentina, Oddone (1972) afirma que em nenhum outro país entrou um contingente de imigrantes tão grande em um período tão breve.

A influência da imigração atingiu todos os níveis da sociedade argentina, não se restringindo apenas ao mercado de trabalho. Do ponto de vista cultural e social, a imigração de 1857-1930 atribuiu ao país características diferentes, determinando uma mudança fundamental na distribuição demográfica dentro do território argentino.

Considerações Finais

O período de intenso crescimento da economia argentina ocorrido no final do século XIX, a chamada *Belle Époque*, que teve como base a exploração de recursos naturais, aliada à grande abertura ao exterior, provocou um enorme deslocamento de capitais e trabalho. Ele pode ser sintetizado pela elevada relação terra/população, grandes quantidades de exportações, abertura aos mercados externos e intensa relação com a Inglaterra.

A acumulação de capitais foi um ponto central neste período de crescimento onde a liderança britânica e as características dos sistemas financeiro internacional e nacional foram muito importantes. O crescimento argentino não foi somente um recorde entre os países de povoamento recente e com grande crescimento como o Canadá, os Estados Unidos e a Austrália, mas também estabeleceu um recorde doméstico, um marco difícil de ser novamente alcançado. A extensão e qualidade dos resultados materiais alcançados nessa época levaram à criação dentro da consciência do

povo argentino de uma ideologia de progresso ilimitado. Mas o mais importante foi o caráter instável deste crescimento e a incapacidade do país de manter taxas razoáveis no longo prazo, o que conferiu uma característica peculiar a toda a história da economia argentina.

Dada esta situação de poucas instituições e havendo a necessidade crítica de investimento em infra-estrutura, a solução encontrada foi a atração do investimento externo com a preponderância dos provenientes da Grã-Bretanha. Esses investimentos assumiram a forma de empréstimos governamentais e da construção das estradas de ferro, exclusivamente britânico, sendo que o Estado jogou um papel relevante na atração desses investimentos.

A construção das estradas de ferro, apesar de requerida pelas oportunidades do comércio externo, ao permitir o acesso às novas regiões e à integração efetiva de algumas já existentes, desempenhou um papel relevante na promoção da consolidação nacional, em termos geográficos, por substituir os rios e canais inexistentes no país e, em termos econômicos, por permitir o intercâmbio regional. A importância das estradas de ferro como elementos imprescindíveis para a integração e acesso às novas terras e da construção da nação argentina, principalmente pela incorporação da região do pampa, sempre esteve presente nas palavras de estadistas e políticos da época, a ponto de Alberdi (1999), compará-las, como agentes da cultura, aos conventos da Idade Média.

A vinda das grandes empresas de estradas de ferro só aconteceu com o ingresso do capital britânico, fazendo com que os dois movimentos fossem simultâneos e inseparáveis. A rede argentina tornou-se a maior e mais importante da América Latina, sendo que duas companhias de capital inglês

- o Ferrocarril Central Argentino e o Ferrocarril Gran Sud-ocuparam os primeiros lugares no sistema. O período da construção das estradas de ferro já estava bastante consolidado em 1890, existindo 21 companhias privadas e 3 do estado, integrando e dominando todas as zonas estratégicas da região do pampa, trazendo uma substancial redução nos custos de transporte e assumindo aproximadamente 80% da produção total transportada.

As primeiras inversões, diferentemente do que ocorreria mais tarde, não visavam lucros expressivos, mas sim a expansão das exportações britânicas e a venda de seus serviços. O período posterior que se inicia em 1880, os investimentos apesar de serem ainda predominantemente britânico, teve características diferentes do, pois não dependia mais do desenvolvimento do comércio, ainda que o tenha influenciado no médio prazo, e novamente coube ao Estado argentino propiciar o ambiente propício para a chegada dos mesmos.

Depois de uma rápida e mal sucedida experiência de utilização da mão-de-obra indígena e africana, a Argentina partiu para a atração de imigrantes de origem européia. Ao adotar a imigração como uma solução o país estava revogando as idéias do seu passado recente, baseadas nas leis espanholas de exclusão. O fluxo imigratório foi tão intenso que se pode afirmar que o processo demográfico e a incorporação maciça dos imigrantes foram umas chaves fundamentais de sua história. A Argentina, assim tornou-se um dos maiores pólos de imigração do Ocidente, sendo mais do que 80% provenientes da Itália e Espanha. Os números sobre a imigração são muito diferenciados, havendo alcançados segundo Benthel (1993), 5,9 milhões entre 1871 e 1914, dos quais 60% permaneceram no país, número este expressivo em

termos da pequena população local na época. Do excelente conjunto das estatísticas de Vázquez-Presedo (1971), destacam-se os quinquênios 1885-1890, 1905-1910 e 1910-1915, onde a taxa de imigração líquida superou a do crescimento vegetativo, sendo que no primeiro foi mais do que o dobro.

Resta destacar ainda, que a modificação que a grande quantidade de imigrantes, provenientes das mais diferentes regiões do mundo trouxe para a Argentina, não levou o país a perder a sua identidade inicial.

Referências Bibliográficas

BEYHAUT, Gustavo e Hélele. *América Latina III. De la Independencia a la Segunda Guerra Mundial*. México: Siglo XXI, 1985.

CORTES CONDE, R. *Dinero, deuda y crisis. Evolución fiscal y monetaria en la Argentina 1862-1890*. Buenos Aires: Editorial Sudamerica Instituto Torcuato Di Tella, 1989.

CORTÉS CONDE, R. *La economía argentina en el largo plazo (siglos XIX y XX)*. Buenos Aires, Editorial Sudamericana Universidad de San Andrés, 1997.

DI TELLA, G. E ZYMELMAN, M. *Las etapas del desarrollo económico argentino*. Buenos Aires: EUDEBA, 1967.

DÍAZ ALEJANDRO, C. F. Argentina, Australia e Brazil before 1929. In PLATT, D. C. M. DI TELLA, G. *Argentina, Australia and Canada. Studies in comparative development. 1870-1965*. Oxford: St Antony's College, 1985.

DÍAZ ALEJANDRO, C. F. *Essays on the economic history of the Argentina Republic*. New Haven: Yale University Press, 1970.

FERNS, H. S. *Britain the nineteenth century*. Oxford: Claredoon Press, 1960.

FERNS, H. S. *Gran Bretaña y Argentina en el siglo XIX*. Buenos Aires: Ediciones Solar: 1979.

FORD, A. G. La Argentina y la crisis de Baring de 1890. In: ZAPIOLA, M. G. *El regime oligárquico. Materiales para el estudio de la realidade argentina (hasta 1930)*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1975.

HALPERIN DONGHI, Tulio. *História Contemporanea de la America Latina*. Madrid: Alianza Editorial, 1982.

HENNESSY A. Argentines,Anglo-Argentines and Others. In: HENNESSY, A,

KING, J. *The Land That England Lost*. London: British Academic Press, 1992.

LACLAU, Ernesto. Modos de produção, sistema económicos y población excedente. aproximación histórica a los casos argentinos y chileno. In: ZAPIOLA, M. G. *El regime oligárquico. Materiales para el estudio de la realidade Argentina (hasta 1930)*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1975.

LANDES, David. *Riqueza e a pobreza das nações. Por que algumas são tão ricas e outras são tão pobres*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1998.

LENZ, Maria Heloisa. LENZ, Maria Heloisa. *Crecimiento económico e crise na Argentina de 1870 a 1930: a Belle Époque*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

LYNCH, Jonh. Las repúblicas del Río de la Plata. In: BETHELL, Leslie. *América Latina independiente. 1820-1870*. Ed. História de América Latina 6. Barcelona: Editorial Crítico, 1991.

LEWIS, Colín. Del crecimiento al retraso económico: una revisión de los recientes debates sobre la historia económica y social argentina. *Ciclos en la historia, la economía e la sociedad*. Año 9, v. 9, n. 18, 2 semestre de 1999.

MAEDER, Ernesto. J. A. Poblacion e inmigracion en la Argentina entre 1880 y 1910. In: FERRARI, G; GALLO, E. (copiladores). *La Argentina del ochenta al centenario*, Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1980.

ORTIZ, Raúl Scalabrini. *Historia económica de la Argentina, 1850-1930*. Buenos Aires: Editorial, 1995.

RAPOPORT, M. y Colaboradores *Historia económica, política y social de la Argentina (1880-2000)*. Buenos Aires: Ediciones Macchi, 2000.

RAPOPORT, M. El Modelo agroexportador argentino, 1880-1914. In: RAPOPORT, Mario. (Compilador). *Economía e Historia. Contribuciones a la historia económica argentina*. Buenos Aires: Editorial Tesis, 1988.

TAYLOR, Alan. *Three Phases of Argentine Economic Growth*. Cambridge: National Bureau of Economic Research, 1994. (Historical Paper. n. 60: mimeo).

VÁZQUEZ-PRESEDO, V., *El caso argentino. Migración de factores, comercio exterior y desarrollo 18875-1914*. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1971.

VÁZQUEZ-PRESEDO, V. *Estadísticas históricas Argentinas (Comparadas)*. Primera Parte -1875-1914 e Segunda Parte -1914-1939. Buenos Aires: Macchi, 1971,1976.

VÁZQUEZ-RIAL Horacio (org) (1996) Buenos Aires 1880-1913. La capital de un imperio imaginario. Madrid: Alianza Editorial: 1996.

Resenha: MAO, José Rodrigues. A Revolução Cubana e a Questão Nacional. São Paulo: Núcleo de Estudos d'O Capital, 2007. 406 páginas¹.

A Revolução Cubana sempre foi mais do que um objeto de estudo acadêmico. Desde os primeiros textos produzidos pelos intelectuais que buscaram compreender o significado histórico da ação político-militar que libertou a Ilha de Cuba das garras do império norte-americano, a tônica foi sempre o engajamento. Intelectuais que transitavam do prestígio acadêmico para o compromisso revolucionário incorporaram essa mutação política. Wright Mills, acostumado a desnudar os mecanismos de reprodução das classes dominantes no centro do Império, viu Cuba como uma centelha de esperança. Jean-Paul Sartre, perturbado com os impasses do comunismo soviético, escreveu seu belo depoimento chamado "Furacão Sobre Cuba". Na mesma época ele fazia o prefácio do mais eminente livro dos anos 60: "Os Condenados da Terra" de Franz Fanon, que, na esteira da Revolução Cubana e em plena Revolução Argelina, dava dignidade poética à violência revolucionária.

O último livro dessa grandeza sobre Cuba foi o de Florestan Fernandes, publicado em fins dos anos 1970 (Da Guerrilha ao Socialismo). Desde então, há no mundo editorial brasileiro especificamente, um vazio de livros que unam paixão à análise da Revolução.

A Revolução Cubana e a Questão Nacional: 1868-1963, amplo e excelente estudo de José Rodrigues Mao Jr., foi produto de uma erudita tese de Doutorado defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). O livro não deixa de dar um retrato *événementielle* da História recente de Cuba, onde os personagens, os discursos e as tomadas de posição políticas e militares têm relevo. Mas a obra vai além. Ela

¹ Resenha apresentada em 18/02/2010. Aprovada em 20/03/2010.

retoma o fio da meada, que é o nacionalismo cubano, para compreender porque o mais formidável fenômeno revolucionário da História da América Latina tornou-se ao mesmo tempo um paradigma e um evento que não pôde inspirar outras revoluções semelhantes. Afinal, tentou-se, fosse sob o nome de “foquismo” (alusão ao “foco” guerrilheiro) ou outro qualquer, repetir-se a estratégia cubana em outros lugares sem êxito.

E o Autor vai ainda mais longe. Ele encontra num fator de longa duração (a *longue durée* de Fernand Braudel) a razão da vitória de 1959: a proposição contínua da centralidade da questão nacional. Daí porque a obra recua até a Primeira Guerra de Independência (1868). Paradoxalmente, ele exalta e reduz o significado da vitória, pois desnuda suas fontes históricas sem deixar de mostrar uma profunda admiração pelos feitos dos guerrilheiros.

O livro chega a detalhar fatos que escaparam a muitos analistas da Revolução: a persistência do caráter de *desembarque* das ações revolucionárias desde José Martí; a posição geográfica oriental das tentativas de assalto ao poder estabelecido; o papel dos estudantes radicalizados como sucedâneos inconformados daqueles estratos médios que no Brasil apareceram sob hegemonia da média oficialidade (tenentismo), mas que tinham uma mesma preocupação nacional e “moralizante”; o papel da Revolução de 1933; e a importância (muitas vezes esquecida) do Partido Comunista Cubano, um dos maiores da América nos anos 50! Um amplo debate sobre a questão nacional no seio do marxismo complementa a obra.

Tendo conhecido o Autor e com ele compartilhado os bancos escolares, pude testemunhar sua dedicação de vários anos de estudo acerca de duas questões chave da história cubana: a questão camponesa e a questão nacional. Ele encerra este ciclo de seus estudos a contento. Sua obra é o justo coroamento de seu esforço.

Lincoln Secco

Professor Doutor do Departamento de História da USP.

Normas de Publicação:

A REPHE publica textos inéditos referentes às áreas de História Econômica e Economia Política. Os textos podem ser:

- Artigos: mínimo de dez páginas em times new roman tamanho 12, em espaço 1,5.
- Resenhas: entre duas a sete páginas em times new roman tamanho 12, em espaço 1,5.
- Entrevistas: entre duas a sete páginas em times new roman tamanho 12, em espaço 1,5.

Os textos devem ser enviados ao e-mail rephe01@hotmail.com. Juntamente com o texto, devem ser enviados um resumo de dez linhas (no caso dos artigos), uma versão em inglês do resumo, e um breve registro da qualificação acadêmica e profissional do(s) autor(es).

As normas de citações, referências, gráficos e tabelas seguem os padrões da norma técnica da ABNT.

Os conceitos emitidos nos textos publicados pela revista são de responsabilidade de seus autores.

PRÓXIMA CHAMADA DE TEXTOS: 10 de novembro de 2010

© NEPHE e GEEPHE 2010

